

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

OS CONVENCIONAIS E OS ESPECIAIS: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO
DA IDENTIDADE DOS INTEGRANTES DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES
ESPECIAIS DA PMDF

Autora: Priscila Aurora Landim de Castro

Brasília, 2011

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

OS CONVENCIONAIS E OS ESPECIAIS: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO
DA IDENTIDADE DOS INTEGRANTES DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES
ESPECIAIS DA PMDF

Autora: Priscila Aurora Landim de Castro

Dissertação apresentada ao
Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília/UnB como
parte dos requisitos para a obtenção do
título de Mestre.

Brasília, junho de 2011

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

OS CONVENCIONAIS E OS ESPECIAIS: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO
DA IDENTIDADE DOS INTEGRANTES DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES
ESPECIAIS DA PMDF

Autora: Priscila Aurora Landim de Castro

Orientadora: Doutora Analia Laura Soria Batista (UnB)

Banca: Prof. Dr.^a Analia Laura Soria Batista (SOL/UnB)

Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa (SOL/UnB)

Prof. Dr.^a Ana Lúcia Galinkin (PSTO/UnB)

AGRADECIMENTOS

O esforço acadêmico que resultou na elaboração desse trabalho foi amparado por várias pessoas e instituições que de variadas formas participaram do percurso promovido. Primeiramente gostaria de agradecer ao apoio prestado por toda equipe da Secretaria de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, em especial, ao Evaldo, Abílio, Márcia, Juliana e Patrícia, pela paciência e prestatividade. Ao Coordenador de Pós-Graduação Marcelo Rosa, pelo apoio e disponibilidade de sempre.

Agradeço minha orientadora por inspira-me no caminho, pela expectativa e crença na pesquisa, pelas longas reuniões, pelos “puxões de orelha” algumas vezes seguidos por um afago, mas sempre coerentes e engrandecedores.

Aos professores Arthur Trindade Maranhão Costa e Maria Stela Grossi Porto, pela iniciação científica, pela troca de informações e por me inspirarem profissionalmente. Ao professor Eurico Antônio Gonzalez Cursino, por promover as mais dolorosas, porém mais construtivas crises sociológicas. Por me inspirar e incitar à procura da velha guarda do samba, através das suas citações ao Cartola em sala de aula. Às professoras Lourdes Bandeira e Berenice Bento, por me inserirem numa das minhas paixões acadêmicas e pessoais: os estudos de gênero. À professora Ana Lúcia Galinkin, por mostrar-se tão disposta em auxiliar, pela leitura atenta e feedback ao trabalho. À professora Jacqueline Muniz pela indicação de alguns caminhos, e pela resposta aos emails.

À Polícia Militar do Distrito Federal, por propiciar a realização do trabalho de campo. Ao Batalhão de Operações Especiais da PMDF, pela receptividade. Ao Major Marcos Silva, pela prestatividade, confiança e apoio. À toda equipe de coordenação e instrução do 5º Curso PATAMO, por aceitarem minha presença, ainda que considerada invasiva por vezes; por se disponibilizarem em ajudar, ainda que durante suas atividades de trabalho; por me dirimirem as dúvidas e por me acompanharem nos treinamentos. Ao Subtenente Assis, por ter se constituído um excepcional interlocutor e pela paciência em explicar-me os pormenores da formação. Ao Tenente Maurício, por ter me acompanhado durante o curso e permitido o diálogo. Aos alunos pela fonte de inspiração.

À minha família, pelo amor e apoio. À minha mãe, pelo exemplo, garra e dedicação; por seu amor e crença incondicionais. Por ter aceitado que ainda precoce e sem

muitas certezas partisse à Brasília, simplesmente acreditando que encontraria aqui minha vocação. À minha avó Ana, pelo amor inigualável. À minha avó Geralda, por ter sido minha segunda mãe. Ao meu avó Pedro, pelo amor simples e “matuto”, porém sincero. Ao meu avô José, por me inculcar a devoção ao conhecimento, aos livros, à curiosidade e por iniciar-me nas discussões políticas. À minha tia Stela, pela acolhida e apoio, sem os quais Brasília teria sido uma cidade áspera. Às minhas primas Denise, Ellen e Lilian, que me serviram de irmãs e assim serão por toda a vida.

Aos amigos que o ofício acadêmico me presenteou agradeço por compartilharem as discussões, as dúvidas, as incertezas, a curiosidade, as noites em vigília, as comemorações, os abraços apertados, os medos e as alegrias. À Raquel, por ter me elegido como irmã e por ter compartilhado sua família, que acabou tornando minha “família postiça”. À “tia” Socorro pelos almoços no início do curso, pelos finais de semana, pela preocupação e afeto. Ao Alexandre pela alegria de sempre. À Mayra, por ser meu porto acadêmico e amiga confiável. Ao Rafael “Suci”, Laiza Spagna e Tatiane Vieira por terem propiciado boas risadas, ainda que as situações não fossem as mais favoráveis.

Às amigas de longa data: Taciana Siqueira, Mariana Pires, Larissa Gama, Lara Kérigma, Andressa “Babu” e Lilian Faustino. Àquela com quem dei muitas risadas, aguentei e aguentou muitos choros, Gisele Novo.

Às amigas que alegraram meus dias no Departamento de Polícia Federal: Vanessa Bittencourt, Jéssica Ehlke, Vanessa Floriani e Marize Damasceno. E ao amigo que me serviu de revisor, Gustavo Soares.

ÉPIGRAFE

“Operações Especiais são como um ferro em brasa que marca a alma. E depois faz com que vejamos o mundo para sempre por meio de um conjunto singular de filtros mentais. Quanto mais profunda e interna a experiência, mais quente é o ferro e mais profunda a marca do indivíduo”
(Autor desconhecido)

RESUMO

O objetivo geral da pesquisa consiste na compreensão dos pilares sob os quais os policiais que atuam no Grupo de Operações Especiais da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) diferenciam-se do restante do efetivo policial que compõe a PMDF. Por consequência, busca investigar as disposições, em termos de saberes e manejo de tecnologias, disciplinamento do corpo, afetividade e moralidade, sob as quais ocorre essa diferenciação.

Para tanto, o trabalho foi conduzido numa perspectiva etnográfica, utilizando como técnica exploratória principal a observação participante do 5º Curso da Companhia de Patrulhamento Tático. Além desta, foram implementadas técnicas complementares, visando solucionar itens que se mostraram relevantes durante a observação, e que por inúmeros motivos não se efetivaram suficientes por meio desta, demandando novas vias investigativas. Para tanto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, aplicação de questionários, busca e análise documental.

O curso de especialização compõe elemento essencial por constituir porta de entrada ao status destinado aos ditos “especiais”. Além da função de cooptar novos membros, trata de capacitá-los na nova atuação. Quanto ao treinamento, este envolve tanto a capacitação no emprego de técnicas e equipamentos, quanto tem por foco a docilização dos corpos para seu emprego em condições adversas, que requeiram alto domínio técnico e emocional. Cumprindo tal objetivo, os policiais são levados a manipular, selecionar, suprimir e criar sentimentos e emoções compatíveis ao *ethos* profissional vigente, sendo tal demanda caracterizada um dos vários filtros de seleção entre aptos e inaptos. As demandas, tanto físicas quanto emocionais, são fundamentadas sob o *ethos* profissional do guerreiro, fortalecidas sobre a crença da última esperança, última razão, último emprego, solução para qualquer tipo de mal. Muito mais que a esfera prescritiva legal e técnica, a ordem subjetiva ganha prevalência na constituição e diferenciação dos integrantes do BOPE enquanto grupo.

Ao contrário do sentido unitário muitas vezes apreendido como componente das instituições policiais, podemos concluir que se por um lado existe uma unidade maior, que

os abrange enquanto “os militares”, por outro as estratificações acabam por compor uma morfologia social complexa e regida por valores estruturalmente bem localizados.

Palavras-chave: militarismo, identidade, Polícia Militar, Batalhão de Operações Especiais

ABSTRACT

This research aims to comprehend the basis of the identity construction among the police officers who work in the Special Operations Group (BOPE) of the local police unit in the Distrito Federal, Brazil (PMDF). As a consequence, it was necessary to explore the issues such as knowledge and use of technology, body discipline, affectivity and moral patterns in comparison to what can be observed among officers from other groups in the PMDF.

Therefore, this research was developed according to an ethnographic perspective, using as the main exploratory technique the participant observation during the 5TH Tactical Patrolling Company Course. Other complementary techniques, such as questioners, interviews and document analysis, were applied to understand relevant issues that came up during the observation.

Since the course is the first step to the new status of belonging to a Special Group, it is considered an essential element which not only co-opts new members, but also capacitates them on the new work to do. About the training, it involves the learning of techniques and equipments and also focuses on the body adaptation required to work in adverse conditions that demand emotional and physical control. Once those objectives are achieved, the police officers become able to manipulate, select, hide and create emotions considered according to the professional standard ethos. This structure is one of the many features that determine who is to be in and who is to be out the group by the end of the course. The physical and emotional required characteristics are based on the professional ethos of the warrior, and get stronger on the belief in the last hope, the last reason, the last job and the solution for any kind of misery.

BOPE lays on a legal resolution as a last instance resource and the ideal construction on this statement plays a fundamental role in the process of bringing together a group of representations, values, beliefs that run between, and sometimes beyond, the objectively established knowledge. More than an issue of legal and technical perspective, BOPE is a group made different in a subjective way based on symbolic elements: ruling, values, images, symbols, songs, puzzles.

Furthermore, different from the unit sense learned as a component of police institutions, it was possible to conclude that there is this unit that embraces the officers, but, on the other hand, there are stratifications that result in a social morphology ruled by values well delimited inside the structure.

Keywords: militarism, police, identity, special operations forces

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	17
ÉPIGRAFE	19
RESUMO	20
ABSTRACT	22
LISTA DE SIGLAS	26
INTRODUÇÃO	27
1. DISCUSSÃO METODOLÓGICA	40
2. REVISÃO DE LITERATURA	47
2.1 - AS POLÍCIAS E O PROCESSO DE ESPECIALIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO	47
2.2 - SOCIALIZAÇÃO	51
2.3 – A ESPECIALIZAÇÃO POLICIAL	56
3. CURRÍCULO OCULTO E AS REDES DE INFORMAÇÃO	60
3.1 - CURRÍCULO	62
3.2 - AS REDES DE INFORMAÇÃO	66
4. O CURSO DE FORMAÇÃO	70
4.1 - PERFIL PROFISSIONAL DOS ALUNOS	73
4.2 - SEMANA ZERO	76
4.3 - NUMÉRICA ENQUANTO INSTRUMENTO DE DESPERSONIFICAÇÃO DOS SUJEITOS	79
4.4 - O SOFRIMENTO FÍSICO: RITUAL DE PASSAGEM DO GUERREIRO	86
4.5 - A ALIMENTAÇÃO	89
4.6 - PERFORMANCES	95
4.7 - ANÁLISE DAS CANÇÕES	97
4.8 - PRONTIDÃO	101
5. O CONTROLE DAS EMOÇÕES ENQUANTO ELEMENTO DA CULTURA PROFISSIONAL	105
5.1 - AS ESTRATÉGIAS	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
ANEXO I - IMAGENS	122
ANEXO II – CANÇÕES	130

2. FIBRA DE HERÓI	131
ANEXO III – QUESTIONÁRIO	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135

LISTA DE SIGLAS

AMAN: Academia Nacional das Agulhas Negras

BOPE – Batalhão de Operações Especiais

PATAMO – Patrulhamento Tático Móvel

COE – Companhia de Operações Especiais

COESP - Curso de Operações Especiais

CORE/PCRJ – Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

CIA CHOQUE – Companhia de Choque

CPCães – Pelotão de Policiamento com Cães

GTAM – Grupo Tático de Ações Motociclist

GTOP – Grupo Tático Operacional

ROTAM – Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas

PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal

PMGO – Polícia Militar do Estado de Goiás

PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

O primeiro contato que tive com um grupo de operações especiais aconteceu em 2007 por meio da Coordenação de Operações Táticas da Polícia Federal (COT), durante a realização da pesquisa de conclusão do curso em Ciências Sociais. Na época meu interesse acadêmico girava em torno das questões de gênero e trabalho, tendo por hipótese nesse estudo a ocorrência de divisão sexual do trabalho no quadro do Departamento de Polícia Federal.

No decorrer da pesquisa realizei algumas entrevistas, dentre as quais me chamou a atenção duas delas, que em certa medida me introduziram ao atual objeto de pesquisa. Na ocasião entrevistei duas figuras importantes do COT: o delegado que então respondia por boa parte das operações da Coordenação, e a primeira, até hoje única, mulher a ter concluído o curso de formação da mesma. Ambos eram figuras centrais de uma polêmica declaração vinculada por jornal de grande visibilidade nacional, o qual acusava o delegado de ter feito comentário inadequado sobre a recente investida de mulheres no quadro de pessoal.

Importante evidenciar o contexto dessa primeira entrevista, ocorrida meses após da notícia ganhar repercussão nacional. A conversa aconteceu nas instalações do COT, sendo a composição do espaço o primeiro fator a captar minha atenção. Ao adentrar as instalações percebi claramente que se tratava de espaço diferenciado dentro do Departamento, sendo esse estranhamento notório para mim, que nessa época já integrava o quadro de servidores há dois anos, e por tal motivo havia transitado por boa parte dos prédios e instalações do Departamento em Brasília.

Em regra, salvo as exceções da carceragem, os ambientes eram bem semelhantes: salas compostas por mesas, armários, processos e documentos, assim como, utensílios comuns a um escritório: computadores, impressoras, caixas de arquivo, dentre outros. Realidade contraposta a do COT, que mais parecia compor uma instituição militar. Tratava-se de uma base de treinamento, onde a cor preta integrava vários ambientes, além disso, uma série de elementos próprios compunham a Coordenação, tais como, símbolos, treinamento, práticas e hábitos diferenciados.

O Delegado me recebeu e depois de finalizada a entrevista contactou a agente envolvida no episódio, que por sorte encontrava-se em Brasília. A “sorte” de encontrá-la em Brasília decorre do fato de que na época da pesquisa ela, assim como tantos outros policiais formados pelo mesmo curso, ainda não tinha sido removida, continuando a desempenhar suas atividades no Mato Grosso, estado para onde foi designada sua lotação. Essa entrevista me iniciou em um terreno investigativo que desembocou no atual estudo. A partir de então a trajetória profissional daquela policial passou a compor meu imaginário acadêmico, e os grupos de operações especiais movimentaram boa parte dos meus interesses de pesquisa.

Nesse ínterim foi lançado o tão comentado filme sobre o BOPE do Estado do Rio de Janeiro, “Tropa de elite”, dirigido por José Padilha. Sem dúvida o filme constituiu marco nacional quanto à discussão da proposta de ação e formação dos grupos operacionais. Assistindo ao filme, revi mentalmente vários trechos da entrevista concedida pela agente, principalmente nas falas relacionadas aos rituais de passagem, em especial, o ritual que mais me marcou, de iniciação, onde lhe foi raspado o cabelo.

Do contato ainda que rápido com o COT e o enredo do filme é que surgiu a curiosidade acadêmica em compreender as lógicas do grupo. A pesquisa possui como objetivo identificar os pilares sob os quais os integrantes do Batalhão de Operações Especiais do Distrito Federal constroem sua identidade e diferenciam-se do restante da Polícia Militar. O trabalho de campo, o qual será devidamente apresentado na parte dedicada à metodologia, aconteceu no ano de 2009 e está inserido no ambiente do Batalhão, mas por questões de oportunidade focará na formação de uma subunidade do BOPE: a Companhia de Patrulhamento Tático (PATAMO). Devido à escolha por trabalhar com etnografia vislumbrei na ocorrência do curso de formação da PATAMO uma oportunidade de inserir-me no Batalhão¹.

Depois de concluído o trabalho de campo, estendi mais de um ano no programa de pós-graduação, de forma que ao final do trabalho soube do advento de lei que reestruturou

¹ Um dado que tomei conhecimento posteriormente, e que me impressionou pelo número ínfimo, foi a quantidade de etnografias sobre militares apontadas por Leirner (2009), onde o autor descreve que em um levantamento realizado até o ano de 2007 contou em número de seis os trabalhos que se ocuparam da proposta: um israelense (Ben-Ari, 1998); dois norte-americanos (Simons, 1997; Lutz, 2002); um argentino (Badaró, 2006); e dois brasileiros (Castro, 1990; Leirner, 1997). Trabalho brasileiro recentemente produzido em âmbito militar, que trabalha com tema correlato ao aqui descrito, foi o produzido por Storani (2008).

todo o quadro da Polícia Militar do Distrito Federal e reincidiu no objeto de estudo, especialmente, na Companhia em que foi acompanhado o treinamento. Tais alterações vieram ao encontro de dois acontecimentos com os quais me deparei ao longo do percurso acadêmico: o primeiro foi introduzido pela fala de um integrante da Companhia de Operações Especiais (COE), onde afirmava que “*os outros cursos não eram e nunca seriam como um caveira*”. Caveira é o termo usado para designar os que concluíram o curso da COE, notadamente o mais mítico² dentre os cursos oferecidos pelo Batalhão, e que se orgulha em formar um número muito restrito de alunos. Creio que tal imagem não ocorra de forma isolada dentro da COE, tendo considerado inicialmente tratar-se de rixa interna, a configurar tentativa de sobreposição entre as diferentes Companhias do BOPE, aos moldes dos argumentos com que desqualificavam os ditos “comuns” - policiais de atuação diversa do praticado no Batalhão. Portanto, haveria dentro do próprio Batalhão uma super valorização de umas Companhias sobre outras. Seguindo tal lógica, as identidades seriam estabelecidas de forma relacional e, assim, a qualificação, por conseguinte, a desqualificação, fosse componente das identidades profissionais. Em certa medida a análise não está errada, de fato a rixa interna existe e as identidades profissionais se dão de forma relacional. Entretanto, tive que considerar outros fatores e a evidência destes ocorreu por meio da leitura da dissertação defendida por Paulo Storani³, onde ele transcreve a seguinte narrativa de um integrante do BOPE da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ):

“Cheguei no convencional [batalhão] e me botaram [...] para comandar um PATAMO [viatura de patrulhamento tático motorizado com efetivo de cinco policiais militares], o comandante da companhia sempre me cobrava: “*E aí*

² O curso da COE é tido como o mais mítico dentre os cursos oferecidos no Batalhão por conta dos critérios físicos estabelecidos na seleção, ainda mais acentuados que o exigido no curso tratado aqui, o da PATAMO. Além disso, é o único curso onde o “contato” (agressões físicas sob formas variadas) é previamente reconhecido. Sobre isso, acho válido o questionamento feito por um dos alunos da PATAMO a respeito da concepção de agressão, onde ele acentua que esta não precisa se restringir à tapas, murros e socos, cabendo a inclusão de muitas situações tidas como normais durante a formação, e que podem ser previstas como agressões físicas, a exemplo do material carregado na mochila por longos períodos de caminhada e a consequente repercussão de tal carga na coluna.

Aos que concluem o COESP é atribuído o título de “caveira”, sendo essa uma deferência constante no BOPE. É tamanho o reconhecimento de um caveira, que certa vez em uma conversa com um dos coordenadores sobre o caso de alguns alunos ele afirmou: “*o XX nem vale à pena arrochar, o cara é caveira, segura a onda legal*”.

³ STORANI, Paulo. “*Vitória sobre a morte: a glória prometida. O rito de passagem na construção da identidade dos Operações Especiais do BOPE/PMERJ*”. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre, 2008.

caveira cadê a produção? [...] todos os outros Patamos queriam competir comigo” (STORANI, 2008, p. 142)

Identifiquei pela leitura do trabalho de campo do Storani uma peculiaridade no tempo e espaço da pesquisa: a Companhia que no período em que foi realizado o campo integrava o Grupo de Operações Especiais, se comparada à realidade carioca enquadraria o time do policiamento convencional. Caminhando em direção a essa diversidade a Lei 12.086, de 06 de novembro de 2009, o Decreto 31.793, de 11 de junho de 2010 e o Decreto 7.165, de 29 de abril de 2010, todos datados após a realização do trabalho de campo, dentre outros assuntos, reestruturaram a organização da PMDF, de forma que a PATAMO deixou de integrar o Batalhão de Operações Especiais, e foi realocada junto ao Batalhão de Policiamento de Choque (BPCHOQUE)⁴. Por enquanto a reformulação restringiu-se ao papel tendo em visita recente ao Batalhão observado que fisicamente nada foi alterado. O relato dos policiais propõe uma postergação do assunto por tempo razoável, de forma a não ser esperado que tão cedo seja colocado em prática o que até agora manteve-se no papel. Além de formulação legal recente, questões como a construção das novas sedes, recrutamento e formação de profissionais em número adequado a compor um Batalhão foram apontados como dificuldades e motivos para se esperar um adiamento da questão.

Diante de tal realidade, da alteração da estrutura organizacional no meio do trabalho, é inescapável a reflexão sobre alguns pontos. Da recente reestruturação organizacional é possível que seja objeto de investigação futura o processo de reestruturação identitária diante da realocação dos grupos e “rompimento do elo”, ou, ao contrário, manutenção deste em descompasso com a norma. Tal interesse foi fortalecido pela fala de um patameiro que numa das minhas visitas classificou os integrantes da Rotam (Rondas Ostensivas Tático Móvel) como os “*comuns vestidos de preto*”, restando saber se, na mesma medida, a partir da reestruturação tal classificação não será aplicada a eles também e em que pólo de ação agora vão se localizar. De antemão, prevejo que a aplicação da norma se delongará, especialmente se considerada a frequência com que os vácuos institucionais são preenchidos na Polícia Militar do Distrito Federal por uma “informalidade”, correspondente ao descompasso entre trabalho real e trabalho normatizado, tema que merece ser estudado criteriosamente.

⁴ Art. 99, Inciso III.

Quanto à distinção entre a PATAMO e a ROTAM, Bastos (2010) evidencia que ambas as unidades executam atividade de mesma natureza operacional - patrulhamento tático - duplicidade configurada como causa de embaraço operacional e conflito de atribuição, que somados têm agravado a tensão interna.

De forma a identificar a atual composição do Batalhão creio ser importante realizar uma digressão histórica das bases do que hoje se entende por BOPE. No Distrito Federal a fundação encontra-se em 1971, ano em que foi criada a Companhia de Operações Especiais por meio do Decreto 1639, de 10 de março de 1971. Em 1981 o Decreto 6150 alterou a designação da Companhia, que passou a se intitular Companhia de Polícia de Choque, sendo transformada no Batalhão de Operações Especiais por meio do Decreto 20.329, de 22 de junho de 1999. O Batalhão era até o advento do Decreto 31.793, de 11 de junho de 2010, composto por quatro companhias: Companhia de Operações Especiais, Companhia de Policiamento de Choque, Companhia de Patrulhamento Tático Móvel e a Companhia de Policiamento com Cães. Tendo por funções precípua a execução do policiamento especializado; a execução de atividades policiais e de segurança pública complexas, que requeiram um alto grau de especialização, uso e emprego de técnicas, táticas, armas e equipamentos policiais especiais; o resgate tático de reféns e as ações de detecção, isolamento e desativação de artefatos explosivos, (Decreto nº 31.793, de 11 de junho de 2010). Em relação à descrição das atividades competentes ao Batalhão, quanto ao previsto antes da reestruturação de 2010, não houve grandes mudanças. O trato com situações complexas e que requeiram formação especializada continuam sendo a marca registrada da atuação, por outro lado, um dos pontos retirados do texto faz referência às atividades pertinentes ao uso de cães policiais, que era desenvolvida pela antiga Companhia de Policiamento com Cães (CECAP), a qual ascendeu ao título de Batalhão de Policiamento com Cães (BPCães).

Ao BOPE é dedicado o trato com situações limítrofes, sendo a execução de atividades “especiais” o pilar de diferenciação dos seus integrantes em relação ao restante da polícia. Por atividades “especiais” compreendem aquelas que requeiram um grau técnico diferenciado e cuidados na execução, exatamente por não configurarem a rotina policial padrão. A estigmatização e incorporação valorativa dos operadores do grupamento enquanto especiais denuncia a extensão que é dada à natureza das atividades executadas e apropriação destas enquanto equivalentes dos seus agentes, de tal forma que ambos são

confundidos e tomados como correspondentes em um processo de substancialização entre sujeito e atividade.

Importante evidenciar que o recorte proposto neste trabalho é de analisar a identidade do BOPE pela narrativa e prática dos integrantes do próprio Batalhão, tendo o enfoque se restringido a essa leitura interna. Não constitui objeto de investigação nesse momento a identificação que fazem os demais policiais daqueles que se designam especiais. Tampouco me posicionei em reconhecer seu caráter especial ou não. Enquanto proposta científica, me restrinjo ao recorte proposto, tentando compreender a lógica daqueles que foram eleitos objeto de estudo. Dito isso, quero justificar a escolha do título da dissertação, o qual em contato com membros da corporação identifiquei uma série de problemáticas envolvidas.

Iniciado o trabalho de campo não sabia exatamente o que esperar, nem o que me esperava⁵, fato que inicialmente me pareceu problemático, especialmente para quem vinha duma tradição onde me tinha sido exigido por alguns professores a designação duma hipótese como condição necessária a todo tipo de trabalho que se proponha científico. Felizmente descobri que essa era uma forma, mas não a única, de se fazer pesquisa, tendo permitido ao campo orientar a eleição da pauta. Foi ele o guia a recomendar que adentrasse em alguns assuntos e não noutros; a orientar a leitura de autores que facilitassem compreender e explicar os fenômenos observados. Foi em meio a um complexo e intenso ir e vir que a pesquisa se concretizou: diante do campo que forçava-me revisitar autores, conhecer tantos outros, e não raras vezes retornar a ele mesmo, a fim de aferir se as conclusões conferiam com a significação atribuída pelos interlocutores e se a resignificação que lhes atribuía efetivamente fazia-lhes jus. Em nenhuma medida o trabalho se concretizou em linha reta - se é que alguma proposta de trabalho acadêmico aconteça assim - senão entre idas e vindas, revisitando e sendo revisitada por novas

⁵ Ao redigir tal afirmação pela primeira vez, reconhecendo o desconhecimento notório acerca do que me esperava no trabalho de campo do objeto que eu mesma tinha elegido, senti um desconforto inigualável. Imediatamente projetei as possíveis críticas que receberia, especialmente tratando-se de trabalho que seria submetido à uma banca. Minha surpresa aconteceu após ler trabalhos de outros colegas, que igualmente fizeram inserção ao campo militar, e que também reconheceram o quanto tatearam ante ao desconhecido (Souza:2009), (Cavilha:2009). Em certa medida fiquei confortada pelo dever do silêncio, tão caro aos cursos ministrados no Batalhão, e que intencionalmente criava uma nuvem de fumaça acerca dos procedimentos e ensinamentos praticados durante a formação. Assim, nem mesmo militares de longa carreira sabiam ao certo o que lhes ocorreria, fato que a mim, mera civil, autorizava e estendia minha “licença sociológica” rumo ao inevitável desconhecido.

contingências. Tendo sido tanto ir e vir que a observação participante, a qual inicialmente acreditei ser técnica suficiente para concretização da proposta, teve que ser completada por outras visitas ao Batalhão e fazendo necessária a realização de entrevistas.

Foi observando os discursos e práticas que foi filtrado o que realmente seria estudado e elaborado o título da dissertação, que até a data da qualificação do projeto se intitulava: “*Os Comuns e os Especiais: um estudo sobre a formação da identidade no Batalhão de Operações Especiais da PMDF*”. Era por meio dos termos “comuns” e “especiais”, tão usuais no Batalhão, que as referências eram, e ainda hoje são, estabelecidas. Tratando-se de proposta de trabalho que visa resgatar a partir da oralidade interna a construção da sua identidade não vi problema em me apropriar dessa terminologia para criar o título do trabalho, até dar-me conta da carga valorativa envolvida, o estranhamento e rejeição por alguns, de forma que acreditei ser mais apropriado o uso de “convencionais” em substituição à “comuns”.

Seguindo a linha de valoração das atividades estigmatizadas como especiais decorre a conseqüente estigmatização dos agentes que as executam: sobre essa diferenciação de atividades e seus executores que polariza a proposta deste trabalho. Constitui objetivo geral da pesquisa compreender quais disposições, em termos de saberes e manejo de tecnologias, disciplinamento do corpo, afetividade e moralidade diferenciam o Batalhão de Operações Especiais do restante da Polícia Militar do Distrito Federal. Decorrentes do objetivo geral desdobram-se os objetivos secundários de: (1) descrever a constituição do BOPE; (2) analisar o currículo do curso de formação da Patamo; (3) observar a dinâmica do curso de formação sob a perspectiva técnica e emocional; (4) investigar como é instrumentalizado o processo de socialização no grupo; (5) investigar os significados das simbologias que perpassam e identificam o grupo, de que forma esses símbolos comunicam o status atribuído/reivindicado pelo Batalhão.

Celso Castro (1990) em seu estudo etnográfico a respeito do processo de socialização militar dos cadetes na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) fez apontamentos quanto à construção da identidade militar utilizando por proposta a tese de que a construção identitária se faz a partir de dois pressupostos teóricos: o da “não substancialidade” e o da “contrastividade”. O primeiro pressuposto trata a identidade como construída pelos sujeitos que a integram, negando, assim, as propostas que adotam a

identidade enquanto modelo fixo, imutável, substancialista. O segundo pressuposto, por sua vez, diz respeito aos mecanismos de separação e unificação que permitem a delimitação de fronteiras essenciais para construção das identidades sociais. Esse segundo pressuposto pode ser resumido, de forma simplória, como mecanismos de identificação e separação *inter* grupos. Em seu estudo sobre as Agulhas Negras, Castro identificou como “situação zero” (1990, p. 103) da identidade militar a diferenciação “paisanos” (civis) e militares. Transpondo a análise de Castro para o universo do Batalhão de Operações Especiais, a polarização neste último ocorre de forma diferenciada: enquanto na AMAN as oposições e contrastes ocorria na ordem militar/paisano, sob o discurso dos integrantes do BOPE o processo de diferenciação ocorre entre eles - “os especiais” - e o restante da Polícia Militar - os “comuns” ou “convencionais”.

Antes de serem iniciados pelos cursos de formação próprios do Batalhão, os policiais compõem a categoria dos “comuns”: profissionais que atuam no policiamento ostensivo geral, comunitário, escolar, de trânsito e etc⁶. Após o curso, e somente quando este é concluído, passam a ocupar o rol dos “especiais”, nomenclatura utilizada internamente para distinguir não exclusivamente os que lá atuam⁷, mas também aqueles que apesar de lotados noutras divisões da PM passaram pelo treinamento e formação do Batalhão. Conforme a representação interna, a atuação no BOPE significa mais que uma mudança de ambientes e tarefas profissionais, ela requer ajustamento a novos papéis, restando questionar por quais vias este ocorre, e se tal ajustamento demanda habilitação em moralidades e afetividades próprias ao Batalhão. Ao serem questionados sobre a imersão no grupo, os integrantes afirmam em geral que para desempenhar adequadamente suas tarefas os alunos precisam passar por um processo de aprendizagem condizente com as novas atribuições e realidades enfrentadas, como que se houvesse *outra* lógica militar além daquela ensinada no curso padrão. Numa relação dual, marcada pelo “*nós*” e os “*outros*”, que se definem, “*uma polícia totalmente diferente da outra*”, sendo a “*outra*” o restante e maioria do efetivo policial do Distrito Federal.

⁶ A estigmatização enquanto “comuns” de toda uma gama de profissionais que atuam em diferentes tipos de policiamento ignora a especialização nessas atividades.

⁷ É possível encontrar policiais atuando no BOPE sem terem sido iniciados por nenhum dos cursos, a incidência de tal fenômeno foi recorrente no Quinto curso da PATAMO, objeto da investigação. A necessidade por concluir ao menos um dos cursos do Batalhão se constitui emergência para estes policiais, alvos de desmerecimento pelos que já são iniciados.

A identidade enquanto produto relacional não é novidade criada pelos policiais do BOPE, fenômeno amplamente conhecido nos estudos culturais a identidade frequentemente é estabelecida a partir de algo que lhe é externo e que lhe fornece condições de existência. Assim, as identidades são comumente formadas envolvendo a negação de que não existe similaridades quaisquer entre os dois grupos, e se dá por meio de uma barreira, muitas vezes tênue, entre o “nós” e os “outros”.

Quanto às peculiaridades encontradas no desenvolvimento do trabalho de campo, compartilhar de certos aspectos é essencial, tanto para localizar a mim mesma em meio ao trabalho e narrativas, quanto para inseri-los no ambiente e objeto do estudo em questão. Os primeiros apontamentos fazem referência às condições de acesso às informações, assim como, o próprio processo de seleção que os interlocutores fizeram sobre o que me seria passado ou não.

O conhecimento da ocorrência do curso aconteceu em uma visita ao site da PMDF, no qual são noticiados vários eventos afetos à instituição. Sabendo do início próximo do curso dirigi-me ao Batalhão, tendo solicitado tratar sobre o assunto com o então responsável pela Companhia PATAMO. Esse foi meu primeiro contato com o ambiente e rompendo com a cultura da “indicação” por parte de um *conhecido*, comum aos trabalhos acadêmicos acerca dos militares, não me fiz valer de nenhum contato interno. A prática da indicação do pesquisador se faz valer especialmente por algumas características comuns aos meios militares, em regras gerais: a eterna desconfiança e descrença naqueles que os estudam, especialmente se tais pesquisas forem feitas *por e para* civis; a idéia fixa de que a lógica militar é compreensível única e exclusivamente por militares; o temor acerca da apropriação e destinação dos conhecimentos reunidos. Fatores que acabam por condicionar uma inserção, via de regra, facilitada por meio da indicação de um dos “membros”, o qual serve ao propósito de referência e “medalhão” na admissão ao campo.

Contrapondo à expectativa da recusa prévia, fui recebida no mesmo dia pelo responsável pela Companhia, tendo lhe exposto a intenção de acompanhar o curso e interpelado sobre a possibilidade de realização do trabalho. Ele prestativamente não esboçou nenhum impedimento, solicitando que formulasse documento direcionado ao Comando Geral, no qual exporia a metodologia e os objetivos da pesquisa. Fiz conforme pedido, formulei o documento, protocolei e esperei. Esse contato foi feito cerca de duas

semanas antes do início previsto para o curso, tendo obtido resposta positiva somente após as primeiras semanas da formação⁸. Quando iniciei os trabalhos os alunos já estavam numa fase mais avançada do curso, demonstravam relativo entrosamento, e já esboçavam certa debilitação física. Nos primeiros dias que me dirigi ao Batalhão tomei conhecimento do acometimento de maior parte da turma por uma doença de pele que interrompeu o curso após avaliação médica que os considerava inaptos a continuar sob aquelas condições. A suspeita firmada e exposta pelos coordenadores é que a área para o qual foram deslocados⁹ para realização das atividades devia estar infectada. Os alunos foram afastados por dez dias e com a interrupção do curso também ocorreu a interrupção temporária dos meus trabalhos, tendo retornado junto com a turma.

Uma das dificuldades que encontrei foi o fato de não me ter sido disponibilizado previamente um cronograma de atividades, e não era pela ausência deste: o curso apesar dos imprevistos ocorridos era totalmente planejado. Tais informações me eram passadas “a conta gota” diariamente, cabendo a mim questioná-los sobre os locais das aulas e seu conteúdo. Creio que esse interdito criado tenha servido ao propósito de freiar-me não só o acesso, mas alguns poderes. Era característica do curso o elemento surpresa da formação, sendo que ao tomar conhecimento prévio do cronograma poderia “soltar” seu conteúdo indevidamente. Além de conteúdo privativo, questão também envolvida nessa interdição é o fato da prospecção ser considerada capacidade que eles (os policiais) deviam estar habilitados a administrar, não eu.

O acesso ao cronograma não foi o único interdito enfrentado, ao contrário. Obviamente eles selecionaram, elegeram, priorizaram e me interditaram. Os interditos e omissões em regra não eram verbalizados, o que não me impedia de identificar sua existência. Tampouco se tratou de evento inesperado. A prática do trabalho de campo, especialmente da observação participante, assim como as experiências de outros autores em etnografia apontam para tal fenômeno como normal e evento até esperado, especialmente ao se tratar de instituições que têm por tradição histórica resguardarem-se

⁸ O momento da minha inserção ao campo não se trata de evento não justificado, ao contrário foi certamente calculado pela coordenação. Devido à natureza das atividades aos quais os alunos são expostos nas primeiras semanas, quando são altamente demandados física e psicologicamente, não seria apropriado a presença de uma pesquisadora.

⁹ O deslocamento em questão faz referência às atividades ocorridas na chamada “semana zero”, na qual os alunos são levados para uma área externa ao Batalhão. A semana zero será detalhada em tópico específico posteriormente.

sob uma ordem ética marcada pelo sigilo profissional, seja este deliberado formalmente, por meio de códigos disciplinares, ou quando da ausência destes o vácuo legal não raramente é ocupado por códigos informais capazes por repercutir como instrumentos de controle mais eficazes inclusive que os anteriores. Assim, ocorreu ao longo de todo o trabalho de campo, seleções do que seria “adequado” manifestar ou ao contrário silenciar, sendo que tais intervenções não foram pautadas exclusivamente pelo seu conteúdo, mas também na relação de confiança entre meus interlocutores e eu, especialmente no início do trabalho onde a ausência de confiança constituiu-se como agravante e foi sendo progressivamente conquistada ao longo dos meses em que frequentei o Batalhão.

Por inúmeras vezes, especialmente na ausência de um dos meus interlocutores, o qual ocupava posto de chefia na companhia em questão, fui acusada de elaborar um dossiê contra as práticas adotadas pelo BOPE. O interlocutor ao qual fiz referência era o então responsável pela PATAMO, tendo sido sua manifestação positiva ao meu pleito essencial para autorização do trabalho. Sempre que possível ele me acompanhava ao longo das aulas, disponibilizando-se a explicar o conteúdo das instruções assim como o motivo de comporem o currículo. A confusão quanto ao trabalho mais se instaurava, apesar do esforço vão de argumentar o contrário, por boa parte dos alunos acreditarem que minha formação e o estudo em questão eram na área de psicologia. Meus olhares invasivos potencializados pelas anotações constantes no diário de campo eram provas de que os observava atentamente, mas impressionante o peso de uma possível avaliação psicológica, muito maior que quando comparado à análise de um Cientista Social. Tal quadro pode ter sido decorrente do fato do fazer sociológico caracterizar-se para alguns, notadamente não todos, terreno desconhecido, por dedução as conclusões as quais eu chegaria, assim como a repercussão destas, seriam uma incógnita. Fiz uma exceção necessária quanto ao desconhecimento geral da atuação de um sociólogo, pois muitos, acredito que boa parte dos meus interlocutores, tiveram contato com textos da área, especialmente em suas formações acadêmicas o que contemporaneamente tem sido uma característica na carreira militar: grande número de membros com formação superior, ainda que esta não constitua condição para ingresso na carreira. Como bem apontado por Muniz (2001) a expansão da cultura “bacharelesca” entre os militares evidencia uma hipervalorização da perspectiva criminal do direito que tem levado a estabelecer o curso como padrão, sinônimo de status e possivelmente indicador para progressão na carreira. Não por acaso o Direito foi eleito

para ocupar tal posto. O trato cotidiano com o mundo jurídico e a vinculação da atuação policial a outras esferas, como o Ministério Público e o Judiciário, foram marcantes para eleição da formação em Direito como componente da carreira. Não recusando a real notoriedade e importância das ciências jurídicas na formação e atuação policial, compartilho da opinião de Muniz de que o conhecimento formal das leis não necessariamente deva ser tomado como foco primordial da atuação policial, uma vez que não se trata do único conhecimento exigido para rotina, restando ao cotidiano demonstrar que a demanda por conhecimentos que extrapolam as grades curriculares dos bacharéis, e que exigem dos operadores senso prático e demandas emocionais que incorporam outras áreas do conhecimento, são por vezes negligenciadas nos cursos de formação.

Sobre a realização do trabalho de campo e acesso às dependências do Batalhão, de praxe me dirigia à sala da coordenação para que então me encaminhassem para o local onde a aula seria ministrada. Depois de um tempo isso não seria mais necessário, exceto quando não tinha sido informada, no dia anterior, sobre o conteúdo e local das aulas. Me informavam previa e especialmente quando as aulas aconteciam fora do Batalhão, nesses casos precisaria de um maior planejamento, principalmente quanto ao deslocamento às outras instituições. Normalmente minha apresentação como “ouvinte” era feita no momento da própria aula, sempre estava acompanhada e previamente autorizada pela coordenação do curso. Nunca, dentre as vezes que me disponibilizei à observação, os instrutores de instituições externas me recusaram fazê-la, exceto no segundo dia de treinamento da instrução sobre controle de pânico ministrada no Corpo de Bombeiros. Tratava-se de custo e risco implícito ao BOPE e se estes não se importavam não seriam eles a estipular proibição. Como dito anteriormente, depois de um tempo a rotina de me apresentar à coordenação antes de procurar as salas, assim como, a identificação para acesso ao Batalhão foi sendo flexibilizada e gradativamente dispensada. Foi-me dado trânsito pelo Batalhão, tendo sido minha presença diária objeto de piadas principalmente no portão de acesso, onde algumas vezes os policiais que estavam na guarda zombavam: *“você de novo por aqui? Mas assim vou te pedir pra cobrir meus plantões! Novinha”¹⁰*,

¹⁰ Quanto às formas de tratamento que me eram dispensadas, alguns me chamavam de doutora, outros de novinha, alguns de zero-zero. Em regra o tratamento começou mais formal e foi progressivamente ganhando informalidade, entretanto até hoje alguns permanecem me dispensando tratamento excessivamente formal, característica comum aos militares. Quanto a mim, assumi alguns cuidados no portar e isso ficou evidente em algumas situações. Na segunda vez que visitei o Batalhão, já durante o campo, foi solicitado que um Tenente me acompanhasse até o local em que ocorria a aula. Como já tínhamos sido apresentados ele tentou me

“você não cansa disso aqui não? Eu vou sair e folgar e você vai estar aqui, tá faltando só a farda.”

Não sei ao certo se progressiva e lentamente fui ganhando uma parcela de confiança dos meus interlocutores ou se simplesmente eles foram se acostumando com o fato que eu estaria ali ainda que alguns julgassem inadequado. Mas, o fato é que os olhares carregados de desconfiança e dúvidas ao meu respeito e sobre o que efetivamente fazia ali foram amenizados com o passar do tempo, não que tenham deixado de se questionar sobre o que faria com a apropriação daqueles conhecimentos, mas creio que foram se acostumando ou aceitando.

Dito isso resta discutir uma variável que campo mostrou de efetiva importância: o tempo. Não o tempo enquanto idéia de prazos que sempre atordoa os acadêmicos em formação, mas o tempo para maturação de uma série de saberes, e no caso de uma incursão a campo tempo para estabelecimento de laços que te permitam acessar e igualmente ser acessado. O fato de ter sido autorizada para estar ali não significava que tinha sido autorizada a acessar todos os conhecimentos e redes que estavam sendo travadas, para isso seria necessário muito mais que um documento hierarquicamente estabelecido. Era necessário que, de forma personalíssima, me autorizassem e essas certamente me custaram tempo e esforço.

Feita essa longa introdução irei me ocupar do proposto.

cumprimentar com um abraço, o qual rapidamente, quase que por um instinto, rompi com um distante aperto de mãos. Evidentemente não se trata de característica que me é própria, entretanto acabei adotando uma postura mais distante e fechada pela minha condição feminina – na maior parte das vezes a única a cruzar os ambientes de treinamento – a fim de evitar situações constrangedoras. Reencontrei esse mesmo Tenente um ano depois, na ocorrência de uma entrevista nas instalações do Batalhão. Contraposto ao ambiente que notadamente ainda fazia referência profissional, o fato de não estar realizando a observação permitiu um clima bem mais despojado no tratamento. O ato de cumprimentar, assim como, o de abraçar, contrastados à concepção inicial de ato simplório e irrefletido, iniciaram uma série de administrações da minha parte.

1. DISCUSSÃO METODOLÓGICA

Mannheim (1968) discute em seu trabalho intitulado *“Ideologia e utopia”* a presença do sociólogo e a repercussão dessa presença no que se refere à neutralidade e objetividade científica, reconhecendo que *“uma situação humana só é caracterizável quando se tomam em consideração as concepções que os participantes têm dela, a maneira como experimentam suas tensões nesta situação e como reagem a essas tensões assim concebidas”* (1968, p. 70).

A discussão nas Ciências Sociais sobre o papel dos atores e a forma como compreendem e vivenciam suas ações é vasta e antiga, existindo diferentes posicionamentos sobre o tema. Uma das escolas a promover tal debate é a de tradição funcionalista, que centra suas análises no sentido social da conduta humana, em oposição às motivações individuais dadas à conduta, priorizando uma abordagem funcional dos organismos sociais e suas funções dentro de um todo complexo. Em oposição ao enfoque dado ao “todo” e as redes sociais que o compõe, a sociologia compreensiva aborda como definidor da ação social o entendimento que lhe é aplicado. O principal expoente dessa corrente teórica é Max Weber ao afirmar que *“na ação está contida toda a conduta humana, na medida em que o ator lhe atribui um sentido subjetivo”*(1974, p.110). Podemos assim, centrar no binômio significado e intencionalidade o cerne da perspectiva compreensiva, ao conceber a sociedade enquanto fruto da inter-relação dos atores sociais. Afinizada com a proposta compreensiva, a pesquisa em questão adota por modelo ontológico o foco no sentido atribuído pelos indivíduos às suas ações, como orientam suas práticas e como tal racionalidade repercute e determina na composição social. Nesse sentido, a pesquisa adotou como escolha metodológica a etnografia, que por sua vez foi composta por diferentes estratégias de contato que tentarei descrever a fim de localizá-los no percurso elaborado ao longo do trabalho de campo.

A proposta foi polarizada na tentativa de não esboçar dois padrões verificados em alguns trabalhos acadêmicos: a condensação de uma retórica teórica ou, em contrapartida, o simples ato de “contar histórias” e reprodução de detalhes do diário de campo. Uma vez decidido o objeto a ser estudado, que na época da realização do campo remetia à relação

entre a identidade profissional e a representação da masculinidade no grupo, foi feita a opção por trabalhar com a etnografia, sendo tal eleição decorrente do primeiro pressuposto sob o qual se sustentaria o esforço acadêmico em questão: a escolha por trabalhar com um objeto concreto, localizado no tempo e espaço bem pontuados. Feita tal escolha caberia agora esforço para não recair no outro extremo, e reproduzir simplesmente os detalhes observados sem uma adequada comunicação destes com referenciais teóricos que permitissem descrevê-los sob uma perspectiva científica.

A oportunidade de realização do trabalho de campo aconteceu por meio do curso da Companhia de Patrulhamento Tático (PATAMO), e se entendeu por cerca de três meses. Não acompanhei exatamente todo o período da formação por dois motivos: restrições colocadas pela própria instituição, especialmente no período inicial da formação; e indisponibilidade de tempo integral para dedicação a essa etapa do trabalho, tendo me desdobrado entre a rotina acadêmica e a jornada diária de trabalho. Nos casos de instruções consideradas extremamente relevantes¹¹ dedicava o dia todo ao seu exercício, mas esses foram casos de exceção. Em regra chegava ao Batalhão por volta das 14h e saía quando terminadas as instruções, que em média ocorria por volta das 18h, momento no qual os alunos eram dispensados para atividade física obrigatória¹².

Como dito, o recorte estabelecido antes do campo foi alterado ao longo deste, tendo o atual objeto de estudo sido construído *no e pelo* trabalho de campo, de tal forma que o reducionismo tão claro de antes, ao elencar a proposta em duas subáreas da sociologia - gênero e trabalho - foi substituído por um desdobramento polifônico, que cambiou entre várias áreas. A eleição dos temas me condicionou a adentrar em aspectos que sequer tinha

¹¹ Em regra a eleição das instruções relevantes era antecedida pelo alerta da coordenação que me descrevia o teor das aulas, sua relevância na formação e as experiências de tais instruções em cursos anteriores. Quanto a isso não percebi muitos boicotes, alguns interlocutores me descreviam com paciência o que era esperado e nesse momento já me comunicavam se poderia comparecer. Como disse, não existiram muitos interditos formalizados, mas além e aquém destes tive que me cuidar com as informações que antecediam às instruções; se por um lado me serviram como iniciadoras, ao me ser exposto uma série de conhecimentos previamente, por outro, não poderia me restringir a estas, notadamente tendenciosas e vinculativas.

¹² Normalmente me despedia da turma quando eles seguiam para atividade física, que normalmente era iniciada por uma corrida pelos arredores do Batalhão. Fui comunicada de algumas noites em que os alunos tiveram que pernoitar em resposta a alguma falta cometida pela turma, sendo que em nenhuma dessas vezes estive presente, tampouco fui informada da sua ocorrência. Não por acaso esses eram momentos de práticas que requeriam sujeição psicológica e física. Alguns alunos narraram que eram molhados, e que era solicitado por parte da equipe de instrutores que desferissem tapas uns nos outros. Apesar de serem contrários às práticas, as executavam, e não se importavam quando eram alvos da agressão, por saberem da condição que estavam e que a recusa podia implicar em punições à turma.

imaginado antecipadamente, tais como: literatura referente às demandas emocionais, algumas especificidades da sociologia das profissões, assim como, sociologia da educação. Uma das peculiaridades da etnografia é a sua capacidade em desconstruir as divisões disciplinares, forçando-nos a observar o mesmo fenômeno sob vários prismas. Na tentativa de dar conta desse arcabouço de nuances sociais e arranjos coletivos, elegi alguns tópicos que considere *significativos e marcantes* para o entendimento das relações desenvolvidas no Batalhão, considerando que essas eram explicativas para a delimitação daquele grupo específico.

Um dos detalhes ao qual o esforço reflexivo de pensar metodologicamente levou-me foi quanto ao questionamento acerca dos significados e eleições que ponderei como *significativas e marcantes*, e em que medida elas de fato representavam o grupo. Algumas passagens do curso marcaram-me mais que outras, isso já era esperado, entretanto a expectativa de que acontecesse não eximia a reflexividade de questionar o porquê de tais eleições; se realmente elas eram representativas e explicativas. Acerca do exercício da observação participante, Ruth Cardoso nos lembra que:

“a prática de pesquisa que procura esse tipo de contato precisa valorizar a observação tanto quanto a participação. Se a última é condição necessária para um contato onde afeto e razão se completam, a primeira fornece a medida das coisas. Observar é contar, descrever, e situar os fatos cotidianos, construindo cadeias de significação. Esse modo de observar supõe, como vimos, um investimento do observador na análise do seu próprio modo de olhar” (Cardoso, 1988, p.103).

Na tentativa de frear uma intuição irrefletida lancei mão de alguns dispositivos que julguei adequados e viáveis naquele momento. O primeiro mecanismo foi eleger a postura que desenvolveria ao longo do trabalho. Reconheço que não tratou de uma preocupação imediata, senão consequência de alguns fatos, especialmente da presença inicialmente constante de um acompanhante durante minhas observações. A presença inicial de um interlocutor foi importante, tanto para me inserir no espaço físico, quanto no universo simbólico que compunha o Batalhão. A primeira inserção, de ordem física, moveu-se em me apresentar os espaços: onde ficavam as salas; os locais de treinamento; alojamento; direção e etc. O segundo, de ordem simbólica, tratou do legitimar o meu acesso e minha presença durante o curso. Percebi que para aqueles que me receberam acompanhar-me era muito mais um ato de polidez e educação, do que um controle sobre o que observava e minhas conclusões - hipótese que cheguei a levantar na época. Com o passar do tempo não era possível, nem desejado, que interrompessem suas atividades para se dedicarem à minha

companhia, simplesmente me apresentava e me dirigia ao local de aula. Assim, poderia dividir minha inserção nos ambientes do Batalhão como tendo ocorrido em três momentos: no primeiro deles, e de extensão mais curta, estava sempre acompanhada por algum membro da coordenação; no segundo, passei a me apresentar à sala da coordenação que designava alguém para me acompanhar até o local em que era ministrada a instrução; no terceiro, passei a me deslocar diretamente para o local de aula. A apresentação para a turma foi feita pelo então responsável pela Companhia, a cada instrução ministrada era repetida a minha apresentação ao novo instrutor.

A idéia de contaminação descrita por Martins (2008)¹³ tornou-se evidente quando, quase um ano após o curso, encontrei um aluno em um evento não vinculado à Polícia, o qual confidenciou as diferenças bruscas no tratamento dispensado aos alunos quando da minha presença: por vezes os alunos eram “arrochados” na minha ausência, para compensar os momentos de “folga”. Já tinha observado algumas alterações no tratamento, não podendo ignorá-las nas minhas conclusões; no outro extremo, não caberia a expectativa utópica de que se comportassem como se não estivesse presente. Como dito, não há pesquisa social sem interação entre o pesquisador e a população em questão, sendo igualmente verdade que a presença de qualquer observador altera o ambiente, principalmente tratando-se de um observador antecipadamente identificado. Reconhecido isso, procurei elencar em algumas passagens, especialmente por meio de notas de rodapé, as impressões que tive do trabalho de campo.

A descrição aqui feita das condições de inserção no campo e estratégias de contato tem por pressuposto o reconhecimento de que a etnografia não deve ser elaborada como um ato instintivo de observação, senão composta por uma série de estratégias eleitas pelo pesquisador, tanto em resposta às imposições do campo, quanto no diálogo deste com os referenciais teóricos praticados.

Depois de terminado o trabalho de campo é que efetivamente me ocupei em agrupar e descrever alguns arranjos e a maior preocupação que acabou se constituindo em dificuldade foi em delimitar regularidades e padrões na busca de uma compreensão o mais

¹³ “O pesquisador não só obtém e produz conhecimento, mas ao adentrar na realidade investigativa interage e, ao interagir, altera necessariamente o conhecimento de senso comum referencial das populações estudadas. A informação que obtém está necessariamente contaminada por sua presença” (MARTINS, 2008, p.14)

possivelmente total do grupo. O sentido de total aqui empregado não tem por intenção descrever um todo orgânico, funcional e sem conflitos, tampouco elaborar uma descrição compartimentalizada. A totalidade aqui descrita faz referência à dupla face do trabalho etnográfico: de um lado a vivência dos atores sociais, de outro, a percepção dessa experiência por parte do pesquisador. Tal respeito às formas vividas, sentidas e concebidas das próprias práticas por parte dos atores sociais tornou-se evidente em algumas manifestações dos policiais, e se antes delas tratava-se de item importante, após tais conversas tornaram-se cruciais. Numa das vezes fui abordada por um caveira¹⁴ enquanto observava instrução de tiro, conversamos sobre a técnica empregada; ele formulou algumas elucidações técnicas; demonstrou um tiro a longa distância; e depois, que já se considerava próximo o suficiente, interpelou sobre minha pretensão de dar conta de toda realidade em alguns meses de contato, e sobre a expectativa de que me eram apresentadas todas as faces da formação. Conversamos sobre a inexistência de uma nulidade pessoal diante do objeto, sobre os interditos que já tinha reconhecido que aconteciam, e lá pelas tantas ele questionou se a pessoa ideal para formular o trabalho não seria um legítimo integrante do Batalhão, quando então chegamos à questão da familiaridade e estranhamento. Essa conversa iniciou uma série de queixas por parte dos policiais com relação às produções acadêmicas e sua incapacidade em descrever apropriadamente as experiências policiais, em especial, a ausência de interesse em conhecer mais aprofundadamente e sem tantos julgamentos as lógicas internas. A representação descrita por muitos sobre atividade acadêmica era um tanto ditatorial, como posto por um colega policial: “*vocês pensam que vão saber de patrulhamento acompanhando duas rondas*”. O pior foi reconhecer que a crítica não era totalmente infundada, de fato alguns trabalhos pecam ao subestimar a extensão e necessidade de uma metodologia bem elaborada. Na tentativa de não cair nos erros descritos acabei extrapolando a observação participante, técnica que inicialmente julgava suficiente para realização do trabalho, adotando o uso de questionários, entrevistas, além da análise documental.

As entrevistas foram realizadas já na fase final quando em meio à escrita verifiquei necessidade de abordar alguns temas, assim como esclarecer algumas passagens. Foram realizadas em número de cinco e compostas por alunos e coordenadores que também

¹⁴ Caveira é o termo utilizado para designar todos que concluíram o Coesp, curso de especialização da Companhia de Operações Especiais (COE), uma das que compõe o BOPE/PMDF.

ocuparam em algum momento o posto de instrutores no curso. Teria sido ideal a realização de entrevistas com um número maior de alunos, especialmente para tomar conhecimento das motivações que os levaram à realização do curso de especialização, entretanto optei por me ater ao material já recolhido, pois em estender-me a um número tão grande de objetivos poderia incorrer no risco de não dar conta de nenhum deles. As entrevistas foram de caráter semi-estruturado, e o roteiro repetiu de certa maneira temas de conversas que já tinha tido como alguns integrantes, de forma a constituir elemento novo exclusivamente para os alunos. Não sei se devido à ocorrência de conversas anteriores o perfil das entrevistas foi notadamente diferente entre alunos e instrutores. Enquanto os primeiros, os alunos, ocuparam-se dos temas propostos, contendo-se praticamente ao roteiro, os coordenadores/instrutores praticamente elegeram por conta própria o roteiro da entrevista, temas sob os quais falariam, fazendo da técnica um instrumento de justificação do formato do curso e das práticas internas. Observei, dessa forma, o quanto temiam as conclusões do trabalho. A ocorrência mais interessante aconteceu numa das entrevistas, que tinham por padrão serem antecedidas por uma conversa informal sobre o trabalho, a família e etc, onde, antes que me desse conta e expusesse os temas de interesse, a entrevista já havia começado. Antecipadamente o policial elegeu o que deveria me interessar, repetindo um padrão que aconteceu por vezes durante a observação participante. Se por um lado os alertas gerados pelos membros eram interessantes na antecipação de questões que poderiam passar despercebidas, por outro, não poderiam ser limitadores e condicionantes da análise. Ao longo de todo trabalho tive que dialogar com essas nuances, interditos, direcionamentos, eleições pessoais e também as formuladas pelo grupo, atentando para que minhas eleições de aspectos da formação fossem de fato representativas, não que esperasse que os sujeitos envolvidos nas relações tivessem o distanciamento necessário para o reconhecimento de toda trama social, se assim fosse meu papel enquanto cientista social seria totalmente dispensável. Não falo de uma super valorização do conhecimento local enquanto suficiente para auto-descrição, mas da consideração deste como elemento reflexivo da própria prática de pesquisa.

Posto a importância da vivência dos atores e da concepção sobre as próprias práticas e do esforço em dar conta da “totalidade”, tive que *“renunciar à ambição impossível (...) de dizer tudo sobre e de forma ordenada”* (BOURDIEU; CHAMBOREDON & PASSEROM, 1999) limitando-me a alguns aspectos e às condições

em que o trabalho aconteceu. Uma delas, já colocada na introdução, foi o caso da realocação de algumas companhias que à época compunham a integralidade do Batalhão, e que depois do advento de um decreto foram distribuídas como pertencentes ao Batalhão de Choque, recém criado.

Além da observação participante e entrevistas, foram aplicados questionários de cunho sócio-demográfico aos alunos, e realizada análise documental. Os questionários foram aplicados em fase final do curso, tendo participado todos os alunos que se encontravam vinculados ao curso nesse momento. As questões foram divididas em dois módulos: o primeiro tratou de delinear um pouco a trajetória profissional dos alunos e o perfil das atividades desempenhadas atualmente; o segundo ocupou-se de itens sociodemográficos (composição familiar, idade, patente, escolaridade e religião).

Quanto à análise de conteúdo, essa foi se estabelecendo ao longo do campo e conforme tomava conhecimento de assuntos afetos à pesquisa. A necessidade e interesse em analisar documentos foi estabelecida desde o início da pesquisa, entretanto teve como dificuldade o caráter reservado da maior parte das publicações internas. Respeitando tal caráter, tive que me ater a um número restrito de documentos, os quais o acesso era controlado por outro tipo não menos limitador: a dependência de disponibilização por parte dos interlocutores. Acessar esses documentos, ainda que não fosse restringido por ato normativo, era alvo de interditos da mesma maneira, tendo sido seu acesso progressivamente liberado conforme a relação de confiança ia se estabelecendo. Tal quadro se estruturou como regra, tendo sido vários ingressos, não exclusivamente documentais, incluindo diálogos e temas, permitidos exclusivamente com o passar do tempo. Os documentos aqui analisados são os que pautaram o curso ou que em alguma medida se comunicam com a formação: grade curricular, manual do aluno, ata de conclusão, livro de numeração dos Táticos e hinário.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 - POLÍCIAS E OS PROCESSOS DE ESPECIALIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO

Há tempos as instituições policiais e as Forças Armadas são objeto de estudo nas Ciências Sociais, sendo uma das peculiaridades destas instituições o uso legítimo da força física, atributo outorgado pelo Estado. A administração da força e seus derivados é um dos veementes objetos de estudo sobre as instituições policiais, entretanto não é o único. Progressivamente essas instituições tornaram-se alvo de novas propostas investigativas, dentre estas, as que retomam caracteres sobre a cultura do trabalho e identidade profissional, cerne da proposta dessa dissertação.

Monjardet aponta, de forma generalista, duas configurações analíticas dentro da produção teórica acerca das polícias. Numa perspectiva instrumental as análises dividem-se entre duas escolas: a primeira, de caráter mais progressista, concebe as polícias enquanto instrumentos de dominação servindo aos propósitos da classe dominante. A segunda, representante da classe conservadora, define a polícia enquanto instrumento especializado de aplicação da lei, repressora do desvio e retificadora do pacto social que antes da sua atuação havia sido quebrado (Monjardet, 2003, p. 151).

Ao falar de polícia quase que instintivamente pensamos em exercício da força. Max Weber descrevia o Estado contemporâneo como reivindicante do monopólio da violência física legítima, cabendo a delegação de tal tarefa a algumas instituições por ele criadas. A polícia notadamente é uma delas, mas apesar de administrar o uso da força não detém a exclusividade no seu desempenho, sendo, por tanto, tal capacidade compartilhada com outras instituições, tais como, as prisões, alguns serviços hospitalares e até mesmo a autoridade parental (Monjardet, 2003, p. 23). Nesse sentido, Brodeur (2002) contrapõe o entendimento de E. Bittner, o qual vigorou por longo período, de que as polícias agiriam conforme a concepção abstrativa de um martelo: aplicando e distribuindo força não negociável (Monjardet, 2003, p. 22) e afirma em contrapartida que em nenhum lugar a polícia detinha o monopólio da força física. Além disso, a força não é o meio de ação mais

significativo na atividade policial, se resumindo a ser um dentre os vários instrumentos da sua atuação. Exemplos disso são os recursos utilizados nas investigações policiais, dentre estes, a manipulação de informações, a delação premiada, quebra de sigilo bancário, telefônico e de correspondências etc, sobre os quais existe previsão legal e autorização de manipulação por parte das polícias. Assim como a aplicação da força física tais instrumentos também caracterizam a atuação policial, seu uso não é massificado sendo autorizado a determinadas situações e quando praticado por determinados agentes, de forma a constituir delito ou falta moral grave o uso por parte de cidadãos desautorizados.

Apesar de Brodeur não reconhecer a existência de um monopólio policial da violência legítima, haja vista o fato de outras instituições também exercerem coação física, o autor admite que a força pública tem propriedades que a singularizam. A polícia está habilitada, salvo exceções, para agir em todos locais e sobre todos indivíduos. Trata-se de uma legitimação massificada, o que a distingue da então citada instituição familiar, por exemplo, que possui legitimidade de coação somente sobre um número limitado de indivíduos que a integram.

Um dos produtos do caráter massificado do poder de polícia é o processo de especialização policial. A especialização é descrita por Bayley (2002) como um termo que faz referência à exclusividade em executar uma tarefa, e no caso do policiamento esta tarefa se reduz à aplicação da coerção física. Notadamente a ênfase dada por Bayley à coerção física enquanto aspecto crucial para o desempenho da atividade policial contrapõe a proposta de Brodeur e Monjardet, aos quais pessoalmente dedico maior afinidade, entretanto sua análise sobre o processo de especialização é interessante para o entendimento da constituição contemporânea das polícias. A especialização delineada por Bayley se refere à destinação das polícias para o trato específico e exclusivo do que hoje é descrito como de sua competência. Por meio desse processo as polícias passam a se dedicar a um número específico de demandas abandonando o trato com uma série de questões que a extrapolam e fogem da rotina de manutenção da ordem interna, tais como, situações meramente administrativas e de cunho judiciário, que noutras épocas foram exercidas concomitantemente pela mesma figura, a qual acumulava tanto o poder de polícia, de caráter executivo, quanto o normativo e o judiciário. Assim, por meio da especialização as tarefas passam a ser melhor descritas e distinguidas.

Bayley aponta a remoção dos militares da manutenção da ordem interna como aspecto importante na especialização policial, sendo o uso de militares na segurança interna a representação de uma especialização imperfeita e incompleta. Característica de boa parte do continente europeu a presença de militares é descrita como forte em países como a Itália e a Espanha, fraca na Alemanha e na França. A justificativa apresentada para participação militar contínua no policiamento deve-se à ocorrência de erupções prolongadas de violência.

Fato é que a especialização é uma característica do policiamento moderno e as causas para seu surgimento são diversas. Conforme Bayley argumenta é tentadora a dedução de que a especialização é um subproduto da estratificação e diferenciação, características da contemporaneidade, mas como apontado por ele mesmo tal hipótese é contraposta à presença de especialização em momentos anteriores, restando reconhecer que apesar de não ser condição as circunstâncias modernas viabilizaram a especialização.

Fenômeno que se comunica com a especialização é o processo de profissionalização, atributo moderno da polícia e que faz referência direta aos critérios de recrutamento e seleção. Bayley aponta como indicadores mínimos de uma polícia profissional o recrutamento, a remuneração, o treinamento formal e a supervisão sistemática. O crescimento da profissionalização policial é apontado como decorrente da mudança de pólos no policiamento, que sai da esfera privada e se transfere para esfera pública, surgindo por meio da necessidade de se criar instrumentos de controle dentro de um determinado território.

MacCann (2007) descreve o processo de profissionalização do Exército Brasileiro enfatizando a importância do oficialato, que após a instituição do serviço militar obrigatório em 1916 integra o único elemento permanente no Exército. Após o fechamento da Escola Militar no Rio de Janeiro, em 1904, faltou aos oficiais uma tradição comum de ensino e somente após 1944, com a criação da Academia das Agulhas Negras (AMAN), o Exército ganhou homogeneidade curricular. Interessante a pontuação que o autor faz com relação à repercussão das diversas escolas de formação no que se refere à identidade estabelecida entre os oficiais, que se sentiam afins por aqueles que compartilhavam a mesma formação e eram oriundos da mesma escola, sendo a unidade curricular, e por consequência, a unidade identitária adquirida somente com a criação da AMAN. A

potencialização da unidade de formação enquanto elemento fundante da identidade profissional é aspecto vivenciado pelo Batalhão de Operações Especiais da PMDF, objeto do estudo em questão, e a existência de quadro semelhante conforme o descrito por MacCann com relação ao oficialato corrobora a tese de que a formação constitui elemento essencial para compreensão das identidades profissionais.

Carvalho (2002), assim como McCann, salienta a importância interpretativa de algumas características do Exército, dentre as quais, destacam-se o recrutamento, tamanho, função e distribuição de pessoal, formação e composição da oficialidade, treinamento e desenvolvimento de ideologias. Segundo o autor, as formas de recrutamento refletem o grau de abertura da instituição, seus papéis sociais, missão e auto-imagem.

Quanto ao surgimento das Forças de Operações Especiais, Pinheiro (Dunnigan, 2008) afirma que estas estão diretamente relacionadas aos conflitos chamados de 4ª geração do século XXI, decorrentes do contexto político internacional pós Segunda Guerra Mundial, onde surgem como pauta da segurança nacional novos atores, forças separatistas, organizações não estatais armadas, dentre outros. Apesar das Forças Especiais, no formato que as conhecemos e identificamos atualmente, serem datadas após a ocorrência da Segunda Guerra, a ideia da seleção de um grupo de profissionais com destacada experiência e know-how é bem antiga, o que pode se dizer novidade é a disposição em se investir na formação e capacitação continuada desses profissionais. Amplamente divulgado nos meios militares, o recrutamento de tais forças nos tempos antigos era elaborado pelo comando: *“Envie-me seus melhores homens”*. Unidades para atuação em situações especiais nos exércitos contemporâneos podem ser apontadas com o surgimento dos fuzileiros navais e pára-quedistas, mas eclodem especialmente a partir da década de 50, tendo por iniciadoras o Special Air Service britânico e as Forças Especiais norte-americanas (Dunnigan, 2008, p. 62).

Como dito, a necessidade por comandos especiais foram sentidas e implementadas durante a Segunda Guerra, especialmente pelos alemães e britânicos, onde os primeiros formaram o regimento Brandenburg, e os segundos formaram unidades diversificadas: Special Air Service (SAS), Special Boat Squadrom (SBS), Long Range Desert Patrol, o Exército Particular, dentre outros. Dunnigan aponta a dissolução de todas as unidades de comando após a Segunda Guerra, com exceção dos fuzileiros navais britânicos, tendo o

advento da Guerra Fria restabelecido a necessidade de tais grupos. Assim, foram reconvocados o SAS britânico, os rangers americanos, e criada as Forças Especiais dos Estados Unidos.

No Brasil as raízes históricas das Forças Especiais remetem aos tempos da colônia, no século XVII, quando da invasão dos holandeses (Pinheiro, *apud* Dunnigan, 2008, p.18), sendo dedicado à memória de Francisco Padilha e Antonio Dias Cardoso, responsáveis pelas campanhas de resistências à invasão holandesa, o tributo de iniciadores do grupamento especial do Exército Brasileiro. Quanto ao formato contemporâneo das Forças Especiais, o Primeiro Curso de Operações Especiais, ocorrido em 1957, é tido como precursor da formação dos grupamentos brasileiros, e embrião dos cursos de Ações de Comando, Forças Especiais e Operações na Selva.

Em 1972 o Destacamento de Forças Especiais (DFEsp) passou a realizar periodicamente o Estágio de Ações de Comandos, com duração de três semanas, para formação de policiais civis e militares do Estado da Guanabara, atual Rio de Janeiro. O estágio, conhecido também por “comandinho”, foi o berço de formação do atual Batalhão de Operações Especiais (BOPE/PMRJ) e da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE/PCRJ).

Somente em 1983 o Destacamento de Forças Especiais foi extinto, dando lugar ao 1º Batalhão de Forças Especiais, tendo sido admitido a presença de cabos e soldados nas Forças Especiais Brasileiras somente após tal advento, antes disso, a admissão era exclusiva a sargentos e oficiais de carreira. De encontro ao recrutamento de soldados e cabos, ocorre em 1984 o primeiro Curso de Comandos para cabos e soldados¹⁵.

2.2 - SOCIALIZAÇÃO

A socialização pode ser considerada o processo no qual o indivíduo passa a integrar um grupo por meio da internalização de valores, performances e papéis. Ao ingressar em um novo grupo as pessoas são em regra iniciadas em seus valores, crenças e normas, os quais compõem o processo de aculturação. No decorrer desse processo algumas

¹⁵ Antes disso, todos os cursos tinham por público alvo sargentos e oficiais de carreira.

instituições utilizam-se de rituais de passagem, os quais perpassam vários momentos do curso de especialização do Batalhão.

Quanto ao processo de socialização Berger (2004) o divide em dois momentos, o primeiro denominado socialização primária, e o segundo denominado socialização secundária. A socialização primária faz referência à primeira socialização sofrida pelo indivíduo na infância. Segundo o autor, nesse primeiro momento de socialização não há problemas de identificação, uma vez que a mesma está sendo formada e por isso não existem referentes para contrastá-la. Em contrapartida, a socialização secundária, entendida enquanto qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado, deve ocorrer em conformidade com a socialização primária. Berger atribui à socialização primária maior consistência e firmeza nas consciências que o obtido nas socializações secundárias.

A socialização secundária pode ser descrita enquanto aquisição de conhecimento e funções específicas relacionadas à divisão social do trabalho, exigindo a incorporação de vocabulários e práticas específicos. Frequentemente são acompanhadas de “símbolos rituais ou materiais”, um corpo de imagens e alegorias que identificam uma situação.

Parsons define a socialização enquanto “sistema de relações dinâmicas” e o ato de socializar como sendo instrumento de assemelhação entre membros de um mesmo grupo. O autor descreve modelo teórico que compreende a existência de uma socialização primária seguida por uma secundária, sendo a passagem de uma para outra considerada uma “ruptura na conquista da autonomia” (DUBAR, 2005, p. 62). Parsons hiper valoriza a importância da socialização primária, em especial a promovida na primeira infância e adolescência, enquanto promotora de um forte sentimento de pertença. O autor aponta que nos casos onde os indivíduos não são bem sucedidos na etapa da socialização primária, não passando pela internalização das normas e valores particulares, assumem-se a posição de desviados e na ausência de identidade própria buscam integrar-se noutro grupo. Na idade adulta o indivíduo é concebido por Parsons como um agente socializador que reproduz normas e valores.

A categoria de socialização secundária permite contrastar dois momentos de secundarização dentro do ambiente Policial Militar: o primeiro faz referência à inserção na instituição, quando a formação ocorre de forma planejada a todos que se inserem na

PMDF, trata-se do primeiro referencial de identidade militar¹⁶; o segundo, no caso em estudo, dirige-se a inserção noutra grupo, mais específico e dono de identidade singular, o Batalhão de Operações Especiais.

Contrapondo à Parsons, Merton não concebe modelos teóricos generalistas que abarquem uma realidade irrestrita, ao contrário, localiza no tempo e espaço suas conclusões, ratificando a importância do objeto empírico enquanto demarcador teórico. Nesse sentido, Merton desenvolve teorias intermediárias que são articuladas e viabilizadas por meio de pesquisas empíricas.

A partir da releitura do trabalho intitulado *American Soldier*, que teve por objeto de análise os soldados americanos que atuaram na Segunda Guerra Mundial, Merton analisa a avaliação realizada por um grupo quando comparado a outro, e de que forma tal ponderação repercute no grau de satisfação e insatisfação entre os grupos, concluindo que “em um grupo, os membros subordinados, ou ainda não integrados, sempre tendem a compartilhar os sentimentos ou a se conformar aos valores do núcleo mais prestigiado e respeitado do grupo” (BOURDIEU apud DUBAR, 2005, p. 66). Tal conclusão faz referência direta ao processo de socialização secundária dentro de um novo grupo e à capacidade de assimilação de normas e valores, de forma que segundo o proposto pelo autor os novos membros tendem a alinhar-se aos mais antigos, e por meio da passagem consecutiva de tal alinhamento é que se promove a manutenção da ordem estabelecida. A questão posta é que a opção por alinhar-se ocorre precedida da seleção de um grupo que ditará “as regras”, e a escolha de tal núcleo é, por sua vez, ponderado pelo prestígio que compartilha.

A tentativa de inserção noutra grupo é descrita por Merton pelo conceito de socialização antecipatória, no qual o sujeito interioriza os valores do grupo referenciado na busca por tornar-se um membro. Trata-se do processo de aprendizagem de novas regras e comportamentos, sendo o objetivo pretendido por tal exercício é de que o esforço em identificar-se com o padrão estabelecido facilite a aceitação e adaptação de novos membros.

¹⁶ O primeiro referencial tratar-se do momento de inserção numa carreira militar, existindo a possibilidade dos policiais terem prestado serviço noutras instituições (Forças Armadas, Polícias Militares de outros Estados e etc) e nesse caso já existir um referencial anterior.

Bourdieu descreve o conceito de *habitus* enquanto “processo social e quase mágico de socialização” (BOURDIEU *apud* DUBAR, 2005, p. 78) assegurando tanto a adesão subjetiva dos sujeitos quanto sua reprodução por meio desta. Por essa via o *habitus* se constitui como elemento de manutenção da ordem que atende ao grupo dominante, chegando ao ponto de algumas leituras feitas sobre o modelo teórico proposto pelo autor à excluir qualquer mecanismo de mudança social. Quanto a isso Dubar aponta o esforço promovido pelo próprio Bourdieu (1996) em descrever que a reprodução das estruturas da qual é produto tem por condicionantes a existência de estruturas idênticas ou homologas à estrutura da qual decorreu.

Sob outro prisma o *habitus* pode também ser tratado enquanto conciliador das oposições compostas pela realidade exterior e realidades individuais, capaz de expressar de forma relacional a interdependência entre indivíduo e sociedade nas formas de trocas recíprocas entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo. O *habitus* é uma subjetividade socializada (BOURDIEU, 1992; p.101), concebido enquanto sistema relacional capaz de expressar o diálogo entre mundo objetivo e mundo subjetivo. Trata-se de sistema composto por disposições estruturadas e estruturantes, adquirido pelas experiências cotidianas e orientado para o agir cotidiano. Bourdieu reconhece a existência de campos distintos disputando espaço e poder, considerando a vida social enquanto sistema pluri em contraposição às concepções únicas e homogêneas da vida social. Dessa forma, o indivíduo proposto pelo autor, inserido em meio a campos diversos que disputam entre si, é dotado de reflexividade, no sentido dado por Giddens (1994), de forma a apoderar-se e traçar individualmente suas próprias diretrizes. Assim, o conceito de *habitus* recupera a noção ativa dos sujeitos, rompendo com uma visão determinista focada em indivíduos enquanto produtos de uma socialização que lhes é além e aquém. Desse modo, o *habitus* é estruturado enquanto sistema flexível, não simplesmente resultado da sedimentação de regras e práticas, fruto do passado intervindo no presente, mas acima de tudo um sistema em construção e mutação adaptável. A utilização prática do conceito proposto por Bourdieu, aplicado ao caso em questão, possibilita investigar as formas por meio das quais ocorre e perpassa a socialização no grupo, assim como, se estabelecem e hierarquizam as relações de poder, não somente no interior do grupo, mas na relação deste com grupos que lhes são externos e que constituem *os outros*. Apesar da proposta de trabalho focar na perspectiva e narrativa interna ao grupo, estas se dão sempre de forma relacional, existindo

a necessidade de um referente sob o qual possa se intitular “especial”. No caso do BOPE o referente em questão é constituído por todo o restante da Polícia Militar do Distrito Federal. Sobre isso, Elias e Scotson (2000) desenvolveram os conceitos de estabelecidos e outsiders no estudo sobre a comunidade de Winston Parva. Os autores se depararam com uma divisão social do poder intimamente ligada à disposição do espaço, tendo utilizado como recurso explicativo a divisão da comunidade em três zonas: a zona 1 composta por um bairro de classe média; a zona 2, mais antiga da cidade, composta basicamente por operários; e a zona 3, chamada de “beco dos ratos” composta por famílias de imigrantes, estigmatizada como sujeitos inferiores pelos moradores das outras duas áreas. As duas primeiras áreas compõem o grupo dos estabelecidos, enquanto à última refere-se aos outsiders.

O interesse dos autores funda-se nas formas como as estruturas sociais acabam se configurando em um grupo estabelecido e outro excluído. Em Winston Parva chama a atenção o fato dos grupos, apesar das subdivisões territoriais e origens distintas, compõem, ainda assim, uma mesma comunidade, o que não exclui sentimentos de pertença e valoração essencialmente distintos. Contrastado às semelhanças um grupo se estabelece sobre outro, e Elias chama atenção para a *“maneira como um grupo de pessoas é capaz de monopolizar as oportunidades de poder e utilizá-las para marginalizar e estigmatizar membros de outro grupo muito semelhante”* (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 13). Dessa forma, o interesse de Elias está na constituição do poder pressupondo que esse não se distribui necessariamente entre grupos numa relação de empoderamento e exclusão, aos moldes marxista, podendo ocorrer inclusive entre indivíduos de um mesmo grupo, classe e família. Fazendo um comparativo entre “Estabelecidos e Outsiders” (2000) e “Processo civilizador” (1994), ambas obras de Elias, a afirmação de um grupo sobre outro está intimamente ligada à noção de autocontrole, característica que ajuda na integração dos membros do grupo e atua como forma de exclusão dos considerados fracos por não incorporarem a disciplina demandada.

“Num ambiente relativamente estável, o código de conduta mais sofisticado e o maior grau de autocontrole costumam associar-se a um grau mais elevado de disciplina, circunspeção, previdência e coesão grupal. Isso oferece recompensas sob a forma de status e poder.” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.171).

Numa perspectiva semelhante à descrita pelos autores ocorre o discurso legitimador de um ordenamento hierárquico entre os “especiais” e os “convencionais”. O ponto de partida e justificativa utilizada para avaliação cercada por aspectos valorativos está na formação, mas não simplesmente no sentido técnico desta, como o manuseio de certos equipamentos e know-how sobre determinadas técnicas e procedimentos. Extrapola o conhecimento, atingindo aspectos menos tangíveis e ponderáveis, relativos ao autocontrole, a disciplina e a moral dos seus agentes. Sobre isso, será dedicada análise mais detalhada nos capítulos referentes às demandas emocionais do trabalho, e o sofrimento físico enquanto componente da formação.

Vários trabalhos na área de antropologia cultural demonstram que as identidades frequentemente se estabelecem de forma relacional, envolvendo a negação de outro grupo. Nessa perspectiva, podemos dizer que a partir da negação do que “não sou” é estabelecido “quem sou”. Essa marcação de diferenças apesar de funcional no desenvolvimento da identidade pode apresentar problemas quando levada ao extremo da negação de outros grupos, podendo incidir, inclusive, na ocorrência de manifestações violentas que objetivam mais do que a negação simbólica do outro, a dissolução física de seus membros.

2.3 – A ESPECIALIZAÇÃO POLICIAL

As polícias como quaisquer outras instituições passam por mudanças, algumas vendidas à sociedade sob o rótulo de reformas, que apesar da amplitude relativamente vasta tiveram questionado seu real caráter inovador. A história brasileira demonstra a gestão de políticas que vias de fato promoveram uma mudança da “fachada” sob status de reforma, sem que ocorresse uma devida preocupação com a reestruturação real e radical das estruturas, e rompimento com os velhos padrões. Tal fato foi apresentado por Soares (2005) tendo a autora demonstrado que a introdução de mulheres no quadro das polícias militares foi decorrente, dentre outros motivos, de toda uma série de demandas sociais rumo à melhoria da representação social compartilhada sobre a atuação policial. As mulheres configuravam uma espécie de canal de relacionamento da polícia com a sociedade, sendo por isso alocadas em postos estratégicos, de grande visibilidade e com trato limitado a grupos e atividades específicas, tais como: trabalho preventivo e assistencial; policiamento de trânsito; policiamento em áreas turísticas e comerciais;

serviços administrativos; trabalho comunitário e assistencial. Tratar-se-ia de uma humanização figurativa, centrada na apresentação de um determinado padrão de policiamento que não correspondia a toda realidade policial.

Dentre as várias reestruturações das polícias nascem num contexto um tanto recente os grupos especializados. Tratam-se de grupos que surgem no cenário internacional e nacional e têm por proposta a atuação em casos limites ou sensíveis, que demandem um alto grau de especialização. Sob tal proposta os grupos especiais diferenciam-se do restante da polícia sob o aspecto da capacitação e consequente atuação, como bem enfatizado pela expressão latina “*ultima ratio*”, grifada no emblema da Companhia de Operações Especiais da PMDF, que se traduz literalmente por “última razão” ou último “argumento”. É assim que esses grupos se intitulam: após esgotadas todas as possibilidades recorre-se a eles, como foi evidenciado em uma conversa com integrante do Batalhão em que ele afirma “*temos que chegar e resolver*”.

Fato é que a legitimação de qualquer situação deve se estabelecer sob a égide de critérios, e como colocado por Dubar (2005, p. 129), sobre as identidades típicas pertinentes a um campo social específico:

Essas “representações ativas” estruturam os discursos dos indivíduos sobre suas práticas sociais “especializadas” graças ao domínio de um vocabulário, interiorização de “receitas”, à incorporação de um programa, em suma, à aquisição de um saber legítimo que permita a um só tempo a elaboração de “estratégias práticas” e a afirmação de uma “identidade reconhecida”.

A reivindicação dos grupos especiais em torno desse status diferenciado exemplifica o dilema proposto pela teoria dos campos sociais elaborada por Bourdieu, por meio da qual o autor aponta a segmentação crescente do espaço social em áreas especializadas (campos). De forma sucinta Bourdieu explica que:

Em um campo, agentes e instituições estão em luta, com forças diferentes e segundo regras constituídas desse espaço de jogo, para se apropriar dos ganhos específicos que estão em jogo nesse campo. Os que dominam o campo possuem os meios de fazê-lo funcionar em seu benefício; mas devem contar com a resistência dos dominados (Bourdieu, 1980 *apud* Dubar, 2005, p. 85)

Nesse modelo o status reivindicado pelo BOPE o colocaria na posição de dominação em relação ao restante do conjunto da polícia militar, tal discursividade se estabelece tendo por parâmetro o treinamento especializado. Entretanto, a formação é somente um dos elementos de toda uma série de saberes envolvidos.

Dentro das já citadas propostas de reestruturação policial Lanza-Kaduce & Cappell (2009) apontam uma mudança de paradigmas em prol da inserção de uma política de horizontalização na segurança pública, em especial, com a inserção da proposta de policiamento comunitário. Conforme descrição proposta pelo Ministério da Justiça o policiamento comunitário se fundamenta numa estratégia organizacional que estabelece parcerias entre a população e as instituições de segurança pública, de forma que as instituições estatais atuem em conjunto com a população local, trabalhando juntas na identificação e resolução de problemas. Assim, o policiamento comunitário associa valores que por tempos foram considerados inapropriados e até mesmo incompatíveis com a segurança pública, estabelecendo-se sob a identificação de problemas e prevenção dos mesmos em cooperação com grupos comunitários. É evidenciado em tais propostas que a comunicação com a comunidade desempenha papel de retroalimentação do projeto, de forma que a população não é restrita à mera consulta, mas também participa ativamente no estabelecimento dos objetivos¹⁷.

Conforme indicado por Chappell e Lanza-Kaduce (2009), que verificaram a coexistência curricular de matérias direcionadas ao que denominam “*community policing*” e “*paramilitary-bureocratic*”, apesar da tensão supostamente esperada na coexistência dos modelos, ambos são incorporados nos currículos das academias de polícia e implementados pelas políticas de segurança. O exemplo da polícia comunitária serve para pontuar uma outra possibilidade de se pensar e projetar as polícias tendo por comparação o modelo de composição dos Grupos de Operações Especiais. Obviamente tratam-se de propostas de atuação em casos essencialmente distintos. Enquanto o policiamento comunitário serve à finalidade de evitar delitos, o BOPE age no momento em que o crime está acontecendo e por isso não cabe a tarefa de conscientização, como descrito pelos próprios operadores, “*eles precisam é resolver*”, entendendo por resolver aniquilar com a crise em erupção. O ponto em questão, respeitadas as peculiaridades de cada proposta, é que apesar dos avanços em prol de um policiamento mais democrático e consequente diminuição da tensão nós/eles, por meio da incorporação de novos conceitos de polícia e policiamento, o fenômeno dos grupos de operações especiais não perdem força diante disso, e parecem, ao contrário, ganhar pulsão a cada dia. Nessa perspectiva é importante

¹⁷ Me restam dúvidas quanto a criação de mecanismos que efetivamente possibilitem papel tão ativo à população quanto o descrito na proposta, apesar disso a formulação já constitui avanço, ainda que pendente de efetivação na sua integralidade.

pensar a trajetória das políticas públicas brasileiras, de que forma tem sido incorporado o avanço desses elementos claramente militares nos institutos de segurança.

No Brasil, todas as polícias, militares, civis e federais, possuem seus grupos de operações especiais, os quais têm tomado o espaço de veiculação pública com as mais diversas operações realizadas, algumas exitosas, outras, alvos de críticas severas.

Nesse contexto de reestruturação das polícias, criação de novas propostas de policiamento e novos grupos, que esse trabalho se fundamenta, crendo ser importante o esforço acadêmico em mapear o surgimento dos mesmos, assim como, identificar suas lógicas de organização.

3. CURRÍCULO OCULTO E AS REDES DE INFORMAÇÃO

Numa das vezes que me apresentei aos coordenadores, antes do início da aula, tive oportunidade de presenciar conversa que veio a me inserir numa das questões essenciais ao que hoje constitui proposta deste trabalho. Eles comentavam sobre um aluno, discutiam sobre a possibilidade de aprovação dele no curso e a existência de práticas incompatíveis ao “regimento do Batalhão”. Tratava-se de pessoa considerada inadequada e tais práticas foram verificadas em conversa que um dos coordenadores teve com membro que atuava na mesma lotação do policial em questão. No caso narrado, o que chamou atenção foi o item avaliado: o aluno em referência foi considerado “inadequado” após a informação de que se utilizava com frequência de atestados médicos.

O regimento referenciado entre aspas não faz alusão a ato regulamentado ou formalizado, e sim a regimento informal que estabelece as redes de sociabilidade próprias ao Batalhão. A existência de normas extra-oficiais é esperada em toda e qualquer instituição, tendo tal fenômeno se estabelecido há tempos como objeto de investigação em várias áreas do conhecimento, tais como a psicologia, a pedagogia, a antropologia e a própria sociologia.

O que estava sendo tratado não era a conformidade dos atestados com a norma legal, tratava-se de uma questão além e de caráter moral. Sanções ou impedimentos tendo por objeto de avaliação a frequência com que um policial se faz valer de atestados, quando estes são devidamente motivados e comprovados, não são previstos formalmente como objetos de avaliação, tampouco de reprovação no curso. Contrapondo ao seu caráter extra-oficial e da impossibilidade de reprovação sob tais parâmetros, tal questão certamente foi incorporada como critério de avaliação do aluno. Não sei apontar se de fato foi motivo de reprovação do aluno, tampouco tomei conhecimento se ele foi reprovado. Até meu conhecimento último, o qual ocorreu semanas antes do encerramento, ele tinha dado continuidade no curso. A questão central foi o simples levantamento de tal realidade que talvez não se sustentasse sozinha, e por isso não gerasse a reprovação, mas que pôde desencadear ou somar a outros critérios avaliativos.

Citei o caso em questão tendo por objetivo exemplificar como as redes de informações foram ganhando espaço na pesquisa, e se estabeleceram como objetos essenciais, sem os quais seria vã a tentativa de descrição da identidade do Batalhão. Desta forma, cheguei às categorias de currículo oculto e cultura do trabalho.

Monjardet (2003) reconhece a existência de dois pólos em toda organização de trabalho. Um lado formal, descrito no organograma e nas regras explícitas que estabelecem a organização, e outro lado informal, composto por normas “*observáveis segundo as quais a organização realmente funciona*” (BERNOUX *apud* MONJARDET, 2003 p. 41). A informalidade enquanto componente das instituições de trabalho não compreende necessariamente um desvio, podendo ser descrita enquanto a interpretação e adaptação das regras. Trata-se da diferença entre o que é prescrito pela organização (tarefa), e o trabalho real, ou seja, aquele praticado pelos trabalhadores (atividade). Nesse sentido, a informalidade no Batalhão se estabelece como uma espécie de “jeitinho”, interpretação das normas ou mesmo complementaridade daquilo que não está previsto. Segundo Ferreira (no prelo)¹⁸:

“a cultura do trabalho real busca evidenciar o papel fundamental da atividade dos trabalhadores que por meio, sobretudo, de seus modos operatórios forjam saberes tácitos, *savoir-faire*, regras de *metier*, práticas...visam preencher as lacunas do trabalho prescrito, no limite reinventá-lo para que possam garantir, ao mesmo tempo, o próprio bem-estar, a eficiência e a eficácia na produção de bens e serviços”.

Contraposto ao trabalho real está a concepção de trabalho previsto, o qual tem por foco a análise das tarefas, sejam elas de caráter formal ou informal. Está intimamente vinculado ao paradigma da racionalização do trabalho taylor-fordista e se estabelece sobre a tarefa a ser executada. A questão posta é que os operadores não agem simplesmente cumprindo a rotina que lhe é apresentada; mais que isto: interagem, adaptam e gerenciam o trabalho de forma que a atividade real sempre se distingue da tarefa prescrita pela organização (Ferreira, prelo). O BOPE, analisado enquanto instituição profissional, assemelha-se ao quadro apresentado por Ferreira. Igualmente é dotado de um espaçamento entre trabalho prescrito e real, de forma que a rotina policial é atualizada pelo *savoir-faire* das práticas cotidianas, que por sua vez repercutem na pauta e didática da formação nos cursos.

¹⁸ Texto acessado pelo site www.novaesnetto.pro.br, em 21 de julho de 2011.

3.1 - CURRÍCULO

Como exposto anteriormente o currículo não é composto exclusivamente por objetos elencados formalmente, sendo perpassado por valores e questões que de alguma forma interagem com os objetivos da instituição ou grupo em questão e a esse fenômeno chamaremos de currículo oculto. Resumidamente, estamos estabelecendo por currículo oculto no caso concreto estudado os saberes que apesar de não formalizados constituem pauta de avaliação. Tais saberes estão intimamente vinculados aos valores e práticas próprias de cada grupo, dessa forma, cabe a cada grupo estabelecer seus objetos de avaliação e ponderação. Nestes termos, o currículo é personalíssimo aos valores estabelecidos inter grupos, sendo possível que dentro de uma mesma instituição coexistam vários currículos, cada qual fazendo referência às ramificações dos quais são originários. Assim, a noção de currículo profissional oculto aqui descrita está intimamente ligada à concepção de identidade profissional e um dos esforços nesse subtítulo está em compreender de que forma a cultura profissional do Batalhão se comunica com o currículo do curso de formação.

Currículo oculto é um termo empregado inicialmente pela pedagogia e historicamente tem se ocupado em explicar de que forma o sistema educacional se relaciona com os comportamentos, habilidades e disposições exigidos pela economia aos trabalhadores. Apesar da teoria da correspondência constituir-se como proposta analítica de boa parte dos autores que trabalham com o tema recentemente tem-se elaborado críticas a ela, sob a acusação de analisar o ensino em termos reprodutivos e passivos. As teorias da correspondência, que agrupam boa parte das análises acerca do currículo oculto, têm por estrutura básica a afirmação de que existem traços de comportamento e habilidades que a economia exige dos trabalhadores e que essas necessidades econômicas se relacionam com outros setores da vida social a ponto de determinar-lhes práticas correspondentes. No caso da educação, coisas tácitas ensinadas aos alunos corresponderiam às necessidades do mercado de trabalho, de forma que o currículo oculto é visto como uma reprodução aproximada das demandas, disposições e traços de personalidade que os estudantes terão que desenvolver a fim de se adequarem ao mercado de trabalho (Apple, 1989, p. 83). Assim, caberia ao mercado de trabalho regular e estipular os padrões educacionais e sob tal perspectiva as teorias da correspondência tendem a analisar a escola em termos

reprodutivos, como produto passivo duma ordem externa, adotando um modelo extremamente determinista de socialização e tendo por foco exclusivo a reprodução.

Contrapondo às perspectivas reprodutivas e passivas das teorias da correspondência autores como Burawoy propõem uma visão mais crítica do processo educacional e sua relação com o campo de trabalho e as redes informais de socialização, nesse sentido Burawoy afirma:

“O capital apropriar-se do conhecimento é uma coisa; monopolizá-lo é bem outra coisa (...). Os trabalhadores mostram muita inventividade em sua ação para derrotar e ludibriar os agentes da administração científica antes, durante e depois da “apropriação do conhecimento”. Em qualquer oficina fabril há formas “oficiais” ou “sancionadas pela gerência” de se fazer as tarefas e há o saber tradicional dos trabalhadores, gerado e revisado como resposta à ofensiva do capital” (In: Apple, 1989, pg. 88).

Em resposta à visão metódica e simplista das teorias da correspondência Apple sugere que para realmente entendermos a vida real dos trabalhadores é preciso levar em consideração a categoria de cultura do trabalho, a qual fornece normas alternativas que aquelas descritas pela teoria da correspondência, possibilitando análises nas quais a resistência do trabalhador é tida como possibilidade, e práticas de “boicotes” uma resposta à administração quando colocado em risco algum valor ou prática cara ao grupo.

“A cultura do trabalho não é facilmente visível ao observador externo e, como nos estudos do currículo oculto, é preciso viver dentro dela para chegar perto de uma compreensão de suas sutilezas e organização. Entretanto, mesmo com seu caráter sutil, suas práticas informais e variações claras, ela pode ser geralmente definida como “uma esfera relativamente autônoma do trabalho, um domínio de valores e regras informais e costumeiras que medeiam à estrutura de autoridade formal do local de trabalho e protegem os trabalhadores contra seus efeitos” (Apple, 1989 , pg. 91).

No caso das relações travadas dentro do BOPE estas obedecem a regras informais, assim como explicitado por Apple, que estabelecem e regulam a autoridade local, assim como, servem de demarcador entre o “nós” e os “outros”. A diferenciação dentre os integrantes do Batalhão não se dá exclusivamente na ordem técnica, ela se ocupa de saberes e fazeres muito mais tênues do que os contidos num extrato curricular. Extrapola e permeia as relações sociais de forma a configurar-se como *ethos* profissional e estabelece um código de conduta pautado em valores os mais variados. Tonou-se claro nos discursos e práticas dos meus interlocutores a preponderação de alguns preceitos morais que deviam compor um integrante do BOPE. A fim de identificar a presença de tais qualidades morais nos alunos são desenvolvidas estratégias que além de identificá-las têm por objetivo desenvolvê-las e potencializá-las em grande escala, alicerçando-as como componentes do grupo. Por vezes essas estratégias têm aparência divergente com o fim ao qual se propõe e

não raramente apontam em direção contrária ao objetivo proposto. Transvertem-se de várias formas e por vezes soam como boicotes ao grupo de alunos que devem coercitivamente reagir aos estímulos provocados pelos instrutores. Inúmeras vezes os estímulos empregados nos treinamentos revestiam-se sob o aspecto de estratégias sob as quais se tinha a intenção de “extrair” a “real natureza” dos alunos. Noutros momentos, eram traçadas estratégias psicológicas tendo por intenção constituir uma idéia de corpo e unidade.

Não me preocuparei aqui em elencar todas as possibilidades estratégicas do grupo, até porque seria excessivamente ampla tal pretensão, o fato é que elas são essenciais tanto para o estabelecimento da identidade do Batalhão, quanto na formação e justificação das suas redes de sociabilidade. Em último caso, acredito que apesar de não estarem expressamente definidas no currículo formal, por vezes extrapolando-o, tais estratégias percorrem todo curso de formação e são essenciais para se entender a cultura profissional do Batalhão.

Um dos elementos observados no trabalho de campo é que nem sempre as atividades propostas têm por finalidade capacitar os alunos. Servem também ao propósito de selecioná-los durante o próprio curso de formação, haja vista que apesar dos testes aplicados para seleção prévia dos candidatos o curso também é de caráter eliminatório. Assim sendo, a submissão à situações fatigantes, como restrições alimentares e de descanso, informam valores e pautas do curso. Ainda que se trate de profissional com eximia habilidade como patrulheiro ou atirador caso ele não demonstre adequar-se às exigências estabelecidas, dentre elas as exposições desgastantes, não será considerado apto ao Batalhão. Isso porque o que se espera de um Patameiro não é simplesmente que ele execute uma patrulha conforme os padrões estabelecidos, mas que ele vá além: esteja sempre pronto para toda e qualquer situação.

A noção do “sempre pronto” é muito cara ao BOPE por se tratar de Batalhão de pronto emprego, que significa estar organizado num formato de aquartelamento a fim de responder com rapidez a situações de crise. Por sua vez a concepção do “sempre pronto” corresponde ao grifo “*ultima ratio*” utilizado por uma das Companhias do BOPE, a Companhia de Operações Especiais (COE), que se traduz literalmente por última razão, ou como manifestado internamente: último recurso. Por serem considerados último recurso é

que se justifica uma formação que os habilite atuar sob toda e qualquer condição. Sob essa perspectiva o treinamento atua em três níveis: os corpos, a psique e as emoções dos alunos.

Marcel Mauss (1974) ao tratar das técnicas corporais propõe para a compreensão das mesmas que se proceda do concreto ao abstrato, ou seja, que a análise se inicie a partir do doutrinamento dos corpos e considera estes como sendo os primeiros e mais naturais instrumentos do homem. Por técnica ele considera um ato tradicional e eficaz, sendo sob esses dois nomes: tradição e eficácia que toda análise sobre as técnicas corporais dar-se-á.

Mauss entende que a corporalidade e as formas diversas com que ela se desenvolve são determinadas por aspectos culturais e por isso se manifestam de forma tão diversa. No caso concreto estudado de fato é observado o emprego de técnicas que visam ensinar como os corpos devem se portar diante às novas situações as quais serão expostos. Os corpos ganham realmente muita relevância no curso de formação, entretanto, ao contrário do modelo proposto por Mauss que se origina do concreto ao abstrato, não creio que o doutrinamento no curso ocorra de forma tão compartimentalizada, evidenciando primeiro os corpos para depois atingir as outras duas esferas de caráter sem dúvida mais abstratas. Creio que a reeducação promovida pelo curso atinja em sua amplitude os três âmbitos citados. Se de uma forma os corpos são instrumentos e veículos da formação sua repercussão atinge simultaneamente a psique e as emoções. Exemplo dessa miscigenação está numa situação criada na primeira semana do curso onde os alunos foram levados a uma área fora do Batalhão e foi lhes permitido um dos poucos momentos de descanso, entretanto o frio era severo, os alunos estavam molhados, sensação provocada conscientemente pela coordenação do curso que como medida remediativa os informou de uma técnica chamada “pacote de colheras¹⁹” que servia ao propósito de aquecer-lhes. Trata-se de técnica onde os alunos deitam-se um ao lado do outro permitindo que seus corpos, devido à proximidade, se aqueçam mutuamente. Foi reconhecido por membros da coordenação que o objetivo não era simplesmente submetê-los ao frio, mas sim que sob tal situação eles se unissem em prol duma condição de sobrevivência e assim criassem a noção de corpo profissional, um apoiando o outro e sustentando-o em suas necessidades, que nesse caso eram de ordem fisiológica. Observa-se no exemplo dado que apesar do

¹⁹ Tradução do espanhol: pacote de colheres.

corpo ter sido o objeto atingido inicialmente sob efeito do frio ele foi também veículo de uma outra esfera do doutrinamento. Sobre a situação descrita um oficial narrou:

“muito, muito frio. O cara perde a vergonha, abraça o cara mesmo pra se esquentar, funga no ouvido, porque o frio é tão intenso que você esquece o que é que vão pensar de mim Ele quer é sanar a deficiência dele (...) isso é a função de união e de sobrevivência do curso.”

Conforme visto na fala o curso não tem por objetivo capacitar-lhes exclusivamente no emprego de técnicas e armas, mas também criar princípios intrínsecos ao grupo como a união e a sobrevivência acima descritos, não podendo a formação ser dividida em momentos onde o foco está localizado exclusivamente no corpo, na moral, princípios e emoções. Apesar de algumas instruções focarem uns aspectos mais que outros conforme o objetivo estabelecido creio que de forma genérica todas elas se permeiam e comunicam o *ethos* do grupo e o que se espera de um iniciado. Assim, o currículo é altamente marcado por valores e ao contrário da perspectiva centrada nas técnicas ensinadas, não subestimando a importância destas, ocorre em paralelo ao currículo formalizado e subdividido em matérias, carga horária, objetivo técnico da instrução, um outro currículo igualmente avaliativo e eliminatório no qual são consideradas questões de ordem moral e afetiva.

3.2 - AS REDES DE INFORMAÇÃO

Conforme dito no início do capítulo uma série de saberes regulam as relações no Batalhão e esses saberes se relacionam e são alimentados por uma rede de informações. Essa rede pode ser de caráter formal ou informal. Até avançada parte do trabalho acreditei que ela fosse intrinsecamente constituída por veículos informais e que essa regulação ocorresse sob o formato de conversas aleatórias e fofocas que serviam ao propósito de regulações internas. Essa suposição foi em certa medida recomposta em uma das entrevistas onde um dos interlocutores citou que o serviço de inteligência desempenhava tal tarefa.

Quanto à afirmação do serviço prestado pela inteligência policial, há de se colocar em pauta a localização do sujeito que formulou a afirmação. Trata-se de membro da coordenação e acredito que em decorrência do posto tentou dar um ar mais formal às informações sobre as quais me referia e assim injetar maior legitimidade ao

reconhecimento de que tais práticas existem e de fato são incorporadas como critérios de ponderação.

“tem o serviço de inteligência que monitora: olha chegou um policial aqui que veio do BOPE. O cara fez curso aqui, é? Pois é esse policial tem esse problema aqui.”

Não desqualificando, tampouco negando a existência de uma rede formal que se ocupe em colher e repassar informações tidas como relevantes, o caráter informal das regulamentações observadas no trabalho de campo assumiu grande importância e sobre esse aspecto que trataremos em descrever.

Sobre informações negativas obtidas sobre um policial usa-se o termo “recomendado”, que significa dizer que colegas que conhecem ou trabalharam com o policial em questão passaram más informações sobre o mesmo. Assimilei o termo “recomendado” como um referente negativo, visto que todas as falas que o citavam faziam sob esse aspecto. Dentre os casos que tomei conhecimento as informações chegaram de diferentes formas: algumas vezes coube à coordenação do curso a postura ativa de “procurar saber”, fazendo uma busca pelo antecedente profissional do aluno. Em outros casos, soube de policiais que ao tomarem conhecimento da investida do aluno no curso comunicaram ao BOPE atitudes e propensões destes. Em regra a busca por informações ocorre contando com o “coleguismo”, a exemplo da fala abaixo transcrita, onde o interlocutor cita que conhece alguém que trabalha na mesma lotação do aluno e o questiona sobre:

“Esse cara aí já está recomendado, essa é a palavra usual aqui da caserna. Quando chega um policial X, independente de quem chega praça ou oficial, e esse cara veio recomendado do BOPE. Aí os caras [se perguntam] recomendado do BOPE? Por quê? O que é que foi? Eu tenho um amigo lá no BOPE, vou ligar pra saber. Olha o que aconteceu com X? Vixe cara o X espanca todo mundo na rua, ele não tem controle.

O curso é extensível a integrantes de outras corporações e nesses casos a rede de informações também atua. Contaram-me caso cujo aluno era de instituição de outro Estado e que membro de lá havia ligado e passado informações sobre o aluno. Não sei em que medida trata-se de ato tão passivo por parte do Batalhão, se ao contrário de passarem as informações foram eles que investigaram sobre. Fato é que a rede possui um poder de regulação interna imenso, tanto na seleção dos alunos, quanto na valoração profissional.

O maior problema que envolve as redes de informação é a proporção que elas ganham na valoração dos candidatos ao curso de formação. Conforme reconhecido por um

dos instrutores a seleção é aberta a todos que quiserem se inscrever e o processo seletivo inicial é ponderado por critérios bem objetivos: formato dos movimentos demandados, número de repetições e tempo hábil. Entretanto, quando inseridos no curso a valoração perde muitas vezes a objetividade anterior e aos instrutores e coordenadores é dado amplo poder. Obviamente é preciso legitimar o afastamento do aluno, existindo critérios para isso. A questão é que em casos de sujeitos tidos como impróprios as cobranças lhes são maiores e a “pressão” também, sendo que a estratégia utilizada é fazer com que eles mesmos peçam baixa, ou como popularmente conhecido: peçam para sair. Assim a coordenação exime-se da responsabilidade sob a voga de que o aluno não tinha perfil compatível, não suportou as demandas, ou simplesmente, não era bom o suficiente.

“você não pode boicotar dele fazer o curso, porque isso é aberto pra corporação. Só que a gente tem informações que esse cara não tem os procedimentos. Ele não tem uma vida legal, chama recomendado. Ele vem fazer, mas tenha certeza que ele não forma. Faz de tudo pra ele não formar, porque não é interessante. Tem o preguiçoso, o que vive de licença médica e vem fazer o curso para ficar de DM (dispensa médica) de novo? Tem policial que não tem o perfil, fica insistindo, insistindo, mas a gente vê que ele não foi feito pra aquilo”

Sob a escusa da experiência e feeling prático alguns instrutores e coordenadores chegam a afirmar com grande certeza saberem se o candidato é apto a desempenhar as atividades próprias ao cargo proposto. O mais marcante é como tal avaliação por vezes ocorre de forma precoce, nos primeiros dias de curso. Tamanha é a importância da avaliação feita pelos instrutores e as informações que vão sustentar tal juízo, que um dos elementos considerados essenciais para conclusão do curso é a simpatia pelos alunos.

“Pra fazer curso aqui no BOPE tem que ter os quatro “S”: simpatia dos instrutores, porque você vai pra um lugar em que ninguém te gosta, e com a antipatia do instrutor você já tem uma probabilidade de não formar muito grande, correto?; Depois vem a sorte, porque você pode dar um azar, quebrar uma perna (...) você vai pra um exercício quebra e pronto você perdeu. Ninguém vai te esperar um mês. Tem o S da segurança: todas as ações têm que ser feitas com segurança para não expor. Principalmente em tiro, em que você vê de vez em quando aí o pessoal que atira no outro por erro; e o saco, que é o psicológico. Às vezes a pessoa é boa, mas tem o psicológico fraco, não aguenta apurrinhção, não aguenta fustigação”.

Uma das situações em que presenciei a atuação das redes de informação foi após concluído o trabalho de campo, quando em conversa com policiais eles comentavam a ocorrência do COESP no próximo semestre, e que alguns colegas já estavam se preparando. O simples conhecimento da investida de alguns já era alvo de expectativas e promessas de sanções: “*fulano vai tentar, tô sabendo!*”, “*fulano está treinando pra*

prova”, “*vou tirar seu sangue no curso, você não vai aguentar*”. Nesse momento as promessas e expectativas já eram estabelecidas e as apostas já eram feitas

4. O CURSO DE FORMAÇÃO

Curricularmente o curso de formação da PATAMO é composto por vinte matérias, que totalizam 470 horas aulas, as quais somadas às 70 horas dedicadas às atividades complementares integram 540 horas aulas distribuídas da seguinte forma:

Matérias	Carga horária
Noções de gerenciamento de Crise	15h/a
Atendimento pré-hospitalar	15h/a
Operações de Choque	30h/a
Munições menos que letais	30h/a
Controle de pânico	10h/a
Imobilizações Táticas/Tonfa/Bastão Retrátil	20h/a
Uso progressivo da força	15h/a
Técnicas de Patrulha Urbana e Rural	20h/a
Técnicas e táticas policiais	30h/a
Tiro de combate	20h/a
Treinamento físico militar	25h/a
Patrulhamento Tático	80h/a
Policiamento Comunitário	10h/a

Direitos Humanos	10h/a
Noções de Criminalística	10h/a
Armamento, Munição e Tiro	40h/a
Legislação aplicada à atividade policial	10h/a
Noções de inteligência	10h/a
Estágio	80h/a
Atividades complementares	70 h/a

Destoando da distribuição acima apresentada, a qual é cópia fiel do plano de curso, foi verificado que algumas matérias tiveram sua carga horária real ampliada. Exemplo disso aconteceu com a instrução sobre controle de pânico, onde eram previstas 10 horas e na prática foram dedicados dois dias integrais para capacitação, de forma que a carga horária executada mais que duplicou a previsão inicial. Dito isso, resta questionar em que medida foi cumprido a risca o planejamento elaborado, ou pelo menos, documentalmente proposto. Quanto à carga horária o 5º Curso certamente se estendeu mais que o planejado. Ouso afirmar que a carga horária praticada seja maior em pelo menos um terço ao descrito no currículo, e não creio que essa discrepância tenha passado despercebida pela coordenação do curso, senão planejada pela própria.

Conforme o anexo C que compõe o Plano de Curso era previsto que os alunos se apresentassem às 06:30h e fossem encerradas as instruções às 17:50h, todavia foi exigido algumas vezes que os alunos se apresentassem antes desse horário. Quanto ao término, a regra era que as instruções se estendessem após às 18h, havendo a possibilidade dos alunos pernitem no Batalhão²⁰.

²⁰ Existia previsão de punições que exigiam a apresentação da turma mais cedo ao Batalhão ou a pernoitada dos alunos. Em regra eram punições aplicadas a todos os alunos indiscriminadamente, ainda que a falta fosse provocada por um único membro. Exemplo disso acontecia quando não eram observados os padrões de aparência e vestimenta, tais como corte de cabelo, barba e asseio, ou ainda, quando determinada tarefa não era executada conforme solicitado.

A avaliação de aprendizagem foi realizada por meio de provas teóricas e práticas intituladas “verificações”, que tinham por possibilidade os seguintes formatos: verificação imediata (VI), verificação especial (VE), verificação corrente (VC), verificação final (VF), verificação de recuperação (VR) e verificação de segunda chamada²¹. As menções numéricas variavam de 0 a 10 e foi considerado aprovado no curso os alunos que obtiveram média 05 (cinco) por matéria e média final de mesmo valor, sendo previstas provas de recuperação por matéria sem, entretanto, a previsão de instrução de recuperação. O conceito final de cada aluno era distinguido em quatro modalidades: Insuficiente (de 0,000 a 4,999); Regular (de 5,000 a 5,999); Bom (de 6,000 a 7,999); e Muito Bom (de 8,000 a 10,00).

Quando da matrícula foi apresentado aos alunos uma lista de materiais de uso pessoal que incluía desde uniformes, materiais escolares até elementos técnicos, tais como, abafador e óculos para instrução de tiro, bastão de camuflagem, cinto de guarnição e kit de primeiros socorros. Com exceção de dois todos os outros itens constavam como obrigatórios. Mais além foram exigidos materiais a ser providenciados pelo turno²², os quais são: três toners HP 1320N e quinze cartuchos para impressora HP deskjet 692 ou 600. Não suficiente com a demanda criada ao grupo foi solicitado que cada aluno apresentasse duas resmas de papel A4.

Quanto às impressões do curso observei notadamente momentos de maior e menor debilitação física dos alunos. Em regra os momentos de grande demanda eram seguidos de outros mais amenos, e não me pareceu objetivo do curso de formação da PATAMO criar uma demanda constante sobre os aspectos físicos, senão acentuá-los em momentos estratégicos. Nesses moldes um dos coordenadores descreve o curso sob o desenho de uma ascendente, seguida de uma descendente e finalizada por outra ascendente de demandas físicas e psicológicas, sendo que cada uma dessas figuras sinaliza momentos do curso. A

²¹ Sobre as diferentes verificações aplicadas compreendi o seguinte: as verificações imediatas são normalmente aplicadas em matérias de caráter prático, de forma que o conteúdo é ministrado e seguidamente ocorre a avaliação. Acontecem com frequência nas matérias de tiro; as verificações correntes acontecem ao longo da matéria e diferem-se da verificação final por que ao contrário desta elas são aplicadas no decorrer da instrução; por sua vez, as verificações finais avaliam todo conteúdo ministrado na matéria; as verificações especiais servem como substitutas às verificações de recuperação. São aplicadas caso o aluno apresente dificuldades e restem indícios de que terá que apelar à recuperação. O problema quanto às provas de recuperação é que repercutem na colocação geral do curso, impedindo aos alunos que se utilizaram dela a concorrência aos primeiros lugares. Quando o aluno se utiliza da recuperação a mesma é descrita na ata final.

²² Nesse caso, turno é o equivalente de turma.

primeira ascendente corresponde às primeiras semanas onde devido à alta demanda criada espera-se um maior número de evasão. A descendente equivale ao maior período do curso, trata-se de momento de desaceleração. Enquanto a última ascendente corresponde ao final do curso, mais especificadamente à última semana.

Vários são os quesitos avaliados durante a formação e eles não se restringem aos aspectos técnicos, ao contrário ultrapassa-os e atingem questões mais subjetivas, de ordem moral e emocional. A fim de descrever os aspectos da formação dedicarei os subtítulos seguintes.

4.1 - PERFIL PROFISSIONAL DOS ALUNOS

A técnica central a orientar o trabalho foi a observação participante, tendo ela instruído a seleção dos temas a serem tratados e dos autores com quem dialogaria, entretanto demandou igualmente que recorresse à técnicas complementares a fim de descrever alguns pontos que a própria observação apresentou. Assim, a observação constituiu o marco inicial do trabalho inclusive na delimitação de outras técnicas como a análise documental, entrevistas e aplicação de questionários; mas não foi a única técnica implementada.

A aplicação de questionário surgiu pelo interesse em conhecer melhor o perfil da turma. Tal curiosidade foi instigada devido ao acesso restrito aos alunos e a impossibilidade de conhecer por meio de conversas um pouco das suas trajetórias profissionais. Apesar do questionário ter por proposta conhecer o perfil profissional ele passou raso em questões que considerava igualmente relevantes à pesquisa, tais como, as motivações que os levaram a buscar o curso de especialização. Todavia considerando o caráter denso do tema a ser tratado foi eleito como mais adequado o uso de técnica exploratória de maior vazão, provavelmente por meio de entrevistas, crendo que o questionário ainda que aberto não fosse o recurso mais apropriado. Sob tal conclusão e considerando questões como o tempo e a quantidade de material já recolhido, elegi algumas questões a serem tratadas. Outro ponto que veio a influenciar o número contido de questões, assim como a tentativa de elaborá-las num formato fechado, foi o tempo. O questionário foi aplicado já na fase final do curso, as oportunidades de encontrar os alunos em sala de aula eram menores que antes, pois nessa fase boa parte das instruções teóricas

já tinham sido ministradas, restando pendentes algumas aulas de caráter prático. Questão não menos relevante foi uma experiência em pesquisa anterior onde o questionário era composto por quatro páginas sendo que a extensão e número de questões vieram a prejudicar a aplicação e até mesmo a validação dos dados. Assim sendo, a elaboração do questionário, seu formato e número de questões foram orientados por vários critérios, dentre eles, pela seleção de temas mais objetivos, viabilidade e tempo de aplicação.

A apresentação e distribuição dos questionários foi feita ao final de uma instrução por um dos integrantes da equipe de coordenação momento no qual eu também estava presente. Todos os alunos que se encontravam nessa fase da formação participaram do preenchimento, tendo aplicado trinta e dois questionários de um total de 32 alunos formados.

Quanto à distribuição das questões o questionário pode ser dividido em dois módulos. O primeiro módulo percorre itens sobre a trajetória profissional, tipos de atividades desempenhadas atualmente, cursos de especialização concluídos e interesse de permanência na instituição de origem. O segundo módulo se ocupa de informações como: idade, patente, formação escolar, estado civil, quantidade de filhos e orientação religiosa.

No momento da aplicação do questionário a turma era integralmente composta por militares²³ oriundos das Polícias Militares do Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso e um integrante do Exército. De Goiás havia três tenentes, do Mato Grosso um tenente e do Exército um sargento. Agrupando todos os militares e desconsiderando os Estados de origem o curso foi composto majoritariamente por praças, 72%. Quanto à escolaridade a maior parte da turma possui nível superior ou está em formação: 59% possuíam curso superior completo, 19% curso superior incompleto e 22% detinham formação equivalente ao nível médio. Dos seis alunos que declararam estar em formação superior cinco destes cursavam Segurança Pública, curso fruto de convênio promovido pelo GDF e instituições de ensino a fim de promover acesso ao ensino superior. Sobre o estado civil a maior parte se declarou casado ou em relação estável, 59%, restando 38% solteiros e uma minoria de 3% divorciados. Quanto ao número de filhos os que declararam ter de zero a um totalizam juntos a maioria de 63%. A maior parte, 38%, não os têm, seguidos de 25% que declararam uma única criança, 22% que correspondem a dois filhos, 12% três filhos, restando sem

²³ Como dito anteriormente, tratava de momento avançado no curso quando os questionários foram aplicados, de forma que vários alunos já tinham sido desligados. Dentre o número inicial de alunos existia um integrante da Polícia Rodoviária Federal, o qual na data já tinha sido afastado.

resposta um questionário que integraliza 3%. Quanto à orientação religiosa coincidiu o percentual de católicos e evangélicos/protestantes que de maneira idêntica representam cada qual 40,7%, havendo ainda 3% de agnósticos e 15,6% que declararam não possuir orientação religiosa.

Quando questionados sobre atuação anterior noutras instituições de segurança pública, 63% declarou não terem vivenciado tal experiência, enquanto 37% declararam atuação em instituições como a Marinha, o Exército, a Aeronáutica e o Ibama.

Com relação ao tempo nas instituições de origem a maior parte, 59%, possui menos que dez anos de casa. Sobre a capacitação noutros cursos a maioria, 66%, declarou ter participado de outros cursos de especialização.

Um dos itens do questionário tratou da natureza da atividade que realizavam no desempenho de suas atribuições, sendo que para tanto os itens foram distribuídos da seguinte forma: policiamento ostensivo geral (POG), policiamento ostensivo de trânsito (POT), rádio patrulhamento (RT), policiamento comunitário, atividade administrativa e outros²⁴. Apesar do comando para elegerem uma única opção nem todos os alunos procederam assim e acabaram preenchendo mais que um item. A ocorrência foi baixa, somente três integrantes, de forma que considerei todas as opções marcadas²⁵. A maior incidência de respostas ocorreu sobre a modalidade aberta “outros”, entretanto analisando caso a caso exceto o caso do integrante do Exército que exerce radio patrulhamento aéreo, todos os outros poderiam ser encaixados em Patrulhamento Ostensivo Geral ou Patrulhamento Ostensivo de Trânsito, uma vez que a descrição feita faz referência à atuação em grupos táticos como o Grupo Tático Operacional GTOP, a PATAMO e a COE. Entretanto respeitada a auto denominação 28% declarou desempenhar atividade de rádio patrulhamento, 16% atividades administrativas, 13% policiamento ostensivo geral, 9% policiamento ostensivo de trânsito e 3% policiamento comunitário.

²⁴ Elencar os itens sob tal formato só foi possível pela ajuda de alguns interlocutores, em especial, o Subtenente Assis. Procurei em vão nos manuais uma forma de elencar os tipos de atividades desenvolvidas no policiamento brasileiro, tendo dedicado especial atenção ao livro “Padrões de policiamento” do Bayley, quando na verdade a descrição foi elaborada por meio de conversas informais. A dificuldade nesse item, de caráter fechado, era elaborá-lo de forma que fosse compreensível aos alunos e que eles conseguissem se encaixar numa das possibilidades apontadas. Do contrário recairiam todos para a opção aberta, tendo que depois reagrupá-las.

²⁵ A escolha por trabalhar com todas as opções elencadas repercutiu de forma que não totalizaram os 100% esperados tendo extrapolado para 116%.

Por último, quando interpelados sobre o interesse em permanecer em suas instituições de origem 78% responderem que sim, pretendiam seguir carreira até aposentadoria, 19% disseram que vão concorrer a outro concurso e ninguém declarou que pretendia seguir para iniciativa privada.

Pela análise dos dados obtidos verificamos que a maior parte dos alunos detêm ou estão em formação superior e que apresentam alto interesse em permanecer nas instituições até aposentadoria, tendo sido descartada por todos a possibilidade futura de irem a integrar a iniciativa privada. Além disso, se considerado como núcleo familiar o marido, a esposa e os filhos, as famílias são majoritariamente pequenas compostas por três a quatro integrantes. Outro fator interessante é que não se trata do primeiro curso de especialização para maioria dos alunos, os quais já tinham realizado cursos de capacitação anteriormente, podendo concluir que o curso da Patamo não caracteriza a porta de entrada da especialização policial, havendo para tanto cursos de menor extensão, tendo sido os mais citados no questionário: método Giraldi, abordagem policial de alto risco, rádio patrulhamento, segurança de dignitários, curso de tripulante operacional, salvamento aquático, operações químicas, estágio ROTAM, estágio GTOPE e curso de nivelamento da Força Nacional. Sendo que boa parte dos cursos citados pelos alunos compõem a base curricular do curso da PATAMO.

4.2 - SEMANA ZERO

A inserção no curso ocorre por meio da matrícula e posterior apresentação dos alunos ao Batalhão. Nesse momento lhes são apresentados os objetivos do curso, assim como o regramento que deverá ser observado. Não foi possível participar da etapa inicial compreendida pela primeira semana de curso, pois meu pedido para realização do trabalho de campo ainda não tinha sido autorizado, tendo meu conhecimento sobre esse momento se restringido às narrativas, fotos e vídeos que alguns integrantes me apresentaram como formas de ilustração.

Componente desse período inicial é a intitulada “Semana Zero”, trata-se da primeira semana do curso onde as demandas físicas são levadas a índices altíssimos e os alunos submetidos a uma série de restrições. Por sua vez a “Semana Zero” contém um período marcante da formação que corresponde ao ritual de entrada daqueles que se

pretendem novos membros²⁶, trata-se de momento onde os alunos são levados a uma área externa ao Batalhão, em regra no entorno de Brasília podendo variar conforme o planejamento do curso.

Os maiores fantasmas a rondar o mito do curso de formação se localizam nessa semana. Conforme explicado por um dos meus interlocutores o curso pode ser dividido em fases representadas por ângulos geométricos, os quais materializam as demandas sob os alunos. Ele representou a “Semana Zero” como sendo uma guinada em noventa graus no nível de estresse, demandas físicas e psicológicas. Os alunos saem numa escala zero para outra extrema, ou como colocado por outro interlocutor o ritmo do curso é ditado para primeiro acelerar e depois desacelerar. Esse princípio da aceleração e posterior desaceleração se justifica pelo argumento de que assim os alunos “sentiriam o curso”.

Sob a proposta de “sentir o curso” está implícita a idéia de que ali se encontra uma amostra significativa da capacitação, ou em outros termos a alma do curso, suposição que diverge do praticado e inclusive descrito pelos interlocutores que reconhecem existir momentos de aceleração e de desaceleração, e que apesar de marcante a aceleração em termos de carga horária não integra a maior parte da formação. Nesses moldes resta questionar em que medida a aceleração serve como estratégia para os alunos sentirem o curso, reconhecendo que nesse momento encontra-se substancializada a alma da formação, ou se presta ao sentido de inculcar-lhes uma representação que na verdade não corresponde à maior parte da formação.

A que propósito serviria então reduzir o curso de formação ao que na verdade corresponde a um dos momentos deste? A evidência e super exposição de uma das fases que corresponde ao momento de maior demanda física, emocional e psicológica serviria como instrumento de criação e repercussão da imagem mítica da formação e seus iniciados a personificação da figura do guerreiro.

As discursividades dos iniciados remetem com uma frequência imensa aos episódios ocorridos na “Semana zero” e em especial ao período de campo, tanto por representarem a porta de entrada, quanto por materializarem os sofrimentos vividos.

²⁶ Importante evidenciar que a condição de aluno não lhes garante o status de membro do grupo. Nessa ocasião eles ainda estão sendo testados. Somente após a formação é que tal posto é atingido, podendo a partir de então intitular-se “patameiro”. Ainda que não venha a exercer suas funções junto ao Batalhão a condição de concluinte do curso já é suficiente.

A perspectiva da aceleração e posterior desaceleração é tão marcante na distribuição do curso que chega a influenciar alguns treinamentos que adotam como didática iniciar por uma atividade mais difícil seguida por uma outra atividade de nível mais fácil.

Passado os primeiros cinquenta dias ocorre uma amenização progressiva do curso. As aulas vão ganhando um ritmo menos acelerado, paulatinamente são substituídas por outras de caráter mais teórico, sendo que as de natureza prática passam a tratar de temas mais diretamente ligados às situações de patrulhamento e demandas correlatas, tais como, técnicas de tiro, munições letais e não letais. Tal realidade pode ser evidenciada na carga horária dedicada às matérias “Patrulhamento tático” (oitenta horas) e “Técnicas de patrulha urbana e rural” (trinta horas), que juntas totalizam cento e dez das quatrocentas e oitenta e seis horas do curso. Não por acaso há um grande enfoque nessas matérias, afinal trata-se de qualificação na atividade a ser desenvolvida pelos patrulheiros quando formados. Nessas aulas a realidade inicial de exaustão psicofísica é substituída por uma sequência que envolve apresentação da abordagem, justificativa para a mesma e conseqüente simulação de abordagens por parte dos alunos. Numa terceira fase que corresponde ao final do curso ocorre novamente, assim como no início deste, uma acentuação das demandas e novamente os alunos são levados para área externa ao Batalhão no qual sofrem com uma série de limitações físicas, como: fome, cansaço, sono e frio²⁷.

Embora a imagem mítica do herói que supera todo tipo de sofrimento físico ser notadamente a auto representação dos integrantes e a representação que desejam veicular sobre si mesmos a realidade do curso da PATAMO demonstra que apesar da existência de momentos onde os alunos são altamente demandados fisicamente essa não é uma constante no curso. Conquanto, esse fator que não exclui o cansaço físico notório ao longo de todo curso, causado em boa medida pela alta carga diária de atividades, onde os alunos devem se apresentar muito cedo e são dispensados ao final do dia, muitas vezes só à noite.

Durante a citada “Semana Zero” ocorre boa parte dos rituais de iniciação no grupo. Um dos rituais que acontecem nessa oportunidade e que marca toda trajetória no curso, senão no grupo, é o da “morte e nascimento do novo sujeito”, onde a designação do aluno por meio do nome é abolida e em substituição lhe é dado um número de identificação. Para

²⁷ No caso do 5º Curso da PATAMO o encerramento ocorreu na Floresta Nacional (FLONA), área localizada próxima à cidade satélite de Ceilândia.

performatizar o processo são recolhidas as insígnias e as roupas usadas pelos alunos quando da sua apresentação ao Batalhão e lhes são distribuídos novos uniformes, todos identificados com a numeração correspondente.

4.3 - NUMÉRICA ENQUANTO INSTRUMENTO DE DESPERSONIFICAÇÃO DOS SUJEITOS

Uma das peculiaridades nos cursos ministrados no Batalhão está na forma de identificação dos alunos por meio das numéricas: tratam-se de números que servem de substitutos aos nomes ao longo de toda permanência no curso de formação.

Por meio da distribuição das numéricas os alunos passam a ser designados por esta, e não mais pelos nomes de guerra usuais. A distribuição das numéricas segue a regra do posto/graduação/antiguidade. Conforme tal regra os primeiros números são ocupados pelos oficiais, sendo a ordem determinada pelo posto e seguida consecutivamente dos mais antigos aos mais modernos²⁸. Esgotado o oficialato, segue-se aos praças, dentre os quais será observada a graduação e o critério de antiguidade, assim como, no caso dos oficiais. É possível que integrantes de instituições não militares façam o curso e nesse caso sua numérica será definida após terem sido distribuídos todos os números dentre os militares presentes. A contagem dos números começa a ser feita a partir do número 01, seguindo indefinidamente quantos membros houver. O número 00 é destinado a alguma figura caricata e representativa, no caso do curso objeto do estudo foi representado pela cabeça de um boneco. Apesar do caráter inicialmente lúdico, o “00” serve a várias funções ao longo do curso, as quais ocuparei em descrever posteriormente.

A definição da numérica é feita no início do curso sendo marcada por um ritual de iniciação, ao modelo de tantos outros que integram a formação. Nesse momento os alunos entregam as vestimentas com a quais se apresentaram e passam a usar uniforme próprio do curso. Junto com as vestimentas são entregues as insígnias e a identificação, até então feita pelo nome de guerra, a qual passa a ser substituída pela numérica.

As numéricas são certamente um dos elementos chaves da formação e do dito processo de diferenciação desses profissionais, servindo de elemento intermediário entre o

²⁸ Moderno é um termo militar que designa a idéia de novo. Trata-se de adjetivo oposto a antigo.

antes e depois do curso de especialização. Sua memória enquanto produtora da cultura profissional é tão forte que referências a ela permanecem mesmo após concluído o curso. Identificada sua relevância e o apego a essa referência por parte dos policiais do grupamento, resta entender a sua finalidade, a qual acreditava, por hipótese inicial, extrapolar a tarefa de identificação, uma vez que a identificação como ato simplório de nomear e fazer referências poderia ocorrer por meio dos nomes usuais, ou os nomes de “guerra”, aos moldes do praticado no curso de formação de âmbito geral. Dessa forma, haveria outros motivos a justificarem tal ocorrência nos cursos do Batalhão, em especial, hipótese levantada nesse estudo, o impacto e relação das numéricas aos dois pilares caros ao militarismo: a hierarquia e a disciplina.

Valores indissociáveis do militarismo, a hierarquia e a disciplina constituem suas bases de estruturação, sendo dispensável descrever sua relevância para manutenção da ordem aos moldes praticados nas instituições militares. Várias são as regras hierárquicas que orientam as relações interpessoais, tais como as condições e pré-requisitos para dirigir-se a determinado membro, solicitar a palavra, adentrar ou ausentar recinto, dentro outras.

Foucault (1977) define por disciplinas os *“métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”* estabelecendo sua existência como ocorrida desde tempos remotos, tendo, entretanto, se firmado a partir dos séculos XVII e XVIII como métodos gerais de dominação. Distinguem da vassalagem, escravidão e submissão puramente ditas, tratam-se de mecanismos *“que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, seus comportamentos”*. A disciplina é concebida por Foucault como um substrato ou manifestação do poder, é descrita como componente de uma maquinaria política que atua em formar corpos exercitados, submissos e “dóceis”. Cumpre por sua vez um duplo papel: se por um lado aumenta a aptidão dos corpos através do treinamento e exercício, por outro ela os sujeita por meio de uma dominação acentuada. É sob essa relação dual, de capacitação em termos econômicos e consequente controle dos corpos por meio da obediência, que Foucault fundamenta sua análise disciplinar. Exemplos da disciplina são citados pelo autor como compreendendo os espaços escolar, hospitalar e militar.

Leirner (1997, p. 108), em seu estudo sobre o Exército, descreve a disciplina como servindo ao propósito da hierarquia militar: “*se a crença nos atributos, pelos quais é avaliada a disciplina, de alguma maneira realiza as relações pessoais, do mesmo modo a disciplina realiza a hierarquia*”. Ainda sobre a hierarquia o autor a define como princípio que norteia toda vida militar:

ela é o princípio primeiro de divisão social de tarefas, papéis e status dentro do Exército, determinando as condutas e estruturando as relações de comando-obediência, sistematizando a ação e a elaboração do conhecimento militar e mapeando o modo como as relações de poder devem estruturar-se.

O autor aponta que a maior parte dos trabalhos que abordam a hierarquia o fazem descrevendo-a sob o formato piramidal, sendo tal enfoque criticado por ignorar ou reduzir a importância de elementos como medalhas, diplomas, condecorações e elogios, que igualmente compõem o universo militar e seu sistema de classificação. Por meio desse sistema é definido tanto a representatividade dos indivíduos no passado, quanto é feita uma prospecção do seu futuro. A classificação é definida por Leirner (1997, p. 84) como sendo:

uma espécie de pontuação na carreira militar: somam-se a ela notas e conceitos obtidos em cursos, medalhas, elogios e condecorações, assim como dela se subtraem punições e repreensões. Tudo isso, em conjunto, forma o mérito que o militar deve possuir para poder prosseguir na escala hierárquica.

Um dos fatores a influenciar o que estamos denominando por uso das numéricas enquanto estratégia é o caráter misto do curso em questão, que significa ser constituído por oficiais e praças²⁹, tanto na condição de alunos, como de componentes da equipe de coordenação e instrução. Se observadas as disposições hierárquicas que regulam as relações entre militares, o formato praticado pelo curso seria notadamente diferente, sendo o recurso da numérica um dos elementos essenciais a permitir o padrão adotado.

Durante o curso vários são os tratamentos dispensados aos alunos, os quais muitas vezes ocorrem sob o formato de ofensas, tais como: “você é um verme”, “você é um fraco”, “não sei o que você está fazendo aqui, pede pra ir embora!”. Observadas as regras hierárquicas, em caso de militar de posto inferior desferir tal tratamento a seu superior, ainda que em situação de curso, certamente lhe seriam imputadas punições, entretanto, e contrariando as regras gerais, no curso de formação do BOPE tal possibilidade é

²⁹ O caráter misto, ou seja, composto por oficiais e praças, é uma especificidade relevante e a ser considerada, observando que a previsão de formação para cabos e soldados nos grupamentos especiais do Exército ocorreu somente em 1984 com o advento do 1º Batalhão de Forças Especiais, 27 anos após terem sido instituídos os Cursos de Operações Especiais, que inicialmente previam a participação exclusiva de sargentos e oficiais de carreira.

permitida, entendida como consensual e condição para o treinamento. A justificativa para explicar e legitimar as situações contrárias ao ordenamento geral, criadas ao longo da formação, é de que os sujeitos naquele momento deixam de desempenhar as funções que executam normalmente, passando a integrar a condição de aluno, instrutor e/ou coordenador, sendo a essa condição momentânea que o tratamento é dispensado. É como se fosse instaurada uma condição paralela e fictícia, onde não caibam as regras de tratamento antes estabelecidas sendo em substituição àquelas criadas novas regras. Nestes termos, resta investigar quais são as novas regras a determinar as relações interpessoais no grupo, de que forma elas se estabelecem, assim como, o propósito real ao qual serve o uso das numéricas.

O estabelecimento da numérica pode ser descrito como cumprindo dupla estratégia: despersonalização dos sujeitos e rompimento temporário da hierarquia, sendo que a existência de um está intrinsecamente vinculada ao outro. A desconstrução hierárquica só é possível por meio da despersonalização dos sujeitos, trata-se de condição necessária e vinculante. Somente quando desconstruída a identidade dos sujeitos que se pode criar uma nova condição de existência regida por novas regras.

“quando o aluno se sujeita a vir fazer o curso, quero deixar bem claro que é voluntário, ninguém é obrigado. Perde-se as divisas e as estrelas, nos colocamos todos numa única condição porque o conhecimento vai ser único. Não vai ser um conhecimento pra capitão, um conhecimento pra...vai ser um conhecimento único. E na rua a sociedade não quer saber quem é capitão, quem é sargento, quem é soldado. O bandido, meliante ele não sabe, quem está ali é um policial. Então, a partir do momento em que você quebra esse negócio de hierarquia dentro do curso, todo mundo sabe, todo mundo é consciente que na **outra vida** fulano é o capitão, na outra vida ele é o tenente, ele é o sargento, mas naquela condição ele aceitou. Tanto é que a gente fala, sentiu que está sendo humilhado vai embora. E outra a gente cria uma aproximação para evitar panelinhas, uma panelinha só de sargento, outra só de oficiais” (Praça integrante da coordenação)

“todo aluno tem que ter essa consciência de que quando ele estiver no curso ele é uma numérica. Ele é um ser igual a qualquer outro que está dentro do curso. Ele sai da condição de chefe, de oficial, de sargento, de cabo para condição de aluno, então, ele tem que aceitar isso. Os que não aceitam, geralmente, não terminam o curso, porque a própria doutrina prega isso. Como é que eu (patente) vou aguentar uma ofensa sua que é estudante, que está numa passeata e etc, eu estou fazendo meu trabalho ali e você esta fazendo uma reivindicação legítima, às vezes você vai abusar, você vai me xingar, vai me cuspir e eu tenho que ter minha capacidade doutrinária de aguentar isso. Então quando o aluno não se predispõe a aguentar determinadas ofensas dentro do curso agente já sabe que ele não vai aguentar determinadas ofensas na rua, então ele é desligado” (Oficial)

Elemento reincidente no discurso é quanto ao caráter voluntário de apresentação e permanência dos alunos, o qual serve ao propósito de informar que “se está ali é porque deseja isso”, sendo possível romper com qualquer situação considerada excessiva por meio do pedido de baixa do curso. O conceito de voluntariado é extremamente caro aos grupamentos especiais e não trata de fenômeno exclusivo ao BOPE, tendo sido reconhecido pelo próprio Exército norte-americano a relação direta entre o nível de excelência das tropas de elite e seu caráter voluntário. Tamanho o impacto na crença do melhor desempenho entre voluntários que os reformadores militares russos têm movido esforço contra a apresentação compulsória, em prol de um Exército totalmente voluntário (Dunnigan, 2008).

Na primeira fala transcrita é retratada a condição da “*outra vida*” como designando as ocupações e postos reais dos alunos, e reconhecido que apesar da condição de aluno existe a consciência que na “*outra vida*” ele ocupa determinado posto na instituição. Ainda sobre a existência de uma realidade paralela que contrapõe a condição de aluno à graduação real deste na instituição, restou-me dúvida quanto à assimilação daquela condição como temporária e legítima, sem que em resposta às situações de maus tratos ocorridas durante o curso fossem acionados mecanismos de revanche, uma vez que a desapropriação das patentes é temporária, como lembrado pelos próprios interlocutores. Portanto, restaria a possibilidade de se utilizar da condição agora reposta para exercer um possível “acerto de contas”. Sobre isso, um dos alunos do curso se posicionou da seguinte forma:

“essa desconstrução dos postos e graduações na verdade ocorre em partes, eles sabem quem é oficial e que a gente tá numa situação quase que fictícia, uma coisa meio fora do real. E acaba tendo respeito ainda. Você pode pedir desligamento do curso e pegar seus poderes de volta”.

“O pessoal mesmo sem a estrela no ombro³⁰ tinha um respeito a mais”.

“A gente percebe o modo deles tratarem os praças é diferente da forma que tratavam os oficiais. Até quando iam pegar pesado com os oficiais, iam dar uma sacaneada eles faziam como se fosse uma espécie de brincadeira, entendeu? Com os praças eram mais incisivos, mais rigorosos”.

³⁰ Pelo termo “estrela no ombro” o policial faz alusão aos oficiais, transmitindo a idéia de que ainda que as insígnias não estivessem cravadas no uniforme existia uma deferência maior a eles.

Interessante observar na fala a descrição do curso como uma realidade paralela e que depois de findado as vidas são normalmente retomadas, assim como, as atividades desempenhadas e os “poderes” restabelecidos. Tal visão é bem recorrente nos discursos não só dos alunos, mas dos próprios integrantes da coordenação.

Apesar da recusa inicial da existência de retaliações e que o tratamento dispensado aos alunos serve ao propósito do curso, assume-se ainda assim a possibilidade de que aconteçam retaliações tanto na condição de instrutor ou coordenador, quanto da condição de aluno pós-curso no sentido de reclamarem sua patente em prol das humilhações sofridas. Sobre isso um oficial que passou pela condição de aluno e depois veio a integrar a equipe de coordenação afirma:

“Isso é um problema, geralmente uma retaliação pós-curso não acontece. Acontece quando um policial que está na coordenação extrapola aquilo que foi acertado. Por exemplo, teve uma situação num curso onde um policial, um tenente antigo, pelo fato de ser da Corregedoria e ter vindo fazer um curso [sofreu com] um soldado que há uns quatro, cinco anos atrás teve um problema e foi esse policial da Corregedoria que apurou e puniu. Às vezes a gente tem que ter muito cuidado. O policial [soldado] veio a se aproveitar que ele estava na condição de aluno (...). Tanto é que aquele policial sofreu uma retaliação por parte do aluno que era tenente e foi conversar com ele”

“O próprio aluno chegou pra mim e falou:

- Estou indo embora do curso!

Daí eu falei: uê, o cara é bom, porque não aguentou, não?

- Porque aconteceu isso, isso e isso e eu lembro que no dia que a gente fez a reunião pra início do curso, que a gente assinou, nada disso foi acertado, então eu não tenho que ser submetido a isso.

Falei: não, você não vai sair do curso. É mais fácil sair o monitor. É mais fácil ele sair da equipe de coordenação que você, a não ser que você queira sair. Porque ele se excedeu de uma forma inadmissível. Toda equipe de coordenação também está sujeita a uma regra”.

“Às vezes não tinha como monitorar. Às vezes a gente tem muito isso, um praça, um soldado, um sargento vê um major na frente dele e não tem nada que diz que pelo fato dele ser aluno ele deixou de ser major, ou pelo fato de ser monitor ele virou sargento, não. Na verdade aquele superior hierárquico está ali porque ele decidiu se submeter aquilo e aí o que acontece? A gente tem que controlar muito isso. Qual o lugar na polícia em que eu vou mandar num major, sendo eu soldado? E aí é a hora em que ele começa (...) “*Paga zero um, paga essa merda, cala a boca*”, tapa. Então são coisas que você tem que monitorar porque às vezes o policial começa a questionar a validade daquilo. (...) Mas é complicado porque às vezes você tem que fazer isso duma forma bem discreta, porque a partir do momento em que você tem uma discussão na frente do curso os próprios alunos começam a questionar a validade do curso”

Observa-se na fala transcrita que a condição de submissão dos alunos aos instrutores e membros da coordenação serve para criar uma condição de poder somente vista na ocorrência dos cursos devido à desconstrução temporária da árvore hierárquica.

Ainda sobre as ofensas sofridas, existem casos onde a assimilação não ocorre conforme o planejado e que os alunos revidam as agressões recebidas, exemplo disso aconteceu no 5º Curso da PATAMO, objeto do trabalho de campo, onde um aluno e um instrutor quase chegaram às vias de fato após uma instrução. Não estava presente no episódio em questão, mas vários interlocutores me narraram o acontecido. Nesse caso concreto o aluno foi desligado conforme prevê o regimento do curso. Sobre o episódio:

“teve um aluno que apelou com um sargento que faltou ao respeito com ele, quase chegaram às vias de fato. Aí ele foi desligado” (Aluno)

Conforme visto apesar da numérica servir como estratégia de despersonalização dos sujeitos ela não consegue fazê-lo de forma tão eficaz quanto o proposto. Cumpre em certa medida seu fim, mas não apaga por completo a memória dos sujeitos sendo lembrado quando na condição de aluno o posto ocupado na instituição e existindo a possibilidade de quando reintegrado às suas funções normais retaliar as situações às quais foi submetido. Enquanto identidade paralela a numérica serve ao processo de identificação dos sujeitos como iniciados e integrantes do Batalhão, haja vista que sempre os integrantes são lembrados pelos números que lhes foi determinado durante o curso. Não raramente durante minha permanência no Batalhão observei que o tratamento entre os membros ainda era dirigido à numérica, mesmo em situação pós-curso.

Além da numérica delegada ao longo do curso, a qual se repete a cada novo curso, existe uma lista de todos os que concluíram a formação, que se inicia a partir da primeira turma formada e segue por todos os cursos seguintes. A numérica usada no curso não coincide com a numérica determinada no livro ata, denominado no caso da PATAMO³¹ Livro dos Táticos.

Se por um lado a numérica não anula por completo a identidade dos indivíduos a ela submetidos tal como alguns interlocutores propuseram, ela constitui demarcador

³¹ Assim, todos os cursos têm seus respectivos 01, 02, 03 etc. Entretanto o Livro dos Táticos segue a distribuição de números onde a cada membro é destinada uma única numérica, por exemplo: o Primeiro curso formou 38 integrantes que ocuparão respectivamente os primeiros 38 números. A contagem dos integrantes do segundo curso, por sua vez, irá começar a partir do número 39 e assim por diante, de forma que no livro dos Táticos as numéricas não se repetem, existe um único 01, 02, 03 etc.

essencial e um dos elementos fundadores da identidade no Batalhão e sob essa óptica pode ser descrita como componente de uma nova identidade profissional: os Patameiros, os Caveiras, enfim, um iniciado pelos cursos do BOPE. A numérica ocupa papel tão importante no processo identitário do grupo que certa vez quando um dos integrantes me narrou o tratamento dispensado pelos policiais do BOPE ao encontrarem colega que apesar de ter concluído o curso continuou atuando no Batalhão de origem, ele usou a numérica como objeto de identificação: *“poxa 03, bora pro Batalhão!”*, confirmando que a numérica extrapola a situação de curso e permanece como delimitador entre um iniciado e um não iniciado.

4.4 - O SOFRIMENTO FÍSICO: RITUAL DE PASSAGEM DO GUERREIRO

“A dor gera união”

“O que é a dor? É a fraqueza saindo”

“A dor é passageira, mas a glória é eterna”

“O XX ia pedir para ir embora no dia que invadi a mente dele. Oh, XX eu te conheço você não vai conseguir terminar”

“Ninguém quando sai do curso sai falando que foi mamão, principalmente quem é de fora. Não vai dizer que o curso foi fácil, vai dizer que sofreu, que ralou”

Conforme dito, são grandes as demandas físicas durante o curso, especialmente nos períodos intitulados como de “aceleração”, momentos nos quais os alunos têm suas demandas básicas expostas a níveis extremos. Reconhecida como válida a afirmação interna de que tudo na formação serve a um propósito resta-nos investigar qual o propósito do sofrimento físico aos quais os alunos são expostos durante a formação.

A primeira assertiva sobre as demandas físicas é o seu caráter enquanto filtro entre os aptos e os não aptos a desempenhar as funções às quais estão predestinados. Assim sendo, aplica-se como intrínsecas e necessárias todas as situações criadas ao longo do curso, fato de destoar do apontado por alguns interlocutores ao reconhecerem que as situações de curso em regra extrapolam as esperadas na vida real, sendo tal acentuação legitimada pela expectativa de que os alunos devem ser preparados para todo tipo de condições, inclusive as mais ásperas. Apesar da demanda pretensiosa de que estejam preparados para “tudo”, a expectativa inicial é que o curso dê conta e extrapole as possibilidades da vida real, pelo menos no que diz respeito à resistência desenvolvida pelos

alunos. Significa dizer que é reconhecida uma gama de possibilidades, e que destoante essas variações resta aos profissionais do BOPE resistir. Essa resistência inclui desde condições climáticas desfavoráveis, até as próprias condições físicas pessoais desfavoráveis.

A dor e por derivação situações de exposição física e emocionais são defendidas institucionalmente como etapas necessárias da capacitação técnica, entretanto e sobreposta a sua função técnica é notória sua importância enquanto elemento simbólico e ritual. Como posto por Douglas (1991) “enquanto animal social, o homem é um animal ritual”, não existindo relações sociais sem atos simbólicos. Defendendo e reificando a crença na importância da existência de tais atos simbólicos enquanto elementos da cultura profissional, é que o treinamento será descrito enquanto composto por rituais diversos de habilitação dos novos membros.

Os ritos têm funções diversas e sua utilização está normalmente marcada pela criação de uma memória afetiva que ultrapassa a simples lembrança técnica, agregando uma dimensão corporal ao conhecimento aplicado. Sobre isso Douglas (1991, p.51), afirma:

“O ritual permite, assim, concentrar a atenção, na medida em que fornece um quadro, estimula a memória e liga o presente a um passado pertinente. Facilita, deste modo, a percepção. Ou antes, transforma-a porque modifica os princípios de seleção. Não basta, pois, dizer que os ritos nos ajudam a viver com mais intensidade uma experiência que teríamos vivido de qualquer maneira. O ritual não é comparável às ilustrações que acompanham as instruções escritas de como abrir latas de conserva. Se não fosse mais do que isto, se não fosse mais que um mapa ou um diagrama, num estilo dramático, daquilo que já sabemos, viria sempre após a experiência. Na realidade, os ritos não desempenham este papel secundário. Pode bem ser que se antecipem e nos permitam formular a nossa experiência; ou ainda que nos dêem a consciência de fenômenos que, sem eles, nunca conheceríamos. O rito não só exterioriza a experiência, não só a ilumina, como a modifica pela própria maneira como a exprime”.

Analisando a formação sob a ótica do ritual, ela pode ser dividida em inúmeras fases e funções: ritual de iniciação, onde são abandonadas as “antigas” vestimentas e entregues novas; ritual de saída e desistência, onde são queimados num caixão as numéricas que durante o curso identificavam os alunos; rituais de habilitação, onde o turno

é submetido à situações diversas nas quais são testadas suas capacidades físicas e emocionais; ritual de formação ou encerramento, no qual são reconhecidos os méritos daqueles que se formaram e ultrapassaram as provas impostas, como imagem mítica do processo de superação pessoal. As situações que implicaram em debilitação física e exposição emocional podem ser agrupadas como pertencentes aos ritos de habilitação, nos quais a tolerância e ajustamento dos sujeitos informavam aptidão para desempenho das atividades e merecimento enquanto futuros integrantes. Quanto ao quesito de aptidão técnica, emocional e física, tão recorrente no discurso da equipe de coordenação e instrução, faço ressalvas à sua real aplicabilidade. Os próprios integrantes reconhecem que boa parte das situações simuladas e postas como condicionantes da formação ultrapassam o que é esperado no dia-a-dia profissional. Então, a que sentido serviriam, senão enquanto testes de caráter meritório dos aspirantes? Tanto quanto é avaliada a capacidade em desempenharem suas funções, é analisada a capacidade de ajustamento dos novos membros aos valores, ordenamento, história e memória do grupo. Trata-se de uma questão de tradição, onde os antigos, os atuais e os futuros deverão manter certos padrões, e estes padrões implicam e impactam numa ordem simbólica.

Além do papel enquanto filtro de seleção e conseqüente força propensora ao desenvolvimento da resistência, a dor é descrita com servindo de função ao grupo. Nas situações criadas espera-se que o grupo se una em prol dos mais fragilizados e se necessário os suporte em suas fraquezas. Trata-se de exercício onde é exacerbado o espírito coletivo, servindo ao propósito de criar uma identidade, assim como, estabelecer laços de sustentabilidade. Quanto à identidade, a dor serve para imprimir noção equivalente ao “*nós*” passamos por isso. Ainda que um integrante tenha participado do segundo curso de formação e um outro tenha composto a quarta turma, considerando as diferenças de formação nos intervalo de anos, existe uma identidade que os une e essa identidade percorre o compartilhamento não só de valores mas de um corpo coletivo. Sob esse prisma a dor é elemento essencial, tanto na formação do corpo coletivo quanto na elaboração dos valores que regulam o grupo.

Reconhecidas e respeitadas as variações entre os cursos, em comum eles têm a mensagem de que de alguma forma todos foram testados e os seus corpos guardam essa memória. Quando falam das misérias que lhes assolaram na formação não raramente apontam para os locais onde na época haviam feridas e machucados. Ainda que não mais

existam os sinais o discurso os recupera, servindo ao propósito de comprovar que se trata de um legítimo iniciado.

4.5 - A ALIMENTAÇÃO

“Os alunos dividiram uma bolacha recheada. Uma única bolacha alimentou três. O primeiro comeu uma das fatias da bolacha e passou para o colega que comeu o recheio. Este depois passou o restante, uma fatia, para um terceiro” (Anotação do diário de campo)

Trata-se de descrição que reproduzi literalmente do diário de campo. O episódio descrito aconteceu numa aula teórica ministrada nas instalações do Batalhão e não se tratou de caso isolado, tendo presenciado episódios semelhantes algumas vezes, especialmente quando me era autorizado integrar os grupos, durante as atividades em que o turno era dividido.

Não participava ativamente dos grupos, no sentido de executar a tarefa solicitada, por exemplo. Juntava-me ao grupo e os observava no desempenho da atividade proposta, sendo nesses momentos a ocorrência de boa parte dos poucos contatos que tive com o corpo discente. No dia do episódio da bolacha, citado no início do texto, fui interpelada sobre o trabalho de campo e essa foi uma das últimas oportunidades que tive de saber as impressões que os alunos tinham sobre minha presença enquanto observadora. Na ocasião, a curiosidade sobre as conclusões eram evidentes, destoante do desejo que lhes despejasse o quanto antes minhas assertivas (ou, ao contrário, meus equívocos) não estava nem perto de concluí-las, tendo reconhecido que à época me ocupava mais em compreender e descrever, do que em explicar. Algumas vezes ensaiei um feedback, raso e proporcional às remendas que minha observação inicial possibilitava. Acreditava que assim, me expondo e expondo algumas divagações, estabeleceria melhor os laços de confiança e o trabalho sobreporia o caráter de mão única.

Nessas oportunidades tinha acesso privilegiado para observar a relação entre os alunos, visto que normalmente ao acompanhar as aulas teóricas ocorridas nas instalações do Batalhão me instalava na primeira cadeira, localizada na fileira do canto da sala. Essa

cadeira era reservada ao “xerife”³², posto ao qual era eleito por tempo indeterminado um dos alunos, servindo como estratégia de exercício prático, assim como, método avaliativo do perfil profissional.

Quanto à eleição do espaço aonde me sentaria não existiam muitas possibilidades de me instalar e logo percebi a importância da localização ao longo da observação. O local aonde me sentasse seria marcante, uma vez que ampliava ou restringia o campo de visão. Se tivesse livre escolha egeria a última cadeira, pois assim teria sob meu campo de visão tanto os alunos, quanto os instrutores, simultaneamente. Teria oportunidade de observar as reações dos alunos ao longo das aulas e, quem sabe, algumas estratégias a mais. Entretanto, não existiam tantos lugares disponíveis, uma vez que os alunos tinham seus assentos fixos, restando vaga a cadeira do xerife, que gentilmente me foi disponibilizada.

Com relação à alimentação esta era objeto de regramento, assim como, tantas outras funções básicas, a exemplo do período de descanso, que também era administrado pela coordenação do curso. O almoço e a janta, esta última nos casos de permanência dos alunos no período noturno, eram disponibilizados pelo Batalhão e não por acaso foi estabelecido assim. Tratava-se de uma forma de controlar o que era ingerido pelos alunos, tanto em termos da seleção dos alimentos, quanto da administração das quantidades.

É sabido que os alimentos, tal qual o ato de alimentar-se, além de aspecto biológico é também uma matiz cultural a informar identidades por meio da seleção do que é identificado como alimento, o acesso destes a determinados grupos sociais, ou, ao contrário, a interdição alimentar a certos componentes. Portanto, alimentar-se é informar uma condição de existência, interpretar códigos e ritualizar práticas, sendo a comida uma forma de se afirmar condições sociais, e por isso, localizar condições políticas. Silva (2011) comenta a análise de Lévi-Strauss, em que o autor afirma ser a comida não apenas “boa para comer”, mas também “boa para pensar”. Atuando como referente e significante, cozinhar representa a transformação da natureza em cultura. Preparar os alimentos, manipulá-los, administrá-los e ingeri-los são atos dotados de capacidade resignificativa do

³² O xerife era o responsável por uma série de tarefas ao longo do dia as quais eram solicitadas pela equipe de coordenação e instrutores. Não se tratava exclusivamente de tarefas prévia e rigidamente estabelecidas, variavam quanto às atividades e objetivos das aulas. Como o espaço físico era bastante restrito não havendo muitos lugares para me instalar acabei me apropriando da cadeira do “xerife”, permanecendo o xerife de cada dia no seu lugar de assento padrão, haja vista que cada aluno conforme o número de matrícula ocupava uma cadeira até o final do curso.

elemento natural em produto cultural, sendo notória a diferenciação do preparo e sua valoração conforme a comunidade em questão. Enquanto algumas sociedades preponderam por alimentos crus, outras optam pelos cozidos; os condimentos e temperos são igualmente conformados à lógica local; as preferências quanto à eleição daquilo que é palatável e saboroso, além dos aspectos individuais, percorrem uma pauta social e local. Feita essa explanação sobre a importância da alimentação enquanto variável cultural, a informar tantas outras condições, fica fácil compreender o porquê elegê-la elemento crucial da formação.

Lévi-Strauss analisa a cozinha enquanto composta de vários sentidos: o geográfico, determinando sua disposição física, lugar onde será construída (dentro ou fora da casa, isolada ou próxima, etc); produtora de senso social acerca da distribuição sexual do trabalho; assim como, dotada de lógica formal e estruturada (Poulain; Proença, 2003). As refeições envolvem um conjunto de rituais no ato de alimentar, os quais informam sua organização, número de refeição, horário, quantidades, administração do consumo, formas (com as mãos, com a utilização de talheres, servido com acompanhamentos, bebidas que lhes são consentidas, etc). Além desses aspectos, a temporalidade é fator crucial nas análises alimentares. Essa temporalidade pode ser demarcada tanto na noção temporal da administração diária do alimento, quanto por meio da seleção dos alimentos adequados a cada fase da vida (infância, adolescência, juventude, idoso). Ocorrendo, na mesma medida, distinção dos alimentos conforme o gênero em questão, de tal forma a serem alguns recomendados para mulheres, outros aos homens, a exemplo das inúmeras indicações que defendem a influência de certos alimentos sobre a fecundidade feminina, assim como, a virilidade masculina.

Os alimentos também demarcam o processo de diferenciação social, onde alguns são vedados a determinados grupos e quando na ausência de proibições formais valores econômicos rapidamente os substituem e determinam o público por meio da sua acessibilidade. Sobre isso Douglas (1991, p. 28) cita os hábitos dos Havik que:

“distinguem os alimentos cozinhados, que são condutores de poluição, dos alimentos crus, que não a transmitem. É por isso que se pode receber alimentos crus dos membros de qualquer casta, não importando qual. Do ponto de vista prático, semelhante regra é necessária numa sociedade onde a divisão do trabalho corresponde a diferentes graus de pureza hereditária. Os frutos e as nozes não

são poluentes se estiverem inteiros, mas um havik não pode aceitar, de um membro de uma casta inferior à sua, uma noz de coco partida ou uma banana descascada”.

Apesar da alimentação ser um clichê no curso, seu controle era mais acentuado numas fases da formação que noutras. O exemplo de maior controle sobre o que era ingerido pelos alunos ocorre nos períodos intitulados de aceleração, que correspondem ao início do curso e à última semana. Nesses momentos, a ingestão de qualquer outro alimento senão os autorizados pela coordenação caracteriza falta grave, e até boicote ao curso. Para evitar que os alunos tenham acesso a alimentos não autorizados são feitas revistas corporais e nos materiais pessoais, assim como, nos alojamentos. Contrapondo a ofensa descrita por se alimentar sem autorização, é sabido que os alunos desenvolverão estratégias para fazê-lo, trata-se de expectativa antecipada da coordenação, que por vezes faz “vistas grossas”.

As narrativas sobre restrições alimentares começam a partir da primeira semana da formação, especialmente no período de campo quando os alunos são levados à exaustão e se alimentam da denominada “ração”. Em alguns episódios do treinamento os alunos foram levados a comer cebola, que somada ao estado já debilitado dos organismos chegou a agravar a condição de um número de integrantes³³.

Quando as aulas passam a acontecer no ambiente do Batalhão fica mais difícil controlar o tráfico de alimentos, que progressivamente vai deixando de caracterizar alvo de atenção prioritária dos membros da coordenação. O controle enfático sobre a alimentação é retomado nos momentos de ida ao campo. Ao acompanhar a prévia da saída à Floresta Nacional (FLONA), tive a possibilidade de observar os controles estabelecidos. Antes de saírem efetivamente, a turma, que já estava cansada depois de um dia de treinamento e horas sem dormir, foi alvo de uma série de acusações, várias delas relacionadas ao porte irregular de alimentos, eis alguns exemplos:

“XX, seu ladrão, você roubou meu açaí!” (instrutor)

“Xerife, o senhor tem 15 segundos, não, 31 segundos, para você e seu pelotão abandonar as tranqueiras que vocês têm!” (Integrante da coordenação)

³³ Ainda na semana Zero um policial foi afastado após inspeção médica em que foi apontada restrições em sua saúde. Ao conversar com o aluno esse contou-me que tinha histórico gástrico, o qual foi acentuado às longas horas entre as refeições, os alimentos disponibilizados, dentre eles a cebola crua (ofertada pela coordenação, e de ingestão obrigatória por parte dos alunos), medicação preventiva feita pelos alunos, que prevendo o desfalecimento do organismo durante a formação, se antecipam por meio da medicalização, fazendo uso de vitaminas e antibióticos.

Nas falas transcritas observa-se a acusação, e contrapondo ao tom alto e enérgico com que são feitas, são comumente seguidas por risadas que denunciam tratar-se de uma brincadeira. Não se crê efetivamente que o aluno tenha roubado, até porque, caso fosse um episódio de furto real, a conduta seria alvo de punição. Na segunda fala, quando o integrante da coordenação se refere às “tranqueiras”, está falando dos alimentos, bebidas e remédios que podiam estar escondidos na farda, pois os alunos já passados pela experiência do primeiro campo, e conheciam as intempéries que lhes assolariam, precavendo-se dentro do possível³⁴. Depois de consecutivamente avisados que não seria autorizado o porte de determinados elementos, foi dada oportunidade de deixarem no alojamento quaisquer itens que ainda pudessem encontrar em seu poder.

A descoberta de alimentos não era item de desligamento compulsório do aluno, todavia podia dificultar-lhe a vida durante a formação. Ao ser descoberto “burlando as regras”, o aluno passaria a alvo dos instrutores e coordenadores, caindo assim no que um dos interlocutores descreveu como os três “S”, dos quais dependem a conclusão do curso – saúde, simpatia dos instrutores e sorte. Depois de pego numa tentativa de boicote poderia lhe ser tirado um dos principais “S”: a simpatia dos instrutores.

Acentuado ao controle rigoroso aplicado à administração dos alimentos na ocasião das idas ao campo, tal controle foi menos rígido no restante do curso. Não era adequada a ingestão durante a aula, mas apesar de inadequada os alunos compartilhavam pequenos lanches e principalmente doces, como no caso referente à descrição do diário de campo. O principal era que nunca se alimentasse isoladamente, escondendo dos companheiros. Tal preocupação era reconhecida também pelos membros da coordenação, e caso um dos alunos se alimentasse sem compartilhar com os outros, seria mal visto não só pelos seus pares, mas por todo o resto da corporação.

A noção da alimentação não é um fator isolado da formação, ela está imbuída de uma outra concepção: a de grupo. De forma a ser transcrita pela idéia na qual ao se alimentar o indivíduo deve também alimentar os colegas que carecem, caso não o faça será taxado de egoísta e individualista, características que contrapõe ao perfil moral traçado pela coordenação. Sobre a alimentação um dos alunos se manifestou da seguinte forma:

³⁴ Existem relatos de alunos que se prepararam até com relação ao uso precavido de remédios, com vistas a melhorar suas condições físicas e tratar deficiências que podiam lhes acometer durante o curso.

“se você leva comida você não tem que levar só pra você, vai ter que compartilhar (...) principalmente na marcha, que é muito desgastante. Aí a coordenação levava alguns alimentos e ia liberando de pouquinho em pouquinho. Um amendoim agente conseguiu dividir para três pessoas (risos). Porque na situação que a gente se encontrava qualquer pouquinho de alimento que a gente ingerisse já ajudava”

“eu consegui esconder um pouco de doce na farda, mas acabou que eu nem comi porque tinha uns colegas meus que estavam passando muito mal, não estavam conseguindo chegar junto da marcha, daí eu peguei e passei pra eles”

A alimentação dos alunos era notadamente alvo de controle pela coordenação do curso, especialmente nas situações consideradas limite, onde os discentes eram levados ao limiar físico e psicológico, restando questionar o motivo de tais práticas. Se partimos do pressuposto que a formação (em sua integralidade) é regida por lógicas que a legitimam, sendo esse o argumento militar para todos os possíveis excessos praticados, qual seria a defesa para o controle e administração dos alimentos?

O fato é que a alimentação é uma aprendizagem social. Quando crianças, ainda em nossa socialização primária, somos iniciados a um mundo de descobertas e habilitações alimentares. No caso do curso da Patamo, é possível observar um esforço por meio das práticas do treinamento em habilitar esses policiais a novos hábitos alimentares, servindo, portanto, ao propósito de socialização secundária. Esse processo de socialização é feito em conformidade com uma cultura profissional na qual é desejado inculcar a carência alimentar como possibilidade da atuação profissional e processo de distinção da categoria. As imposições alimentares são regidas pela lógica de que muitas vezes passarão pela escassez temporária dos alimentos, e por isso, devem estar habituados corporal e psicologicamente com tal restrição. Além da capacitação física e mental, tais restrições vêm igualmente atuar como informantes de uma hierarquia profissional regida pelo controle das pulsões³⁵ e das necessidades fisiológicas.

Ainda que a rotina policial informe que no sentido prático raramente os policiais passarão por situação tão extremas, reproduzi-las na formação representa habilitar esses corpos por meio do ritual da ausência do alimento. Podemos concluir que as situações extremas reproduzidas no curso mais que atingir um sentido prático de habilitação técnica, informam que todos passaram por rituais de iniciação e conclusão que os habilitam atuar nas situações que lhes serão destinadas. Assim, o enfoque dado ao curso pode sem

³⁵ No sentido freudiano de fronteira entre o mental e o somático, representante psíquico dos estímulos que se originam no corpo.

dificuldades transitar do sentido técnico para o ritual: se por um lado o discurso promovido pela instituição policial militar defende sob o argumento técnico as práticas e a didática aplicada nos cursos, é possível entender as mesmas sob o enfoque ritual, produtor de uma identidade profissional, de um sentimento de pertença, e de uma moral local.

4.6 - PERFORMANCES

As instruções são ministradas de diferentes formas conforme melhor se adapte ao conteúdo em questão, existindo assim instruções essencialmente teóricas, práticas e outras de caráter misto, onde parte das aulas ocorre em sala de aula e outra parte se dedica à prática de exercícios.

O curso da PATAMO em específico dedica grande parte da sua carga horária à instruções sobre técnicas de patrulhamento e conforme o currículo original³⁶ do curso essas aulas totalizam cem horas aulas de um total de quinhentos e quarenta horas distribuídas em vinte matérias e atividades complementares. Nas aulas sobre técnicas de patrulhamento os alunos eram divididos em grupos que eram compostos por quatro ou cinco integrantes sendo dadas orientações sobre o procedimento: como abordar, como anunciar a abordagem, como fazer a revista, procedimentos de segurança e etc. Feitas as recomendações os alunos passavam a simular situações de abordagem, onde lhes eram passados o feedback dos procedimentos. O interessante nas simulações era o quanto esses momentos permitiam acessar um número informações que na maioria das vezes me tinham sido interdidas e que durante a teatralização eram postas às claras. Tal realidade se configurou na constatação de que por vezes os discursos eram contidos e as expressões medidas por conta da minha presença, exemplo disso ocorreu em uma instrução que já estava acontecendo quando me juntei ao grupo. O instrutor tratava sobre abordagem e cuidados que deveriam ser observados a fim de não repercutirem em sanções que seguiriam ao “arrepio da Lei³⁷”. Na minha presença ele passou a usar termos mais polidos

³⁶ A referência ao currículo original se deu por conta de uma série de adaptações que ocorreram ao longo do curso, influenciadas dentre outros fatores pela interrupção por dez dias já nas primeiras semanas devido a incidente onde praticamente toda turma adquiriu doença de pele após instrução ministrada em área fora do Batalhão. Tendo em vista que durante o curso algumas aulas demandem deslocamento e disponibilidade de outras instituições o episódio afetou o planejamento inicial.

³⁷ Ao arrepio da Lei: expressão contida no material apresentado em aula e utilizado durante instrução. Faz referência à severidade da lei e suas formas de penalização. Certa vez o instrutor mencionou a facilidade de

e medidos, sendo que os sorrisos dos alunos denunciavam a falta de naturalidade do discurso. Numa das vezes ele brincou: “*ai você pega o peba*³⁸ ...*Opa, peba não, é cidadão!*”, todos caíram na gargalhada e a aula continuou em meio a termos obviamente contidos. Já tinha me acostumado com interdições semelhantes a que descrevi até presenciar as simulações de abordagem, onde nesses momentos era representado exatamente as relações que os policiais vivenciavam e eram travadas as discursividades das ruas.

Não pude obviamente me integrar ao grupo durante as abordagens que requeriam adentrar carros e manusear armas, mas me mantive em distância adequada à observação e escuta de alguns diálogos. Tive que me conter a escutar os grupos que se encontravam mais próximos a mim e não raramente quando os instrutores se aproximavam da turma para passar o feedback eles se fechavam em roda e conversavam em tom que não me permitia escutar. Apesar de tais restrições os diálogos, termos próprios da atividade, assim como alguns parâmetros de abordagem e construção do suspeito já tinham sido expostos e minha análise se deu sob esses caracteres.

Nas aulas os instrutores tinham forte preocupação em informar os alunos dos riscos que corriam durante as abordagens, inclusive o risco de cometerem um engano e responderem por isso: “*você matou a vítima, deixou de ser autoridade e passou a ser bandido. Vai pra Papuda!*³⁹”.

mudança de pólos na atividade policial: um dia ser o representante do Estado, detentor legítimo do emprego da violência, noutro momento o próprio criminoso em decorrência do desempenho inadequado das suas atividades. Tal discrepância é com frequência abordada e caracteriza objeto de preocupação constante na atividade policial.

³⁸ Peba faz referência ao criminoso, àquele que pratica conduta criminosa.

³⁹ Papuda: Complexo Penitenciário da Papuda localizado no Distrito Federal.

4.7 - ANÁLISE DAS CANÇÕES

Um dos itens a chamar atenção durante o curso de formação são as canções entoadas durante alguns momentos do treinamento. Elas são cantadas especialmente durante o treinamento físico tendo eu mesmo presenciado seu emprego exclusivamente nessas oportunidades: quando o turno organizado em fileiras seguia correndo para cumprir a carga de atividades físicas diária. Em regra as canções eram puxadas pelo xerife ou pelo instrutor, restando algumas vezes em que era solicitado a um aluno para fazê-lo.

As canções em referência não integram a lista de canções oficiais. Têm origens diversas sendo compostas informalmente pelos próprios policiais que utilizam, em alguns casos, melodia de música já conhecida, modificando a letra original ao adaptá-la às narrativas locais. Acontece também o intercâmbio de canções entre instituições, a exemplo da menção de canções do Exército e Polícias Militares de outros Estados.

As alusões são diversificadas, mas em comum percorrem temas correlatos à morte, à honra, ao trabalho árduo, ao status de ser um homem de preto, à persistência, às dificuldades, ao morro e à favela.

A justificativa para o emprego das canções ocorre por duas vias: de ordem técnica, que se preconiza como exercício de respiração durante os treinos sendo o ato de cantar justificado por caracterizar exercício respiratório. O outro argumento, de ordem simbólica, se justifica por “elevar a moral” dos alunos, uma vez que as canções sempre remetem ao sofrimento físico e fatigante contraposto à alegria, honra e status em ser um Patameiro ou um homem de preto. O foco dado à importância das canções como instrumento que repercute no desempenho ao longo curso enuncia a função que cumprem enquanto estratégia para se criar sentimentos e emoções condizentes com a performance esperada. A observação das condições em que eram praticadas e as exigências feitas quando entoadas, informa sua função enquanto mecanismos que servem ao propósito de criar e imprimir na psique e nos corpos uma memória que remeta ao status daquela condição: o sofrimento tem um propósito e há mérito em todos que conseguem ultrapassar as barreiras. Constituindo-se assim como ferramenta no processo educacional.

Em regra as canções descrevem as dificuldades sofridas e o mérito daqueles que concluem o curso e passam a integrar o time dos “especiais”, trabalhando fortemente com os conceitos de honra⁴⁰ e prestígio.

As canções servem como estratégia educacional ao imprimirem sentimentos de pertença, assim como atuam enquanto estratégia de conformação de uma identidade profissional. A análise das letras se comparada aos valores imputados ao grupo e tidos como atributos necessários aos membros, permite concluir que as canções servem ao propósito conjunto de inculcar nos alunos as expectativas do grupo, seus valores, normas e atuação, e por isso podemos caracterizar como componente e instrumento de socialização dos novos membros.

Citada a existência das canções, vamos à análise de algumas letras que compuseram o hinário do curso de formação.

“Existem na polícia algumas tradições
Umás são verdades e outras são jargões
Turma que quer servir no gabinete militar
E Turma de pistola na favela quer entrar
Ser um burocrata e operar computador
Ou ser do PATAMO e na favela tocar horror
FUZIL e PT na mão
É o BOPE... força padrão”

Nessa primeira canção há uma menção clara do estigma com relação aos policiais que executam tarefas burocráticas e que são alvos frequentes de desvalorização devido à natureza das atividades desempenhadas. Tal rotulação não é exclusiva ao BOPE, tendo verificado críticas nesse sentido por policiais externos ao Batalhão.

E muitos pensam que é brincadeira
Quando falamos
O que passamos
Mas só estando
Nessa carcaça
Para saber o que eu serei
Serei um Patameiro audaz
não vacilarei jamais
Estando em guerra ou em paz
Eu vou vencer
E nos combates ou nas jornadas
Lutaremos sem temer

⁴⁰ Por honra Pitt-Rivers define: “o valor de uma pessoa perante os seus próprios olhos, e os olhos de sua sociedade. É a estimativa de valor, a demanda de orgulho, o reconhecimento dos outros sobre a validade da demanda, a excelência reconhecida pela sociedade, o direito ao orgulho. A honra estabelece a posição social, mas não é sinônimo dela” (In Aguiar, 1974, p. 45)

Para mostrar a essa gente
Que querer é poder
Serei um Patameiro audaz
E não vacilarei jamais

Servindo ao propósito já citado de valoração do curso e elevação da “moral” dos alunos, as músicas abaixo preconizam os méritos dos Patameiros, expõe as dificuldades encontradas na formação, sendo possível encontrar menções claras ao curso de especialização. Essa questão da moral é com frequência repetida

E muitos pensam que é brincadeira
Quando falamos
O que passamos
Mas só estando
Nessa carcaça
Para saber o que eu serei
Serei um Patameiro audaz
não vacilarei jamais
Estando em guerra ou em paz
Eu vou vencer
E nos combates ou nas jornadas
Lutaremos sem temer
Para mostrar a essa gente

Existem!
Aqueles que querem, mas não podem
Existem!
Aqueles que podem, mas não querem
Eu quero!
Eu posso!
Eu vou vencer
Nem que eu tenha que sofrer

Ei soldado!
Queres ser do PATAMO
Vestir a farda preta
Patrulhar na barca preta
Eeeeê tu vai ter que sofrer
Eeeeê tu vai ter que merecer

Ontem eu sonhei que era um operacional
Estava no meio do lago no cabo comando-craw
Parecia até um frevo naquele vai ou não vai
Parecia até um bebo naquele cai ou não cai

Eu to ralando todo dia
E nunca vou me esquecer
Fui visitar Rosa Maria
E dar a ela meu brevê⁴¹
Meu filho disse outro dia
Papai o que o senhor fazia
Filhinho a gente corria
E não sabia aonde ia
Mas um belo dia
Todo suadão
Papai entrou em operação
Papai eu também quero
Quando eu crescer
Ter a minha boina,
Meu bute e um brevê
(duas vezes toda a estrofe)
Mas papai me disse não
Lá é muita ralação
A gente rala todo dia
E paga muita flexão

Deus lá em cima, sabe muito bem
Qual a minha sina, o que me convém
Bicho do mato, ela veio comigo
Te dei carinho, comida e abrigo
Já ralei lá no bivaque
Já ralei no matagal
Já ralei passando bem
Já ralei passando mal
Abra esta caixa e deixe de mistério
Hoje tem patrulha e lá no cemitério
Você foi escolhido para comandar
Mande o PATAMO logo se aprestar
Companhia pronto e aprestada
Sai da base sem ser notada
Creia em Deus e treine para valer
Pois o nosso lema é ser e não parecer

Eu tenho uma mania que é tradição
De nunca me entregar de não cair no chão
O que eu faço pouca gente quer fazer
O frio e a fome é grande e a sede é pra valer
Uniforme camuflado e pouca água no cantil
A mochila bem pesada
E guarda alta o meu fuzil.
Cachorro latindo, criança chorando
Vagabundo atirando e o PATAMO chegando
Bate com a mão, bate com pé, bate com pau
O PATAMO é mau
Quebra geral.
Ontem eu sonhei que era um operacional
Estava no meio do lago no cabo comando-craw
Parecia até um frevo naquele vai ou não vai
Parecia até um bebo naquele cai ou não cai
Pode a cabeça doer, pode a perna se quebrar
Podem me fazer sofrer, mesmo assim não vou ligar
Sou guerreiro, sou do PATAMO o meu lema é vibração
Corro, nado e não me canso e ainda pago flexão
Ôoo sou do PATAMO vibrador
Ôoo sou do PATAMO e toco horror.
Ei soldado!
Queres ser do PATAMO
Vestir a farda preta
Patrulhar na barca preta
Eeeeê tu vai ter que sofrer
Eeeeê tu vai ter que merecer.
Existem na polícia algumas tradições

⁴¹ Brevê: termo utilizado para artigo que designa o curso realizado. Trata-se de emblema que recebem após concluir os cursos de especialização, uma espécie de apenso semelhante a um broche que é anexado à farda. A cada curso realizado obtém-se um brevê, podendo um mesmo policial ostentar tantos quantos cursos concretizar. O brevê comunica status dentro da corporação, trata-se de veículo de exposição da capacitação atingida. É tão significativo o uso dos brevês que existe um jargão interno que designa alguns profissionais pelo termo “caça-brevê”.

Umás são verdades e outras são jargões
Turma que quer servir no gabinete militar
E Turma de pistola na favela quer entrar
Ser um burocrata e operar computador
Ou ser do PATAMO e na favela tocar horror
FUZI e PT na mão
É o BOPE... força padrão⁴²

As letras citadas são um pequeno exemplar de um conglomerado de canções que compõe o hinário do curso. Além das canções, o hinário elenca os hinos de todas instituições representadas no curso de formação, que no caso do 5º curso PATAMO tinha dentre seus integrantes membros do Exército e das Polícias Militares dos Estados de Goiás e Mato Grosso.

4.8 - PRONTIDÃO

Dentre as justificativas que legitimam o formato adotado no curso de especialização um dos mais veementes argumentos se funda na crença de que os alunos quando empossados em suas novas funções devem estar preparados para toda e qualquer situação. Sob a idéia de pronto emprego é que se justificam as exposições físicas, o rigor empregado, as altas cargas de atividades, a exposição a situações fatigantes, as ofensas deferidas, as provocações e simulações. Tratam-se de mecanismos e estratégias que buscam avaliar o perfil pessoal e profissional do aspirante, caracterizando-o como adequado ou inadequado para o desempenho das funções destinadas. Os critérios avaliados são diversificados e perpassam questões de ordem técnica, psicológica, moral e emocional. Quando questionados sobre a efetiva necessidade e pretensão de que os sujeitos apresentem as capacidades elencadas, as quais compõe uma extensa lista, os coordenadores afirmam que não se tratam de demandas excessivas, e que devido às atividades delegadas ao trato do Batalhão ter entre seus membros um integrante que apresente uma das “falhas” constituiria risco a todos e ao desempenho da missão.

Conforme o descrito pelo jargão interno “*missão dada, missão cumprida*”, o treinamento é realizado visando o fiel cumprimento do roteiro estabelecido. Segundo o exposto podemos concluir que a natureza das atividades determina um padrão de policiamento pautado ao pronto emprego, que por sua vez dialoga com uma formação

⁴² Padrão: jargão extremamente utilizado internamente. Trata-se de adjetivo que comunica o sentido de ideal. Exemplo de uso: é preciso manter o padrão; operação padrão; policial padrão; grupo padrão.

orientada ao treinamento de corpos condicionados à super exposição e para definir tal relação trabalharemos com a categoria prontidão.

Por prontidão designam a condição militar de estado de alerta, a qual é também usada para denominar algumas atividades exercidas militarmente, tais como retirar o serviço de guarda do Batalhão, momento no qual um número de policiais revezam em plantões no desempenho das atividades de guarda e vigia. Buscando definição extra militar para o termo foi encontrado no dicionário Houaiss a seguinte descrição de prontidão: *“estado de quem se acha pronto para fazer determinada coisa (...) boa vontade; presteza, agilidade, desembaraço (...) rapidez na execução de alguma coisa, diligência (...) medida de segurança, pela qual a tropa é mantida nos respectivos quartéis pronta para entrar em ação, se necessário (...) estado de alerta e preparado para agir: em prontidão”*. Indo mais além na busca detalhada pelo significado expresso do termo foi feita busca pelo significado do adjetivo “pronto” descrito também no Dicionário Houaiss como: *“inteiramente feito ou construído; terminado (...) que não tarda; imediato; que sabe tudo; preparado; em condições mentais e psicológicas adequadas para; (...) vestido e arrumado para sair; que percebe com facilidade e rapidez; imediato; imediatamente, logo”*.

Ao deparar com descrição tão detalhada e tão compatível com as narrativas internas revi mentalmente alguns trechos de entrevistas e cenas da formação. De fato é sob a perspectiva do preparo, daquele que não tarda e que está em plena condição física e mental que as demandas físicas e emocionais são postas como condicionantes da seleção. É com vistas à atuação em situações limites que são impostas as exigências da formação.

As exigências são variadas e dizem respeito desde o tempo dedicado à rotina profissional até a disponibilidade, ainda que desobrigado, de comparecer prestativamente ao Batalhão em caso de incidente que demande mobilização. Sobre o tema os policiais se posicionaram da seguinte forma:

“não é que todo policial vai ter isso, mas esperar-se que o policial que passou por esse tipo de treinamento tenha alguns atributos, por exemplo: que ele seja um policial disciplinado; que seja um policial compromissado; que ele seja um policial que a gente chama “abraça a causa policial”. Abraça e tenha essa força de vontade de tipo, meu serviço é vinte quatro horas tá faltando quatro horas pra acabar e eu não vou pegar ocorrência porque dependendo da ocorrência eu vou ficar, quatro, oito, até doze horas na delegacia e vai comprometer minha folga. Não. (...) Não tem essa cobrança: ah (patente) cheguei mais tarde, queria uma folga. Não tem isso não. Dos policiais que fazem esse curso uns 90% deles tem esse tipo de atitude”

(Oficial integrante da equipe de coordenação)

“o policial passa por situações em que ele internaliza aquilo e utiliza aquilo pra vida profissional, não faz corpo mole. Sabe que todo seguimento tem aquele que faz corpo mole, você precisa ter uma equipe de policiais que estão dispostos a cumprir a missão, fazer um policiamento de qualidade. Se for um policiamento repressivo, que ele seja repressivo mesmo. Se for pra ficar 24 horas, que fiquem 24 horas (...) como a gente ficou numa operação, você ficou sabendo? Aquela operação lá no Itapoã”

(Oficial integrante da equipe de coordenação)

“o Batalhão é de pronto emprego, ou seja, mesmo na sua folga você está em condições, se precisar acionar você tem que vir pro quartel, ou então, você ter a consciência de quando algo muito grande acontecer você vir para o quartel. Pra estar aqui tem que gostar”

(Praça integrante da equipe de coordenação)

“aqui não tem choradeira de ficar a mais no serviço e ganhar gratificação. O cara fica três, quatro horas no serviço e já ganha uma folga. O nosso a gente não permite, para não criar aquele policial foca, foquinha, ou seja, só faz as coisas se ganhar um agrado. Você mesmo está contaminando o turno quando faz isso”

(Praça integrante da equipe de coordenação)

Sob os termos apresentados o conceito de prontidão dialoga com uma formação rígida e integral, atributos pessoais e profissionais condizentes com a atuação e, além disso, disponibilidade. Não raramente ao tratar do assunto em conversas informais os interlocutores remetiam suas falas à descrição de que o Batalhão passara a constituir sua família e a noção de irmandade é inerente às relações. Obviamente existem os desafetos e esses tornaram-se claros em algumas oportunidades, entretanto a idéia de corpo profissional subsiste.

Sobre a dedicação ao Batalhão e aos cursos de formação, especialmente nos casos daqueles que fizeram inúmeros cursos, e repercussão destes na composição familiar alguns policiais confessaram a existência de colegas que atribuíam à profissão o motivo principal da separação conjugal e que frequentemente as esposas demandavam maior atenção. Durante o curso foi enfatizado aos alunos que problemas familiares não seriam objeto de abono e caso tivessem algum empecilho familiar que antecipadamente se retirassem do curso. Certa vez numa aula o coordenador disse: “*se vocês têm mulher grávida, com problema de saúde e filhos é melhor saírem logo*”. Um dos alunos confidenciou que havia faltado o dia da apresentação, pois estava viajando em lua de mel e quando interpelado

sobre a compreensão da mulher diante da sua ausência afirmou: “*ela tem que entender, ela sabia que ia ser assim*”.

Conforme descrito nas falas anteriormente transcritas a noção de disponibilidade comunica em grande medida com a concepção retoricamente repetida de voluntariado, na qual é enfatizada inúmeras vezes a condição voluntária dos alunos, e caso sintam-se ofendidos ou não suportem as demandas criadas é solicitado que assim como entraram voluntariamente, também assim se retirem.

“quando o aluno se sujeita a vir fazer o curso, quero deixar bem claro que é voluntário, ninguém é obrigado. Perde-se as divisas e as estrelas, nos colocamos todos numa única condição porque o conhecimento vai ser único”

5. O CONTROLE DAS EMOÇÕES ENQUANTO ELEMENTO DA CULTURA PROFISSIONAL

“Covardia e fraqueza nunca salvaram ninguém”

“Na instrução dos bombeiros o policial aloprou com o bombeiro: eu vou meter a porrada nesse cara! Foi pra cima. Pronto acabou, ali acabou, foi desligado. O policial demonstrar descontrole emocional é quesito fatal. Cheguei nele e falei: vem cá. A gente até chama pelo nome, deixa de chamar pelo número. Porque você fez isso? Ah, não admito o cara me chamar disso. Mas isso aqui é uma situação de curso. Então você extrapolou, você sabe que você não é obrigado a passar por isso, aqui tem regras, então infelizmente você está desligado. O cara chorou? Chorou. Ai tentou conversar comigo e eu disse “meu irmão, não tem como” (Oficial integrante da Coordenação do Curso)

“A magia tem as suas origens na expressão das emoções do indivíduo. A paixão, que crispa o rosto (e leva o mágico a bater o pé e a cerrar o punho) fá-lo também exteriorizar o seu desejo de vitória ou de vingança” (Douglas, 1991, p.47)

O marco inicial da identificação da seleção e controle das emoções enquanto questões chaves no processo de formação e construção da identidade profissional, pode ser pontuado como tendo ocorrido a partir da instrução sobre controle de pânico, ministrada no Corpo de Bombeiros.

O curso foi composto por vários módulos de atividades e instruções, muitas das quais ocorreram fora do Batalhão, tendo para tanto sido firmados acordos de cooperação entre diferentes instituições, dentre elas, o Corpo de Bombeiros, responsável por ministrar os dois dias do módulo sobre controle de pânico. As aulas aconteceram no Centro de Treinamento do Corpo de Bombeiros, tendo-me sido autorizado observar o primeiro dia da instrução, nesse mesmo dia me informaram da inviabilidade de acompanhar o segundo dia do treinamento, o qual prometia uma exposição ainda maior dos alunos a situações desgastantes. Atendi ao pedido, mas o primeiro dia foi suficiente para experimentar uma das pautas de avaliação e seleção curso e o que era esperado de um integrante do BOPE.

A seleção para os cursos oferecidos no Batalhão é regulamentada por editais próprios, elaborados conforme orientação da equipe de coordenação, responsável por estabelecer os critérios. Apesar das inúmeras variações possíveis dentre diferentes editais,

estes comumente são marcados por uma série de requisitos físicos que devem ser atendidos pelos neófitos. No caso do curso em questão foram objetos de avaliação: corrida rústica, abdominal, flexão de braços no solo, flexão de braços na barra, subida vertical na corda estática e natação, sendo que alguns dos itens foram classificados como de caráter classificatório e outros eliminatórios. Fica óbvio desde o primeiro momento, especialmente quando atenta-se sobre os critérios da seleção, que é esperado um condicionamento físico diferenciado por parte dos alunos, com efeito cobrado no decorrer da formação, tendo seu ápice em dois momentos do curso: a dita Semana Zero e o acampamento na Floresta Nacional.

Alguns interlocutores representam a formação enquanto composta por três fases, representadas pela idéia geométrica de ascendente que atingido seu pico é sucedida por uma descendente, e uma posterior ascendente. A primeira ascendente é delimitada dentre os primeiros dias do curso de formação, especialmente no período de treinamento na mata, e os dias posteriores a este. Nessa etapa os alunos têm suas necessidades básicas expostas a níveis extremos: alimentação regrada e muito abaixo do necessário, poucas horas de sono, superexposição física e exercícios fatigantes. Nesse momento espera-se filtrar boa parte dos que entendem-se “não terem perfil” e de fato o maior índice de desligamentos ocorre nesse primeiro momento. A segunda fase caracterizada pela descendente é constituída por instruções que quando comparadas ao primeiro momento têm por característica uma demanda física menor focando em questões mais técnicas. A terceira e última fase é marcada por outra ascendente de debilitação física e psicológica, entretanto entende-se que a essa altura do curso os alunos já estão melhor habilitados e treinados para suportarem as exposições que sofrerão. Temporalmente trata-se de período mais curto que o primeiro e como reconhecido por um dos coordenadores não se tem a expectativa de desligamento, uma vez que houve muito investimento na formação e os que chegam até essa fase são em regra antecipadamente classificados como aptos, caracterizando um desserviço para instituição a reprovação em fase tão avançada.

Como exposto é evidente as demandas físicas do treinamento sendo este objeto claro de avaliação e pré-requisito previsto nos editais, entretanto questão igualmente essencial, elemento de recrutamento e seleção, ocorre em ordem mais intimista por meio da seleção de sentimentos e emoções esperadas pelos profissionais do BOPE, sendo que ao contrário das demandas físicas facilmente ponderadas na observação e avaliação dos

movimentos corretos e repetições no tempo hábil, a esfera das emoções é recrutada em conformidade com um código intra corporis e por meio de um currículo oculto.

Levantada e tomada como verdade a existência de demandas emocionais no trabalho operacional resta saber o que se espera de um policial que atua num grupo de operações especiais, qual a performance a ser desempenhada nos procedimentos operacionais, quais são as emoções e sentimentos que estão “habilitados sentir” e que tipo de controle e/ou seleção a instituição exerce. Na tentativa de dar conta das questões acima propostas elegi como referencial teórico o trabalho desenvolvido pela autora Arlie Hochschild que cunhou o termo trabalho das emoções para especificar as formas de controle das emoções exercidas por meio do aprendizado social, e de que forma tal controle pode desembocar numa expropriação das emoções avaliadas por ela como existentes num nível mais profundo, sendo este um dos contrapontos da sua proposta em relação ao descrito por Goffman. Nesse plano considerado mais profundo os sujeitos não atuariam no sentido superficial que Goffman descreve, uma vez que é promovido um esforço e treinamento para efetivamente sentirem, não sendo a externalização das emoções um ato distinto e isolado do que efetivamente lhes ocorre internamente. Tais parâmetros, conforme demonstrado pelos estudos de casos elaborados pela autora, são construídos a partir da perspectiva do lucro da empresa e as emoções visam atuar em conformidade com o atendimento posto como ideal, de forma que todo controle se dá visando a rentabilidade e o lucro, caracterizando na análise de Hochschild uma expropriação do indivíduo.

Por emoções a autora compreende “*a consciência da cooperação corporal com uma idéia, um pensamento ou uma atitude, e o rótulo atribuído a essa consciência*”⁴³(tradução nossa) e os sentimentos são definidos a partir do conceito de emoção como sendo uma “*emoção mais suave*” (Hochschild, 2008), definição última que sob meu ponto de vista não diz muito e tampouco esclarece as diferenças entre sentimentos e emoções, sendo que devido a tal lacuna teórica me ocuparei basicamente da categoria emoções.

Um dos pontos de contraste dessa análise à elaborada por Hochschild é que a autora estudou casos da iniciativa privada sendo toda lógica justificada pelo da captação de

⁴³ “Por emoción me refiero a la consciencia de la cooperación con una idea, un pensamiento o una actitude, y la etiqueta adosada a esa consciencia”. (HOSCHILD, 2008, p.111)

recursos financeiros não sendo tais parâmetros aplicáveis no caso do BOPE, instituição pública, onde os agentes não recebem nenhum tipo de gratificação extra para atuarem especificadamente naquela lotação, sendo o capital aqui empregado essencialmente de ordem simbólica.

Quanto as diferentes formas de se manusear as emoções Hochschild descreve duas formas as quais nomeia “*surface acting*” e “*deep acting*”⁴⁴. A primeira forma se ocupa dos aspectos mais superficiais do agir e de como as emoções são externalizadas por meio da linguagem corporal indo de encontro com o descrito por Goffman. Tal perspectiva analisa os sujeitos observados enquanto atores contentando-se ao estritamente observável sem se ocupar se a manifestação aparente dialoga coerentemente com a vivência interna daquele sentimento, e se de fato esse ocorre no plano real ou estritamente figurado. Em contrapartida o “*deep acting*” não contenta-se com a simples externalização figurativa dos sentimentos devendo a performance estar de acordo com aquilo que se pretende expressar e que é desejado sentir, de forma que ambos não podem ser dissociados, sendo tal objetivo adquirido por meio da auto-indução. Por sua vez o “*deep acting*” pode ser atingido por duas vias: a auto desapropriação de determinados sentimentos e o treinamento da imaginação. A autora considera exclusivamente a segunda via enquanto um legítimo método de atuação.

Hochschild admite a consciência dos sentimentos, assim como o conhecimento das regras do sentimento, como por exemplo aquelas que ditam que em determinadas situações espera-se uma reação alegre, triste ou melancólica. Por meio do reconhecimento de ambos é possível elaborar as próprias emoções, sendo que pelo mecanismo de elaboração entende-se o esforço, e não necessariamente o resultado, mas o esforço de se provocar tais emoções e sentimentos. Trata-se, como nos termos da autora, de uma atuação profunda que independente de êxito atende às formulações ideais do sentir e por isso mesmo o simples tentar já constitui uma manipulação.

A elaboração das emoções por sua vez distingue-se do controle e supressão destas uma vez que estes determinam um esforço em recusar determinados sentimentos e emoções, trata-se da negação de algo que já existe enquanto que a elaboração requer ato voluntário de criar ou agir. Com relação ao BOPE ocorrem ambas situações, tanto a recusa

⁴⁴ HOCHSCHILD, Arlie. *The managed heart*. California: University of California Press, 1983, p. 35-36.

e expropriação de alguns sentimentos, e de encontro a essa negação criam-se outros opostos aos primeiros e que servem de contraste àqueles. Um dos pontos de interesse desse trabalho é identificar quais os sentimentos considerados inadequados para e por àqueles que atuam no Batalhão, assim como, quais em contrapartida são tidos como esperados.

Como tido anteriormente, durante os cursos ministrados pelo Batalhão além dos aspectos físicos e técnicos reconhecidamente descritos no edital são avaliadas questões de ordem emocional, como as descritas pelos interlocutores:

“a sociedade observa muito a gente. Nossa demais! Se você vai pra rua e aborda alguém junta aquele monte de gente, se o policial demonstra alguma dessas fraquezas... Não é que o cara tem que ser bom em tudo, mas ele tem que superar os limites dele. Por que se você for pensar bem não é “*nossa meu Deus eu nunca vou conseguir*”. Não é assim. É uma coisa que tem condição de se fazer.”
(Oficial integrante da equipe de coordenação do curso)

A fala citada faz referência ao treinamento que serviu-me de inspiração para o diálogo acerca das demandas emocionais no trabalho operacional. Especificadamente faz referência ao módulo de controle de pânico que integra o primeiro momento do curso, levando em consideração a divisão já citada do mesmo em três fases. Nesse módulo os policiais são expostos a situações nas quais são submetidos à altura, fogo, ambientes fechados e água. O treinamento não consiste exclusivamente em qualificá-los tecnicamente, mas ganha a conotação especial de “teste de resistência” servindo-lhes para avaliar se os alunos estarão aptos a desempenharem suas atividades no Batalhão. Em alguns momentos são ensinadas técnicas operacionais, como rapel, transposição, técnicas respiratórias, mas observando as instruções e tendo permanecido boa parte do tempo ao lado dos membros da coordenação do curso pude observar os diálogos que trocavam acerca da turma, onde regularmente era colocado em xeque a permanência deste ou àquele membro sendo inclusive apostado que este ou àquele não suportaria e desistiria. Em instruções como esta, assim como em várias situações criadas pela coordenação, esperava-se expor a turma de tal forma que seria possível abstrair-lhes a “essência”, sendo tal crença presente nos diálogos de forma que a exposição a situações extremas possuiria tal finalidade, entendendo-se por essências o que de melhor e pior existia internamente. Por vezes os discursos foram marcados pela expressão “as máscaras caem”, como se naquelas situações, submetidos a tamanhas provações, não haveria teatro que se sustentasse, nem aparências falsas que se mantivessem.

“Qual a finalidade disso aí? Detectar se o policial não tem nenhum problema de pânico, porque se ele tiver problema de pânico ele vai prejudicar o grupo. Teve um curso aqui em que teve um policial com problema de pânico em lugar fechado e foi uma situação em que ele ficou quase doido. De o próprio grupo ter que segurar ele. Ele era policial do BOPE, mas quando ele foi fazer o curso de operações químicas tinha um buraco, tipo uma cisterna em que você joga eles lá dentro e joga gás e aí a sensação era de morte, mas ele surtou. Imagina isso numa situação real? Então, a gente tem que ver o psicológico do nosso homem (...)

Os monitores estão de olho em todos os alunos, eles pensam que não estão, mas a gente já tem experiência, a gente sabe quando ele está enrolando, a gente sabe quando está com uma dificuldade e a gente fala “*vamos dar uma galinha para ele*”, quer dizer: a gente tá vendo que ele não está (*fazendo conforme o pedido*), mas está se esforçando, então a gente faz vista grossa, mas a finalidade é o grupo ajudar. Então, o que é que ocorre? A partir do momento que aquele cara não serve mais para nós, ou seja, ele não tem o perfil no caso para as operações especiais, a gente elimina ele. Não que ele não vai “prestar”, ele é um mau policial. Não! Ele pode ser empregado noutra atividade, estando com os convencionais, mas na atividade de rua não, porque aí o cara pode dar problema. O cara pode ficar nervoso com uma abordagem e usar arma indevidamente” (Praça integrante da equipe de coordenação do curso)

Além da crença de que a exposição a tais situações durante o curso, notadamente muito mais críticas que o esperado na rotina profissional, sejam capazes de abstrair a natureza dos sujeitos envolvidos vigora a crença de que sirvam de filtros para identificação de profissionais inadequados. Obviamente é admitido um percentual de falhas, sendo reconhecido a existência de alunos que apesar de terem concluído o curso demonstraram posteriormente inaptidão durante as atividades de policiamento.

“sempre um ou outro passa, né? A gente engana, mas a maioria a gente consegue filtrar” (Praça integrante da equipe de coordenação do Curso)

“nesses cursos o cara tem que controlar a agressividade dele. Você deve ter observado, o policial vai lá toma um gás na cara, o cara é até hostilizado, o cara é submetido a um stress psicológico e a todo momento é dito pra ele que ele não tem obrigação de estar ali. O curso aqui é assim, a gente fala: *porque você está passando por isso cara? Estão te deixando sem dormir, sem comer, porque isso?* Isso aí é pra você quando estiver na rua o cara te xingar, te bater e você não puxar a arma e dar um tiro na cara dele. Se o cara não aprendeu isso no curso, em que ele foi submetido a uma situação em ele não tinha necessidade de passar, e ele na rua age ao contrário ele não valeu o curso. E o objetivo é esse” (Oficial/BOPE)

“todo aluno tem que ter essa consciência de que quando ele estiver no curso ele é uma numérica, ele é um ser igual a qualquer outro que está dentro do curso. Ele sai da condição de chefe, de oficial, de sargento, de cabo, para condição de aluno, então, ele tem que aceitar isso. Os que não aceitam, geralmente, não terminam o curso, porque a própria doutrina prega isso. Como é que eu XX vou aguentar uma ofensa sua que é estudante, que está numa passeata e etc, eu estou fazendo meu trabalho ali e você está fazendo uma reivindicação legítima. Às vezes você vai abusar, você vai me xingar, vai me cuspir e eu tenho que ter minha capacidade doutrinária de aguentar isso. Então quando o aluno não se

predispõe a agüentar determinadas ofensas dentro do curso agente já sabe que ele não vai agüentar determinadas ofensas na rua e ele é desligado”

O uso da numérica, uma espécie de identidade paralela e virtual, e supressão dos nomes durante todo curso de formação atende ao objetivo do doutrinamento onde os alunos são expostos a situações debilitantes diversas, tanto em aspectos psíquicos quanto físicos, de forma que a numérica ao invés da patente ou da identidade real daqueles sujeitos serve como isenção da ofensa pessoal, onde não se está falando com o capitão, tenente, sargento, cabo ou soldado, e sim com ele na condição temporária de aluno sob o número determinado. Trata-se assim, de estratégia que permite manifestações e ações que seriam inviáveis pelas vias normais, tendo consequências inclusive na organização hierárquica tão cara ao militarismo.

Sobre a supressão não só dos sentimentos, mas das sensações físicas como frio, calor, cansaço e fome, sendo os mesmos reconhecidos como existentes, mas que apesar disso devem ser ignorados caso a missão demande, um oficial do BOPE se manifesta da seguinte forma:

“na resistência às condições adversas a gente identifica o policiamento do BOPE. Tem uma situação lá em que eu estou parado, estou lá observando. No caso de um evento, de uma manifestação, se chover, se ficar um sol de rachar eu não vou sair de lá, nem meus policiais. Por mais que você encharque o coturno, o armamento, o policial vai continuar lá (...) diferente de outros policiais que não estão acostumados com esse tipo de treinamento, onde a primeira coisa que ele faz é buscar um abrigo, um lugarzinho para ele se esconder, não tomar chuva, não pegar o sol quente. Então o curso coloca exatamente esses detalhes porque eles fazem a diferença. Muitas vezes eu fui em lugar que não tinha policiamento por causa de condição climática, o policiamento estava defasado por conta disso. Aqui não tem policial que fale: “*ah (patente) tá chovendo como é que a gente vai fazer?*”. Não tem isso aqui não, desembarcou (...) O policial sente? Sente, mas ele não deixa transparecer. O policial no período de treinamento vai passar por situação muito mais limite que é muito provável que não vai passar numa situação normal” (Oficial/BOPE)

Nessa fala como em tantas outras narrativas fica claro a necessidade do policial não se expor ao público externo. Internamente crê-se que todos os iniciados tiveram suas fraquezas expostas e compartilhadas pelo grupo, sendo isso evidenciado pelo “eu te conheço e você me conhece”, não havendo problema que tal conhecimento seja compartilhado. O interdito está no olhar externo, a esse público é que as fragilidades não podem ser expostas e a teatralização, se ocorrer, acontecerá nesse espaço. Por exemplo, no caso exposto obviamente as intempéries climáticas não são desejadas, entretanto enquanto

estiverem executando a missão manterão o “padrão”⁴⁵, mas certamente antes mesmo que cheguem ao Batalhão, no próprio trajeto, irão comentar o ocorrido e tal comentário e exposição não chega a constituir uma falha, uma vez que ela se dá internamente. Talvez a uma pessoa mais próxima permitam extravasar o descontentamento, mas é condição necessária uma relação mínima de proximidade e confidencialidade. A um alheio qualquer manterão a representação do guerreiro que não se abala no objetivo da missão delegada: Missão dada, missão cumprida. Vá e vença⁴⁶.

“nosso objetivo é esse, formarmos trinta, quarenta policiais que vão desenvolver o que foi aprendido durante o curso nas ruas como profissionais corretos e quem tem a ganhar com isso é a sociedade, que não vai ter um policial descontrolado. Sabemos que nosso policial do BOPE não é perfeito, mas em relação aos demais estamos num nível muito acima” (Praça integrante da equipe de coordenação do curso)

“é igual lá no controle de pânico (...) eu não posso trabalhar com um policial que, por exemplo, não vai subir em um prédio tendo uma ocorrência lá em cima, porque ele tem medo de altura. Já aconteceu isso aqui, eu não posso me dar ao luxo” (Oficial integrante da Coordenação do curso)

“ele não tem que ser bom em tudo, mas as adversidades comuns, que são o quê? Subir em prédio a gente sempre sobe (...) às vezes o cara é submetido a uma situação de compressão muito grande, muito estreito, você tem que andar naquele lugar e o policial não entra porque ele é muito claustrofóbico. Essas situações infelizmente... A gente foi fazer instrução no IML, levou os alunos lá pro “podrão”, aquelas pessoas em avançado estado de decomposição, abriu mexeu, pô é complicado. Ficava meio assim sem conseguir olhar. O corpo cheio de bicho e os cara tendo que olhar, aquele cheiro assim. E por exemplo, eu já entrei numa casa onde o casal se matou e já estavam lá há três semanas, e aí o que vai fazer? Ah, eu não vou entrar aí. Vai ter que entrar e preservar o local para que a pericia venha” (Oficial integrante da equipe de coordenação do curso)

Quando questionados sobre a crença na eficácia dos métodos utilizados e na apreensão eficaz por parte dos alunos dos objetivos expostos pelos instrutores de forma a aplicarem coerentemente tal conhecimento sem a extrapolação dos mesmos na perpetuação de práticas violentas, uma vez que eles mesmos durante a formação foram testados e expostos a situações de violência física e psíquica às quais intitulam “treinamento”, um oficial admite a possibilidade de erro na seguinte forma:

⁴⁵ Expressão amplamente utilizada internamente para expressar o sentido de “ideal”.

⁴⁶ Vá e vença: lema grafado em muitos espaços e utilizado no material apresentado em algumas instruções.

“você tem um outro caminho em que você pode se perder. Às vezes essas pessoas fogem do controle, o policial acaba internalizando aquele monte de sentimento que mexe com o emocional dele e ele extravasa isso. Então o que é que a gente faz, a gente costuma falar que assim quando é identificado uma situação em que o policial começa a cometer abuso de autoridade tem que informar pra gente monitorar essa situação, pra ver se o objetivo está sendo cumprido. Porque a partir do momento em que você identifica que o policial está espancando todo mundo na rua, o cara tá quebrando todo mundo na rua, tá dando tapa, porrada, não negativo porque aí a gente acaba colocando em xeque não só esse policial, mas a gente coloca em xeque a credibilidade do trabalho e também do Batalhão” (Oficial do BOPE)

Como visto nas falas transcritas existem vários interditos emocionais para os policiais que atuam junto ao BOPE e certamente devem ocorrer inúmeros outros nas outras esferas da Polícia Militar, mas atentando para realidade restrita desse grupo toda espécie de sentimentos que exponham aquilo que rotulam como fragilidades deve ser desapropriada por aqueles que tenham a intenção de concluir os cursos e possivelmente seguir carreira no Batalhão. Sob a óptica da negação e desapropriação desses sentimentos podemos traçar um paralelo ao descrito por Norbert Elias⁴⁷ quando o autor analisa o condicionamento sofrido pela sociedade ocidental moderna a fim de atingir o que hoje designamos por gentileza, cortesia e urbanidade, características ligadas à concepção de educação e que se estabeleceram por meio da negação de outros tantos comportamentos considerados inadequados, como o escarrar, comer de boca aberta, andar sujo ou descalço, dentre outros. Sobre esse fenômeno Elias designou o termo civilização dos costumes, a fim de referir-se aos processos de condicionamento e adestramento das pulsões, atentando para o fato de que tais atitudes não são naturais ao homem e tampouco espontaneamente criadas, mas frutos de um processo histórico de criação, aprendizagem e reprodução. De encontro à essa perspectiva Nietzsche argumenta em a “Genealogia da moral” dos custos da instauração da moral enquanto negação aos instintos e espécie de adestramento destes.

No caso do Batalhão de Operações Especiais da PMDF existe uma pré-determinação do sentir e do agir e o vácuo produzido pela negação de determinadas ações e emoções é preenchido por outras ações e emoções consideradas adequadas, sendo estas ensinadas durante o curso de formação que além de capacitá-los serve de filtro para aqueles considerados inaptos. Não se trata exclusivamente de interditos de ordem emocional, mas de sensações físicas naturalmente demandadas pelo organismo, sendo esses corpos doutrinados para suportarem tais exposições e tal doutrinamento ganha seu

⁴⁷ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

limite ávido ao atingir a esfera abstrata das emoções e sentimentos e estabelecer padrões de policiamento pautados nesse ordenamento. Tal doutrinação tem seu foco nos corpos e o “aprimoramento” destes para o desempenho das funções aos quais serão designados. O corpo é o veículo sob o qual será grifado o ordenamento do grupo, não recusando a relevância das outras duas esferas também importantes e focos evidentes do treinamento: a psique e as emoções, sob as quais o treinamento também atua. Entretanto apesar de serem ambas objetos do treinamento cabe ao corpo carregar as memórias do condicionamento e não raro são mostradas com orgulho pelos iniciados as marcas provenientes do curso. As mais comuns estão localizadas nas mãos e são produzidas pela repetição de flexões denominadas de punhos fechados que após repetidas inúmeras vezes diariamente, em regra, formam feridas. Interessante observar que quando as cicatrizes não mais existem fisicamente em discurso os integrantes sempre as lembram e acompanhado às suas falas estão os olhares e gestos que buscam apontar os locais que outrora estavam marcados fisicamente. De encontro ao observado na instituição militar Pierre Clastres (1978) descreve ritos de iniciação de rapazes indígenas e observa que com uma frequência imensa os ritos iniciatórios consideram a utilização dos corpos dos iniciados. Apesar de tratar de objeto diferente, comunidades tribais, as questões levantadas por Clastres são relevantes ao caso proposto e servem como reflexão para os rituais presentes no curso de formação do BOPE. Certa altura do texto o autor levanta as seguintes problemáticas:

“Em qual segredo inicia o rito que, por um momento, toma completa posse do corpo do iniciado? Proximidade, cumplicidade do corpo e do segredo, do corpo e da verdade revelada pela iniciação: o reconhecimento disso leva a precisar a interrogação. Porque é necessário que o corpo individual seja o ponto de encontro do *éthos* tribal, por que o segredo só pode ser comunicado mediante a operação social do rito sobre o *corpo* dos jovens? O corpo mediatiza a aquisição de um saber, e esse saber é inscrito no corpo” (CLASTRES, 1978, p. 125)

Me permitirei a apropriação de algumas questões propostas por Clastres por acreditar que são extremamente úteis para compreensão da noção de corporalidade no Batalhão. Conforme o trecho citado o autor entende o corpo do indivíduo tribal enquanto ocupante de diversas funções sociais: trata-se de ponto de encontro de toda a tribo, servindo de elo e comunicador de uma identidade; veículo e meio de reprodução dos saberes do grupo; serve como símbolo de unidade e cumplicidade, assim como, serve de lei que determina e aparta o “nós” dos “outros”; estabelece a trajetória desses sujeitos e assume seus destinos enquanto partes de um todo. Tal prisma nos permite analisar as

estratégias aplicadas durante o curso de formação tendo boa parte delas por alvo os corpos dos instruendos. Sobre isso:

“muito muito frio o cara perde a vergonha abraça o cara mesmo pra se esquentar, funga no ouvido, porque o frio é tão intenso que você esquece o que é que vão pensar de mim, ele quer é sanar a deficiência dele (...) isso é a função de união e de sobrevivência do curso” (Oficial integrante da Companhia PATAMO)

Sobre a utilização de estratégias que causam a debilitação dos corpos, fadiga e por vezes o afastamento dos membros dos cursos um oficial reconhece:

“a esperança que a gente tem é que o grupo volte e pegue, mas a gente não passa essa idéia pra que eles voltem. Isso tem que ser uma consciência voluntária, e não “*vai lá pega e ...*”, por que a gente fala *os fracos não acompanham, dissipam. Vão embora*. Mas na verdade a gente não quer isso”

Aos “fracos” denominam aqueles que por motivos diversos, seja de ordem física, afetiva ou psíquica, não conseguem cumprir com as tarefas determinadas. Importante evidenciar que apesar de se utilizarem de estratégias diversas contra os corpos individuais levando-os à exaustão e através destes acessarem o grupo, não desejam seu desmembramento, ao contrário, visam à união, sendo considerados inaptos tanto aqueles que individualmente não conseguem cumprir com as atividades propostas, quanto aqueles que apesar de seu desempenho individual adequado não conseguem agir em unidade ao grupo.

“*Ai, meu irmão, ou vai todo mundo ou não vai ninguém!* É isso que você espera ouvir e para isso você dá carga pra ver se o curso desagrupa” (Oficial integrante da Companhia PATAMO)

É difícil determinar em que medida a identificação de que um membro não atende ao Corpo grupal da forma desejada inviabiliza sua permanência e conclusão do curso, até porque trata-se de aspecto informal de avaliação e de difícil mensuração, sendo um dos itens a compor o currículo oculto do curso de formação. Entretanto, ainda que não se valha isoladamente de aspecto para reprovação do aluno, certamente trata-se de aspecto essencial de valoração, sendo aqueles tomados como impróprios e não pertencentes reais ao grupo alvos de boicotes e represálias que por sua vez servem como instrumentos de regramento e ordenamento internos.

5.1 - AS ESTRATÉGIAS

Nesse subtítulo tratarei de ponto caro ao curso de formação: as estratégias adotadas ao longo deste por parte da coordenação do curso e dos instrutores. Quanto ao recorte ele está claro, o prisma aqui analisado dar-se-á sob a perspectiva dos formadores e não dos sujeitos em formação, uma vez reconhecida que estratégias existem em ambos os casos. Se de um lado existem estratégias do outro lado o grupo oposto certamente também cria as suas próprias e não raramente após um tempo interpreta e dialoga com as estratégias criadas pela oposição. Não raramente observei tal fenômeno. Se de um lado a coordenação e instrutores criavam seus mecanismos, do outro os alunos desenvolviam formas de burlá-los, facilitá-los ou evitá-los. Muitos dos mecanismos criados pelos alunos, por sua vez, eram do conhecimento da coordenação que igualmente por vezes fingia desconhecer as estratégias contrárias fazendo-lhes “vistas grossas”. Nesse ambiente de estratégias diversas que boa parte das relações do curso se desenvolvem, reconhecê-las e entendê-las também é compreender o próprio curso de formação e os objetivos deste.

As estratégias comunicam-se com o já citado currículo oculto da formação que por sua vez dialoga com os valores próprios ao grupo. Por vezes além de dialogar com o currículo as estratégias de fato o materializam, tornam-no palpável, acessível e exposto a todos. Fazem-no real e o veículo de sua efetivação, objeto alvo da formação, são os corpos, as mentes e o afeto dos sujeitos em formação. São estes três níveis que a formação pretende atingir por meio da seleção e treinamento de corpos, mentes e emoções.

Um dos fenômenos observados, apesar de ter se reproduzido nas mais diversas instruções pode ser resumido pela seguinte idéia: é solicitada determinada atividade onde alguns não a desempenham conforme o ritmo exigido, nesse caso não trata-se de uma performance deficiente geral, de todo o grupo, mas de alguns membros. Os instrutores e coordenadores observam e identificam os alunos com dificuldade, idéia que pode ser representada pela expressão utilizada internamente “prejudicado” que traduz a idéia de debilitação física. Ao invés de diminuírem a demanda sobre o grupo ou em termos próprios, a carga sobre o grupo, demandam que acelerem o ritmo. Inicialmente não seria um fator por si só agravante, não fosse o fato de apesar de estarem demandando mais do

grupo não querem que este se dissipe. Observe que a incompatibilidade se dá entre o discurso proferido e a intenção desejada. Apesar da fala se mover em prol à demandada daqueles que estão em melhores condições e conseqüente abandono dos debilitados o que efetivamente a coordenação do curso deseja é que o grupo se una e se fortaleça. Tal intenção é avigorada a partir do segundo momento do curso, lembrando da divisão já citada deste em três módulos. Reconhecidamente não se espera tal postura em prol do grupo nas primeiras semanas e certamente nessa fase os alunos são avaliados em aspectos bem mais individuais.

A observação desse fenômeno aconteceu especialmente por quase sempre permanecer próxima à equipe de coordenadores nos casos de instruções práticas e observar que os discursos se moviam sempre nessa direção. Entretanto, apesar de notar tais ênfases nas falas na maior parte das vezes não tinha oportunidade que questioná-los sobre, a fim de não atrapalhar o andamento da instrução. Tendo por objetivo investigar melhor e travar efetivamente um diálogo sobre o que até então tinha me restringido a observar realizei algumas entrevistas. Quando interpelado especialmente sobre as situações de “falso boicote” um dos membros da coordenação se posicionou da seguinte forma:

“Esses cursos se resumem ao quê? A dificultar você sanar suas dificuldades fisiológicas, a base da pirâmide: dormir, comer, tomar água, se concentrar. Como é que o policial vai reagir numa situação dessa? Um dos objetivos maiores é esse. Então se um aluno ficar pra trás ele vai se arrebentar e o curso também vai sofrer porque deixou um aluno pra trás, mas se o curso parar o curso vai se arrebentar do mesmo jeito. Apesar de parecer não ter opção a gente espera uma opção. Qual é opção esperada? A gente já sabe que as capacidades físicas deles estão esgotadíssimas, o cara sem dormir, cheirando gás, com frio. Teve uma marcha lá que eu dormi pra puxar essa marcha e fui andando parecendo marcha atlética e o cara com mochila, andando, sem dormir. Tanto é que até hoje eles falam “*pô (fulano), bicho eu queria te matar aquele dia você não parava de andar rápido eu queria te matar e os caras botando gás não queriam deixar a gente parar, a gente tendo que ajudar o companheiro que ia ficando pra trás*”.

“(sobre o final do curso) o que a gente espera? Que o policial fique (no sentido de ficar pra trás, sair)⁴⁸? Não, porque geralmente no último dia de curso, nos

⁴⁸ A fim de tornar compreensível o diálogo em questão me permiti acrescentar sob parênteses algumas informações. A interpretatividade da qual me utilizei foi decorrente de alguns fatores: o primeiro e mais importante deles é que certas informações são acessadas exclusivamente pelo contato físico entre o entrevistador e o entrevistado, olhares, gestos, expressões faciais que servem como substituintes das palavras e que são por vezes até mais eficientes que estas. Outra questão essencial sobre os trechos de entrevistas citados é que as mesmas aconteceram após a realização do trabalho de campo e isso afetou significativamente as falas dos entrevistados, primeiro pela tentativa de sempre buscar exemplos elucidativos de momentos em que eu estava presente, segundo porque devido à vivência no Batalhão entendiam como subentendido uma série de saberes, os quais me permitirei descrever a fim de tornar o texto mais compreensível possível ao leitor.

últimos dias, a gente espera que ele forme, porque já passou por tanta situação que não é para ficar pra trás. A gente espera que o grupo se manifeste em favor daquele que está com problema, porque a partir do momento em que ele se manifesta ele pode até sofrer uma sanção, mas é um tipo de sanção rápida para saber se o grupo vai se manter junto. Por que por exemplo, é muito fácil o grupo se juntar e a gente dar carga no grupo, vamos ver se ele se sustenta.

“Ai, meu irmão, ou vai todo mundo ou não vai ninguém!”. É isso que você espera ouvir e para isso você dá carga pra ver se o curso desagrupa

“Vai que vai desagrupar, tá regando. Olha lá o (fulano) tá querendo ir embora, vamos ver se ele vai embora, carga nele. Segura o moleque aí, bota o cara nas costas”.

Aí daqui a pouco você vê que o grupo (*tá unido*) *“pára, pára, desce, todo mundo do curso comigo aqui”*.

Aí você dá aqueles migué. *“aqui comigo por quatro, ai você para lá. Todo mundo descansar, sentado, um dois”*. O cara quer aquilo, sentar. Ai você vai fazendo as encenações. *“Esse curso tá um lixo, nesse curso ninguém ta aguentando nada. Vocês são uns fracos!”*. Mas na verdade eu estou deixando eles descansarem, porque na verdade o objetivo que eu esperava já foi cumprido. *“Esse curso é uma porcaria”*. Você usa desses artifícios, mas não é que eu esteja menosprezando, pelo contrário, é uma forma de motivar. *“Meu irmão agora nós vamos!”*. Ele descansou e ainda levantou a moral (...) ai você dá uns cinco minutos conversando fiado, porque não quero desligar ninguém que está ali. Vou conversando fiado ali, batendo um papo. Lógico que isso é numa fase do curso, numa fase final, porque se na fase inicial você tem esse tipo de comportamento, não de união porque não se espera esse comportamento no início, no início é meio cada um por si.

O policial que demonstra fraqueza você trabalha muito mais a fraqueza dele ali (...) o cara tá se afogando, o cara tá com algum problema, alguma coisa, ele vai ser submetido a um esforço muito maior. Por que pelo incrível que pareça desses que foram submetidos a um esforço muito maior, eles se superam e passam a tomar frente em muitas situações. Por exemplo, em muitas situações acontecia do policial ficar lá atrás, ai o outro ia

-“Bora seu fraco, você não consegue correr, você vai embora!” (instrutor)

-“Eu não vou embora não” (aluno)

- “Ah, não vai não? Pára o turno! Bora aluno, vai lá pra frente” (instrutor)

Coloca ele na frente do turno, aí ele é obrigado a correr porque ele vê a tropa ali, aí o cara corre.

Observe que além da incompatibilidade entre o discurso e o que efetivamente se pensa e deseja por parte do grupo, exemplo disso é a fala *“esse curso é uma porcaria”* quando na verdade não é essa a impressão real da turma, é desempenhada toda uma teatralização a fim de dar veracidade ao discurso. Cenas como a narrada se estenderam por todo o curso inúmeras vezes e creio, na minha condição limitada de observadora, que a partir de certo momento os alunos já sabiam identificar tais situações e que inclusive as manipulavam a seu favor. Nesse momento me contarei ao recorte dado pela equipe da coordenação e nas estratégias desenvolvidas por ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho foi elaborado numa perspectiva etnográfica utilizando como técnicas de incursão a campo a observação participante, análise documental e entrevistas semi-estruturadas, assim como a aplicação de questionários. O objetivo geral da pesquisa consistiu em compreender as disposições em termos de saberes e manejo de tecnologias, disciplinamento do corpo, afetividade e moralidade que diferenciam o Batalhão de Operações Especiais do restante da Polícia Militar do Distrito Federal, sendo que deste objetivo geral decorreram os objetivos secundários que permeiam o processo de socialização no grupo e os valores imbricados na sua constituição.

Em todos os tópicos construídos foram levantados aspectos que de alguma forma comunicam a identidade do grupo e respondem à pergunta feita pelo objetivo geral: por quais vias os ditos “especiais” adquirem tal status? Qual é a função do treinamento na elaboração e incorporação dos valores que possivelmente venham a diferenciá-los?

Após todo levantamento feito podemos concluir que a binariedade entre “convencionais” e “especiais” acaba por estabelecer uma espécie de estratificação profissional dentro dos quadros da PMDF. Essa estratificação comunica uma ordem valorativa, um prestígio diferencial, que por sua vez atua hierarquizando grupos. A questão é que o estabelecimento de tal prestígio ocorre muitas vezes numa perspectiva unilateral, não sendo necessariamente compartilhado por ambos os grupos. Se por um lado os integrantes do BOPE definem os policiais que atuam no policiamento ostensivo geral como indisciplinados, preguiçosos e “invertebrados” (ver Storani), por outro os convencionais retribuem as ofensas descrevendo-os como “homens que gostam de apanhar”, “bando de ignorantes” e “brutamontes”. Apesar de não ter sido objeto atual a reflexão sobre como os outros ambientes da polícia reconhecem os que optam pela atuação no BOPE, podendo constituir objeto de investigação futura, ousou afirmar que não existe uma identificação valorativa na mesma ordem daquela promovida e vivenciada internamente. Trata-se, portanto, da opinião que o próprio grupo tem sobre sua posição na estratificação, o que não significa dizer que não gozem de prestígio externo; em alguma medida o possuem.

Outro elemento subjetivo extremamente caro ao grupo e que se comunica intimamente com a noção de prestígio é a concepção de honra, que se fundamenta na reputação do grupo e do indivíduo. Esse também é um dos elementos que comunica *status*, sendo retoricamente repetido nos discursos que prevêm que para “*estar aqui*” tem que merecer e por isso tem que sofrer. O sofrimento aplicado aos alunos serve tanto para selecionar os novos membros, quanto para imputar o status de merecimento à nova condição.

Uma segunda problemática envolve os critérios empregados no estabelecimento da estratificação e nesse ponto cumprimos quase que integralmente o objetivo geral. A diferenciação dos “especiais” ocorre pelas vias técnica, física, moral e afetiva. O treinamento envolve tanto a capacitação no emprego de técnicas e equipamentos, quanto a docilização dos corpos para seu emprego em condições adversas, que requeiram alto domínio técnico e emocional. Para tanto, os policiais são levados a manipular, selecionar, suprimir e criar sentimentos e emoções compatíveis com o *ethos* profissional vigente, sendo que tal demanda caracteriza um dos vários filtros de seleção entre aptos e inaptos. As demandas, tanto físicas, quanto emocionais, se fundamentam sob o *ethos* profissional do guerreiro e são fortalecidas sobre a crença da última esperança, última razão, último emprego e solução para qualquer tipo de mal. Além da previsão legal de utilização do BOPE enquanto recurso em último grau, a carga ideológica construída em prol de tal crença cumpre papel essencial, solidificando um conjunto de representações, valores e crenças, que compreendem não só os conhecimentos objetivamente estabelecidos, mas também mitos, símbolos e representações. Muito mais que a esfera prescritiva legal e técnica, a ordem subjetiva ganha prevalência na constituição e diferenciação dos integrantes do BOPE.

Assim sendo, ao contrário do sentido unitário muitas vezes apreendido como componente das instituições policiais, podemos concluir que se por um lado existe uma unidade mais ampla que os abrange (os militares), por outro, as estratificações acabam por compor uma morfologia social complexa e regida por valores estruturalmente bem localizados. No caso do BOPE, a estratificação não se esgota na figura do batalhão, subdividindo-se entre as diferentes Companhias, de forma a ser expressa na idéia de Batalhão/Unidade de atuação/Curso de formação, que significa dizer: sou do BOPE; unidade (caveira, patamo, químicos, cães); da primeira, segunda, terceira (... etc) turma do

curso “X”. Tal identificação acaba por determinar a noção de consciência de classe que ultrapassa muitas vezes a identidade que se prevê como inicial: os militares.

Observadas as especificidades da categoria de consciência de classe descrita por Aguiar⁴⁹, podemos concluir que, assim como apontado pela autora, a identidade enquanto integrante do BOPE muitas vezes ultrapassa outras tantas identidades, inclusive a de policial militar.

As situações extremas reproduzidas no curso mais que atingir um sentido prático de habilitação técnica, informam que todos passaram por rituais de iniciação, habilitação e conclusão que os capacitaram atuar nas situações que lhes serão destinadas. Logo, é possível romper com a justificativa institucional da formação enquanto elemento estritamente técnico, agregando a esta o caráter essencial dos rituais enquanto habilitadores dos iniciados, produtores de uma identidade profissional, de um sentimento de pertença e de uma moral local. A identidade do BOPE ocorre por meio de um sistema inicialmente binário no qual sobrepõem-se aos ditos comuns, desqualificando-os e estabelecendo, portanto, uma marcação simbólica de valores e sentimentos que entendem serem exclusivos ao grupo. Desse modo, os especiais constituem-se por meio da exacerbação de qualidades que entendem como próprias e não vivenciadas pelos “outsiders”. Se o presente trabalho teve por objetivo investigar os elementos identitários do Batalhão, resta compreender, por meio da análise de trajetórias pessoais, porque elegem e investem nessas posições de identidade, e como se identificam com elas.

⁴⁹ O foco da autora se dá no levantamento das concepções sociológicas acerca do conceito de classe social não descrevendo classes profissionais, objeto do estudo em questão. Apesar disso, acho válida a contribuição feita a qual creio encaixar-se na proposta: “*Consciência de classe é vista como uma consciência coletiva particularmente intensa que se revela mais dominadora que qualquer outro tipo de consciência, por exemplo, a consciência nacional*” (Aguiar, 1974, p.21).

ANEXO I - IMAGENS⁵⁰



Figura 1: Apresentação dos alunos ao Batalhão



Figura 2: Entrega das insígnias



Figura 3: Atividade Física carregando o caixão sob o qual são performatizados os rituais de saída dos alunos

⁵⁰ As imagens elencadas foram reproduzidas de site de domínio público (youtube), no qual foi vinculado vídeo sobre o curso de formação. Devido ao compromisso firmado em não utilizar meios digitais durante as observações tive que recorrer a fontes secundárias, vislumbrando nas imagens postadas a oportunidade de fazê-lo sem que houvesse responsabilização por parte da instituição. As imagens fazem referência real ao curso observado (5º Curso Patamo).

Endereço de acesso: <http://www.youtube.com/watch?v=ALKIi3f9Jw> . Conteúdo acessado pela última vez em 15 de junho de 2011.



Figura 4: Caixão onde é performatizado o ritual de desistência dos



Figura 5: Treinamento



Figura 6: Turno pagando flexão de punhos fechados. Corpo de Bombeiros



Figura 7: Treinamento sobre controle de pânico. Corpo de

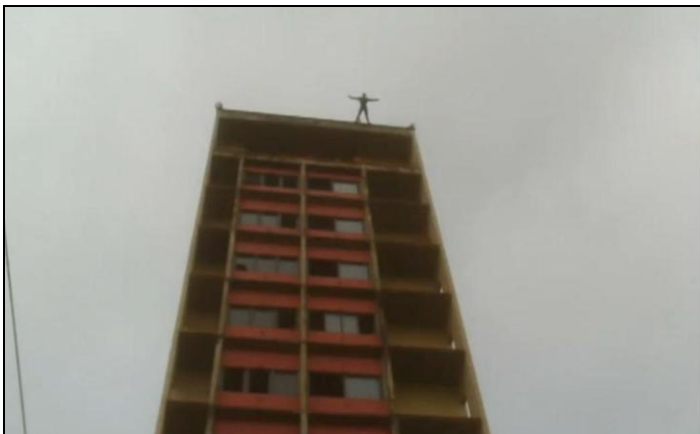


Figura 8: Treinamento sobre controle de pânico. Corpo de Bombeiros



Figura 9: Treinamento sobre controle de pânico. Corpo de Bombeiros



Figura 10: Treinamento sobre controle de pânico. Corpo de Bombeiros



Figura 11: visita ao Complexo Penitenciário da Papuda



Figura 14: Treinamento de técnicas verticais



Figura 15: Treinamento de técnicas verticais



Figura 16: Treinamento de tiro



Figura 17: Treinamento de abordagem



Figura 18: Treinamento de abordagem



Figura 19: Treinamento de tiro



Figura 20: Treinamento de tiro



Figura 21: Treinamento de tiro



Figura 22: Treinamento de abordagem



Figura 23



Figura 24: Estágio



Figura 25: Estágio

ANEXO II – CANÇÕES

1. DECÁLOGO DE HONRA DO PATRULHEIRO TÁTICO

ART 1º - PATAMEIRO, tu és voluntário servindo o Distrito Federal com honra e lealdade;

ART 2º - Cada PATAMEIRO é teu irmão de arma seja qual for a sua naturalidade, cor, etnia, e religião. Tu manifestarás sempre a estreita solidariedade que une os membros de uma mesma família;

ART 3º - Respeitador das tradições, fiel aos teus chefes e subordinados, a disciplina e a camaradagem são a tua força, o valor e a lealdade tuas virtudes;

ART 4º - fiel a sua Unidade de elite, tu o mostrarás através de teu comportamento sempre digno, teu quartelamento sempre limpo e zeloso com teu equipamento.

ART 5º - Soldado de elite, tu treinas com rigor, cuida da tua arma como teu bem mais valioso, cuida permanentemente da tua forma física;

ART 6º - A missão é sagrada, tu a executas até o fim, no respeito das leis, dos costumes da guerra urbana, das convenções internacionais e se necessário, ao perigo da tua vida;

ART 7º - No combate tu ages sem paixão e sem ódio, tu respeitas os inimigos vencidos, nunca abandonas nem os teus mortos, nem os teus feridos, nem as tuas armas.

ART 8º - Tenha iniciativa, pois não receberas ordem para todas as situações.

ART 9º - Aprenda a suportar o desconforto e as fadigas sem queixar-se .

ART 10º - Pensa e aja como caçador que é, não como caça.

FORÇA E HONRA
“Vida longa aos patameiros”

2. FIBRA DE HERÓI

Se a Pátria querida
For envolvida
Pelo inimigo
Na paz ou na guerra,
Defende a terra
Contra o perigo
Com ânimo forte,
Se for preciso
Enfrenta a morte
Afronta se lava
Com fibra de herói
De gente brava

Bandeira do Brasil
Ninguém te manchará
Teu povo varonil
Isso não consentirá
Bandeira idolatrada
Alta e tremular
Onde a liberdade
E mais uma estrela
A brilhar.

ANEXO III – QUESTIONÁRIO

Número de identificação no curso de formação _____

Esse questionário tem por intenção mapear dados básicos da turma. Nenhum dos participantes será identificado pelo nome, somente pela numérica a qual está vinculado no curso de formação. Em caso de dúvida durante o preenchimento sintam-se à vontade para realizar ponderações.

1- Exerce atividades junto a Polícia Militar do Distrito Federal?

Sim Não

2- Em caso de negativa, qual instituição/órgão integra?

3- Há quanto tempo exerce suas atividades na instituição?

4- Já prestou serviço a algum desses outros órgãos? Caso o tenha feito, assinale a opção correspondente.

Exército Marinha Aeronáutica

Polícia Rodoviária Federal

Polícia Militar de outro Estado: _____

Polícia Civil de outro Estado: _____

5- Atualmente exerce suas atividades em qual Quartel/Batalhão/Divisão/Área?

6- Há quanto tempo desempenha atividades na sua atual lotação'?

7- Quais tipos de atividade desempenha na sua atual lotação?

Policiamento Ostensivo Geral - POG

Policiamento Ostensivo de Trânsito - POT

Rádio Patrulhamento - RP

Policiamento Comunitário

Atividade Administrativa

Outros: _____

8- Já realizou anteriormente cursos de especialização em instituições policiais e/ou Exército/Marinha/Aeronáutica?

SIM NÃO

Em caso positivo, quais foram?

- 1- _____
- 2- _____
- 3- _____
- 4- _____
- 5- _____
- 6- _____

9- Tem interesse em permanecer na instituição'?

- Sim. Vou seguir carreira até aposentadoria.
 Não. Pretendo concorrer a outro concurso.
 Não. Caso surja uma boa chance, mudarei para iniciativa privada.

Idade: _____

Patente: _____

Escolaridade:

- Ensino Fundamental Ensino Médio Superior completo
 Superior incompleto

Em caso de formação superior, em qual curso se graduou ou está por graduar-se?

Estado civil:

- Solteiro Casado Divorciado Viúvo

Número de filhos: _____

Orientação religiosa:

- Católico Evangélico/Protestante Espírita Budista
 Outros: _____

Não possuo orientação religiosa

Muito obrigada por sua participação. Os dados ora apresentados serão de grande valia para pesquisa. Caso queira ter acesso aos resultados preencha no campo seguinte seu email. Por este endereço encaminharei cópia do trabalho, assim como dados que possam interessá-lo.

Email: _____

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Neuma (Org.). *Hierarquia em classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

APPLE, Michael. *Educação e Poder*. Porto Alegre: Artmed, 1989.

_____. *Conhecimento Oficial: A educação democrática numa era conservadora*.
Petrópolis: Vozes, 1999.

BAYLEY, David H. *Padrões de Policiamento: uma análise comparativa internacional*.
São Paulo: EdUSP, 2002.

BASTOS, Francisco Carlos de Sousa. *O emprego do Patrulhamento Tático no Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Distrito Federal*. Trabalho técnico científico profissional apresentado como requisito para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal, 2010.

BERTELLI, Antônio Roberto; PALMEIRA, Moacir G. Soares; VELHO, Otávio Guilherme C. A. (Org.). *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção Social da realidade – Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: EdUSP, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Pierre Bourdieu avec Loic Wacquant*. Paris: Réponses, 1992.

_____. *La Reproducción. Elementos para una teoría del sistema de enseñanza*.
México: Fontamara, 1996.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo. Preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRODEUR, Jean-Paul. *Como reconhecer um bom policiamento*. São Paulo: EdUSP, 2002.

BURAWOY, Michael. *Manufacturing consent*. Chicago, University of Chicago Press, 1979.

CAVILHA, Juliana. *Das entrevistas aos rituais: dialogando com os militares*. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (Org). *Antropologia dos militares: reflexões sobre a pesquisa de campo*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 129-149.

CASTRO, Celso. *A invenção do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. *O Espírito Militar: um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CARDOSO, Ruth C. L. (org). *A aventura antropológica*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHAPPELL, Allison; LANZA-KADUCE, Lonn. *Police academy socialization: understanding the lessons learned in a paramilitary-bureaucratic organization*. Journal of contemporary ethnography, dez. 2009.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. *Entre a Lei e a Ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

COULON, Alain. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.

DISTRITO FEDERAL. Lei 12.086, de 06 de novembro de 2009.

DISTRITO FEDERAL. Decreto 1639, de 10 de março de 1971.

DISTRITO FEDERAL. Decreto 6150, de 11 de agosto de 1981.

DISTRITO FEDERAL. Decreto 20.329, de junho de 1999.

DISTRITO FEDERAL. Decreto 7.165, de 29 de abril de 2010.

DISTRITO FEDERAL. Decreto 31.793, de 11 de junho de 2010.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. Lisboa: Edições 70, 1991.

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUNNIGAN, James F. *Ações de comandos: operações especiais, comandos e o futuro da guerra do EUA*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador – uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

_____. *La socialisation*. Paris: Armand Colin, 2000.

FERREIRA, Mário César. *Bem-estar: Equilíbrio entre a cultura do trabalho prescrito e a cultura do trabalho real*. Brasília: Laboratório de Ergonomia, Universidade de Brasília – UnB, (no prelo).

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta, 1994.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Vozes, 2005.

HOCHSCHILD, A. *La mercantilización de La vida íntima: Apuntes de La casa y El trabajo*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

_____. *The managed heart*. California: University of California Press, 1983.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

_____. *A etnografia como extensão da guerra por outros meios: Notas sobre a pesquisa com militares*. *Mana - Estudos de Antropologia Social*, v. 15, n. 1, p. 59-89, abril 2009.

KRASKA, Peter B. *Militarization and policing: its relevance to 21st century Police*. Oxford University Press, 2007.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU-EDUSP, 1974.

_____. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

MARTINS, José de Sousa. *Sociologia da Fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

MERTON, Robert K. *Contributions to the theory of reference group behavior*. Paris: Plon, 1965.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2007.

MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MONJARDET, Dominique. *O que faz a Polícia: Sociologia da Força Pública*. São Paulo: Ed. USP, 2003.

MUNIZ, Jacqueline. *A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Profissional*. Trabalho apresentado a REDES 2001. Washington, DC, Center for Hemispheric Defense Studies, 22-25 de maio.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PARSONS, Talcott. *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*. São Paulo: Pioneira, 1969.

POULAIN, Jean-Pierre; PROENCA, Rossana Pacheco da Costa. *O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares*. Revista de Nutrição [online]. 2003, vol.16, n.3 [cited 2011-12-01], pp. 245-256

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2011.

SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. *Mulheres Policiais – Presença Feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, Alexandre Colli de. *Etnografando militares: obstáculos, limites e desvios como parte constitutiva de visões nativas*. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (Org.). *Antropologia dos militares: reflexões sobre a pesquisa de campo*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 151- 169.

STAVENHAGEN, Rodolfo. *Estratificação social e estrutura de classes*. In: BERTELLI, Antônio Roberto; PALMEIRA, Moacir G. Soares; VELHO, Otávio Guilherme C. A. (Org.). *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. P. 117-146.

STORANI, Paulo. *Vitória sobre a morte: a glória prometida. O rito de passagem na construção da identidade dos Operações Especiais do BOPE/PMERJ*. Rio de Janeiro: UFF, 2008. 170 p. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

_____. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UnB, 1991.

_____. *A objetividade do conhecimento nas ciências e na política social*. Lisboa: Editorial Lisboa, 1974.